



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ARTE, CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
LITERATURA COMPARADA (PPGLC)**

**PRESENÇA DE ANTÔNIO LOPES:
TRAJETÓRIA DE UM POLÍGRAFO NO MEIO DO FOLCLORE MARANHENSE**

LUIS FERNANDO NASCIMENTO BARROS

Foz do Iguaçu
2023



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ARTE, CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
LITERATURA COMPARADA (PPGLC)**

**PRESENÇA DE ANTÔNIO LOPES:
TRAJETÓRIA DE UM POLÍGRAFO NO MEIO DO FOLCLORE MARANHENSE**

LUIS FERNANDO NASCIMENTO BARROS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Comparada da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Literatura Comparada.

Orientador: Prof. Dr. Andrea Ciacchi

Foz do Iguaçu

2023

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

B277

Barros, Luis Fernando Nascimento.

Presença de Antônio Lopes: trajetória de um polígrafo no meio do folclore maranhense / Luis Fernando Nascimento Barros. - Foz do Iguaçu, 2023.
124 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, Programa de Pós-Graduação em Literatura Comparada. Foz do Iguaçu - PR, 2023.
Orientador: Prof. Dr. Andrea Ciacchi.

1. Antônio Lopes. 2. História Intelectual. 3. Maranhão. I. Ciacchi, Prof. Dr. Andrea. II. Título.

CDU 930:398(812.1)

LUIS FERNANDO NASCIMENTO BARROS

PRESENÇA DE ANTÔNIO LOPES:

TRAJETÓRIA DE UM POLÍGRAFO NO MEIO DO FOLCLORE MARANHENSE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Comparada da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Literatura Comparada.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Andrea Ciacchi
UNILA

Prof. Dr. José Ignacio Monteagudo Robledo
UNILA

Prof. Dr. Hugo de Carvalho Quinta
USP

Foz do Iguaçu, 24 de outubro de 2023.

AGRADECIMENTOS

A gratidão é uma das maiores dádivas da vida. Antes de tudo, agradeço sobremaneira ao divino, pela força motriz.

Agradeço aos meus pais, por acreditarem em mim, desde a minha “retirância” para as bandas do sul, sempre me trazendo palavras de ânimo, mesmo que por milhares de quilômetros de distância.

Agradeço ao meu professor orientador, não somente pela orientação neste trabalho, mas sobretudo pela sua amizade nesse “trajeto de Lopes”. Também, aos professores da banca pelas orientações.

Aos colegas de curso, em especial à minha amiga Cintia Ribeiro, com quem compartilhamos uns aos outros toda a trajetória dos nossos trabalhos de pesquisa.

Ainda, sou grato às minhas tias Marilene, Tânia, Ana Lúcia e Eliene, pelo abrigo. Não poderiam deixar de se fazerem presentes os meus amigos Carmen Nunes, Bruno Pinheiro, Kênia Barros e minha prima, Lawana Nascimento, por muito contribuírem com minha pesquisa. E àquelas que sempre estiveram comigo, dando apoio moral: Andreia, Suelen, Cristina, Ângela, Rose, Zenilda, Louise, Franscine, Débora.

Sem delongas, escrevo agradecendo ao meu “eu”, por nunca ter desistido, mesmo diante de tantos percalços durante esse trajeto- a pesquisa me permitiu analisar não somente a trajetória de Lopes da Cunha, mas a minha, também.

“Nenhuma das versões colhidas em nossa terra natal ouvimo-la de pessoa das classes alta e média. Tôdas foram cantadas ou recitadas por gente do povo, homens ou mulheres que não sabiam ler ou escrever ou, e pouquíssimos, mal o sabiam.”

(Antônio Lopes da Cunha)

RESUMO

Este trabalho aborda a trajetória intelectual de Antônio Lopes (1891-1950), intelectual maranhense, que foi ativo nos campos do Direito, da Literatura, do Jornalismo, da História, da Geografia e da Etnografia, com ênfase na sua atuação com temáticas relacionadas ao folclore, à cultura popular do seu Estado natal e do patrimônio histórico e arquitetônico. A pesquisa destaca a originalidade de alguns dos resultados e dos produtos da sua intensa e multifacetada atividade intelectual.

Palavras-chave: Antônio Lopes. História Intelectual. Maranhão.

RESUMEN

Este trabajo examina la trayectoria intelectual de Antônio Lopes (1891-1950), intelectual de Maranhão que actuó en los campos del Derecho, la Literatura, el Periodismo, la Historia, la Geografía y la Etnografía, con énfasis en sus trabajos con temas relacionados con el folclore, la cultura popular de su Estado natal y el patrimonio histórico y arquitectónico. La investigación destaca la originalidad de algunos de los resultados y productos de su intensa y polifacética actividad intelectual.

Palabras clave: Antônio Lopes. Historia intelectual. Maranhão.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALdC	Antônio Lopes da Cunha
AML	Academia Maranhense de Letras
AVL	Academia Vianense de Letras
IHGM	Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão
TJMA	Tribunal de Justiça do Maranhão
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1. BIOGRAFIA(S) DE UM POLÍGRAFO	19
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	19
1.2 TRAJETÓRIA	19
CAPÍTULO 2. CAPILARIDADE E DISPERSÃO	38
2.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	38
<i>2.1.1. Entre a história do presente e do passado: a cultura popular e o folclore maranhense na obra de Antônio Lopes.....</i>	<i>38</i>
CAPÍTULO 3. PRESENÇA DO ROMANCEIRO E OUTRAS PRESENÇAS	57
3.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	57
3.2. ANTECEDENTES E CONTEXTOS.....	58
<i>3.2.1. O romanceiro (de tradição oral): trajetórias de narrativas.....</i>	<i>58</i>
<i>3.2.2. Coletas de romances no Brasil: trajetórias (de) intelectuais</i>	<i>61</i>
3.3. PRESENÇA DO ROMANCEIRO: VERSÕES MARANHENSES	62
3.4 TRADIÇÃO EM CELSO DE MAGALHÃES.....	76
3.5 TRADIÇÃO EM ANTÔNIO LOPES	80
3.6. OS ROMANCES TRADICIONAIS: O CORPUS	82
3.7. QUEM É “POVO” EM ANTÔNIO LOPES.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	102
ANEXOS.....	107
A FERRA DO BACÁ	108
SANTO ANTÔNIO	111
A MISSA DO PADRE IVO.....	115
NOSSA CIDADE	121

INTRODUÇÃO

Pesquisar a cultura popular, especificamente o folclore do Maranhão, enquanto maranhense, é a maneira de me fazer lembrar de onde eu vim, quem sou e qual pode ser o meu lugar nos espaços acadêmicos.

Chegar até Antônio Lopes – “arquivista” da memória cultural do Maranhão – demandou um longo percurso, que considero oportuno de ser apresentado. Afinal, toda pesquisa está assentada em um viés que também pode ter contornos biográficos. Por isso, trazer para a pesquisa reminiscências que forjaram o trabalho é uma maneira de situar o meu leitor no tempo e no espaço do texto.

Dito isso, devo começar enunciando que venho da terra das Benzedeadas do Azeitão, terreiro onde se manifestam inúmeras práticas culturais, dentre as quais Benzimento, Tiração de Reis e Divino, Terecô¹, ritos e crenças da Semana Santa, Vaquejada – onde ocorre a brincadeira “A Noiva do Vaqueiro”, entre muitas outras. Tudo quanto pertence às tradições da minha terra natal diz quem sou: desde as simpatias – temer comer carne vermelha na Semana Santa – até as “estórias” que tenho para contar, inspiradas na religiosidade e nos causos que minhas avós me contaram.

Desde muito cedo, fui “incutido” com as manifestações da minha cultura local. Acompanhava a Tiração de Santo Reis nas casas da minha rua. Cheguei até a apresentar em uma aula de História, no Ensino Médio. Na apresentação, comecei “louvando” a professora, cantando: “Vamos ver dona Yolanda, uma fulô de laranjeira, uma fulô de laranjeira... Lavada em nove águas, quanto mais lava, mais cheira. Quanto mais lava, mais cheira.” Esse “pé” – como falamos no linguajar popular – refere-se a trecho de um pedaço de algum verso, canto, declamação. Quem me ensinou foi Maria dos Reis Alves Barros. Vale destacar que ela tem esse nome, porque nasceu no dia 06 de janeiro (dia homenageado para Santo Reis).

Maria dos Reis, minha avó, é como muitas Marias do Brasil, cheia de saberes que aprendeu com seus ancestrais. Como bem diz tia Alzenira Mendes, no curta-metragem das

¹Terecô é a denominação de uma das religiões afro-brasileiras das cidades de Codó e Bacabal no Maranhão, e Teresina, no Piauí. Também é chamado de Encantaria de Bárbara Soeira, Tambor da Mata ou simplesmente Mata. O Terecô teria se originado de práticas religiosas de antigos escravizados que viviam nas fazendas de algodão de Codó e em suas redondezas, nas matas de coco (babaçu), na bacia do rio Itapecuru, até o início da prática na zona urbana às margens da Lagoa do Pajeleiro, nas primeiras décadas do século XX. Os sacerdotes desempenham funções de rezadores e curandeiros, tipificados de origem indígena, cultuam caboclos e integram elementos de tradição religiosas africanas. Disponível em: < <https://pt.wikipedia.org/wiki/Terec%C3%B4>>. Acesso em 25 out. de 2022.

Benedeiras do Azeitão², “eu Deus me livre, de receber dinheiro, meu filho. Eu rezo por prazer. Porque eu acostumei a ter aquela tradição véia antiga, que ainda vem toda vida, pois eu rezo”. Tenho, na minha memória, o acervo da cultura popular manifestada pelos meus ancestrais e pelos conterrâneos.

Sou resultado de um emaranhado de costumes, crenças, ritos, dizeres e de tudo quanto fui feito. Por isso, trabalhar com o Popular não é apenas uma mera questão acadêmica. É voltar às minhas origens, porque sou construído de práticas populares de minha mãe-benedeira de quebranto e de minhas avós rendeiras, cantadoras de Reis e perpetuadoras do saber do povo. Se estou, hoje, registrando manifestações populares praticadas pelas minhas ancestrais é porque essas práticas não são estáticas e não estão congeladas no tempo. Elas até mudam, mas persistem. E se existem, ainda, é porque permanecem fazendo sentido para alguém.

Além de ser uma questão identitária, ainda é uma questão acadêmica-profissional. Andrea Ciacchi, que me apresenta à família maranhense Lopes da Cunha, em uma disciplina que cursei como aluno especial do mestrado ora apresentado, me convenceu a deixar um pouco de lado a Retórica e os Jesuítas – os meus temas anteriores de interesse de pesquisa – e o fez com bastante ética [*ethos*], mas também com um *pathos* maciço – e me fez ser ufanista nas questões que envolvem meu Estado (“pegou no meu ponto fraco” no dizer popular).

Meu primeiro contato com Antônio Lopes da Cunha foi por meio do seu livro póstumo *Presença do Romanceiro*, publicado em 1967. Adquiri a obra, usada, da Plataforma Estante Virtual. Sem dúvidas, um dos maiores trabalhos de Antônio Lopes. Na orelha do livro, é trazido o prestígio da obra, como a aproximação com grandes folcloristas brasileiros:

Concluído há cerca de vinte anos. Somente agora teve a fortuna de sair o livro de Antônio Lopes, que constitui o mais importante trabalho sobre o romanceiro publicado no Brasil. Depois das coletâneas de Sílvio Romero, de fins do século passado, e de Pereira da Costa, de princípios deste, apenas em revistas e monografias foram divulgadas versões de alguns romances tradicionais colhidos no País. *Presença do Romanceiro*, reunindo versões pertencentes à área maranhense, apresenta-nos um acervo inestimável: 71 versões de 33 romances, alguns coletados pela primeira vez entre nós. A importância deste livro não se esgota, entretanto, na silva de romances que apresenta. Antônio Lopes estuda todos, procurando analisar ou simplesmente apontar as particularidades de cada versão, as variantes de maior interesse, em suma, as transformações sofridas em sua peregrinação pelo espaço e pelo tempo. Embora não obedeça a uma exposição rigorosamente sistemática, as análises e conceitos do autor a respeito dos fenômenos, inerentes à transmissão oral dos romances revelam agudo espírito de observação e conhecimento do rumo certo nesse campo de estudos.

² <https://www.youtube.com/watch?v=9SGLG0-5njQ>. Acesso em 6 de outubro de 2023.

Como já apontado na orelha do livro, a obra é composta por 33 versões de **romances**, que listo na mesma ordem posta no livro: *D. Infanta; D. Barão; Gerinaldo; Noiva Roubada; A Romeirinha; A Infanta de França; D. Silvana; Bernal Francês; Conde Niño; Promessa de Noivado; D. Aleixo; D. Pedro; A Nau Catarineta; O Conde Prêso; Conde Alberto; Conde de Alemanha; D. Carlos de Montecalbar; Passo de Roncesval; Branca Flor, A Moura Encantada ou Cativa; Jesus Mendigo; Santo Antônio e a Princesa; Santa Iria; A Devota da Ermida; Linda Pastorinha; O conversado da Fonte; Xácara do Cego Andante; Xácara da Moreninha; D. Bozo; Juliana; Claralinda; D. Duardo; Nino e Rogênia.*

Depois, comecei o processo de “garimpagem” no site da Hemeroteca Digital, procurando por artigos relacionados a Antônio Lopes, publicados nos principais jornais e nas revistas em que atuou e/ou que o citavam. No entanto, considero como ápice da pesquisa minha ida até às cidades maranhenses de Viana e São Luís, em julho de 2021.

Nas poucas horas que estive em Viana, cidade natal de Lopes, pude me encontrar com Laurinete Costa Coelho, acadêmica titular da cadeira nº 34 da Academia Vianense de Letras (AVL) – a academia situa-se, inclusive, na rua Professor Antônio Lopes. A acadêmica me recebeu com bastante entusiasmo, pois disse ficar contente em saber que um maranhense estava interessado pelos estudos de Lopes, Patrono da cadeira número 1 daquela agremiação.

Ao chegar na academia, a presidente da AVL e Procuradora de Justiça do Ministério Público do Maranhão, Fátima Travassos, telefonou-me para dar boas-vindas à casa e intermediar o encontro com o também confrade, desembargador Lourival Serejo, o qual, segundo a presidente, o então presidente do TJ-MA(Tribunal de Justiça) teria se preservado em cuidar das obras de Lopes da Cunha.

Confesso que minha estadia em Viana, mesmo que de poucas horas, apurou em mim o sentimento de pertencimento, no sentido de fazer parte de uma parcela mínima de pessoas interessadas em pesquisar a trajetória de grandes intelectuais maranhenses, como Antônio Lopes. Digo isso, dada a ausência de estudos específicos sobre a carreira do polígrafo maranhense.

Mais tarde, chegando a São Luís, o acadêmico Lourival Serejo telefona-me para marcarmos um encontro, em sua residência, ainda na noite daquele dia. No encontro, o intelectual falou de suas dedicações para com os estudos de Antônio Lopes, bem como me presenteou com duas obras de Antônio Lopes: *Dois estudos Maranhenses: Inscrições Lapidares de São Luís/Meios de Transporte na Ilha do Maranhão e Alcântara: subsídios para a história da cidade.* De sua refinada escrita, Lourival Serejo, também escritor e confrade da

Academia Maranhense de Letras, da Academia Imperatrizense de Letras, da Academia Vianense de Letras e da Academia Maranhense de Letras Jurídicas, me presenteia com duas obras autorais: “Mistérios de uma cidade invisível” e “O baile de São Gonçalo”, ambas publicadas pela editora da Academia Maranhense de Letras.

Sobre Lopes, Serejo começa dizendo que o intelectual é inimigo, por não fazer uma história belíssima de Viana – ambos são vianenses. O escritor, indignado por Lopes não ter se dedicado a escrever sobre a história de Viana, como o fez com Alcântara, na obra já citada. Para o desembargador, embora Lopes fosse um vianense, era desconhecido na cidade. No entanto, me parece intrigante o fato de a Academia Vianense de Letras situar-se na rua Antônio Lopes, pois há uma escola com o nome de Lopes e ainda o fórum de justiça ter o nome de seu pai o Des. Manoel Lopes da Cunha. Mesmo com essas homenagens e dado o prestígio da família de seu pai e da sua mãe, não foi o suficiente para que se fizesse conhecido.

Em vista disso, é oportuno conhecer as razões apresentadas por Serejo para esse desconhecimento: primeiro, “Lopes não escreve sobre Viana, sua cidade natal, como faz com Alcântara e São Luís” – talvez por uma falta de ufanismo; Segundo, porque: “Viana tinha jornal desde 1882, mas ele não citou. E, portanto, é traidor da sua cidade”. Desse modo, o folclorista falou sobre muitas temáticas e áreas, mas se esqueceu de fazer a devida homenagem a quem foi berço de seus primeiros passos.

Para o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, a passagem de Lopes como juiz foi efêmera, pois não se tem, até hoje, grandes repercussões de sua atuação como magistrado. Sobre Lopes da Cunha ser juiz, pude encontrar uma citação dele no livro póstumo *Presença do Romancero*: “Dêste Romance, de que Celso de Magalhães não encontrou vestígio, fomos achar uma versão em pleno sertão maranhense, quando lá estivemos como juiz de direito da comarca de Pastos-Bons”. No artigo biográfico colhido por José Ribeiro Santos, publicado na Revista do IHGM, confirma essa afirmativa: “Na sua breve passagem pela judicatura maranhense, nas comarcas de Itapecuru e Pastos Bons, Lopes demonstrou possuir profundos conhecimentos da ciência jurídica”³.

Para saber mais sobre o fato, o desembargador Lourival Serejo concedeu-me uma visita ao Arquivo e Gestão Documental do TJMA, em que fui recebido pelo coordenador Christofferson Melo. No encontro, o coordenador do arquivo afirma que o acervo da comarca de Pastos Bons, na época, não havia sido recolhido. Agora, entrando em contato com o

³ ANTÔNIO, Lopes. Revista de Geografia e História do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, São Luís, ano IV, n. 4, p. 45-46, dez. 1953, p. 45.

coordenador, fui informado de que o acervo dos processos já se encontra no laboratório do Arquivo e Gestão Documental do TJMA e está em fase de tratamento e arranjo de acervo. Por fim, o coordenador reafirmou a disposição em abrir as portas do Arquivo, uma vez que, para ele, as questões de Lopes da Cunha são muito caras ao desembargador Lourival Serejo, conterrâneo de Lopes.

Ainda sobre o encontro com o cronista Serejo, dos momentos mais emocionantes, foi quando fui convidado a conhecer a sua biblioteca particular. De fato, foram minutos de êxtase, dado o tamanho do acervo, bem como sua organização, catalogação e riqueza imensuráveis. De um lado, obras que ele produziu – e foram muitas. De outro, obras da América Latina. Além de conter espaços distribuídos entre as áreas do Direito e da Literatura regional, nacional e estrangeira.

De todo modo, saí do encontro tomado pelas muitas sensações que pude contemplar em poucas horas: por estar em frente e na biblioteca de uma das maiores vozes da literatura contemporânea do Maranhão. Por conversar sobre Lopes, também interessado nos estudos do conterrâneo (embora “traidor de Viana”, como o qualifica). Como também, por tecer uma conversa na varanda da casa de quem preside a instância maior do judiciário do Maranhão e membro da Academia Maranhense de Letras. Ademais, o confrade exige uma cópia da dissertação para uma possível publicação pela Academia Maranhense de Letras-.

No compromisso, Serejo afirma que Lopes está mais ligado ao Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM) do que à Academia Maranhense de Letras. De fato, Lopes estava muito mais ligado ao Instituto, dado que foi Secretário Geral dessa instituição e um dos fundadores. O confrade continuou tecendo comentários sobre Lopes em relação à AML, declarando que o polígrafo foi muito crítico da Academia, enquanto era um admirador do Instituto.

O intelectual segue dizendo que Lopes fez trabalho enquanto folclorista pela admiração que tinha ao tio Celso Magalhães, um dos precursores do estudo do folclore no Brasil.

É notória a afirmativa de Serejo, uma vez observada a “Introdução” da obra *Presença do Romancero*, de Antônio Lopes, na qual já nas primeiras linhas delinea: “Devem-se os primeiros estudos com caráter científico do folclore brasileiro ao escritor maranhense

Celso de Magalhães⁴. Nessa ótica, Lopes reconhece o prestígio de seu tio, sobretudo na história da tradição maranhense. Sobre isso, Lopes discorre

Natural de uma província rica de tradições dos três elementos fundamentais que entraram na formação do povo brasileiro- o português, o índio e o negro- e onde, como escreveria, “se conservaram por mais tempo os hábitos portugueses, as festas, as tradições e as lendas”, Celso Magalhães ouviu ali cantarem ou contarem velhíssimas composições poéticas do folclore da Península Ibérica, trazidas de além-mar pelos colonizadores⁵.

Do que Serejo falou a respeito de Lopes, deve ser trazido a lume a fala de que “Lopes era um homem disperso”. Quanto a essa afirmação, tenho minhas ressalvas. Antônio Lopes detinha uma intelectualidade invejável, basta observar a descrição biográfica de Franklin de Oliveira:

De todos os escritores com que até hoje privei, foi Antônio Lopes o que maior impressão de força e segurança de vôo me deu. Tudo, nele, sob a unção de sua palavra, era amplo e transfigurava-se. E nenhuma força o galvanizava mais do que o seu amor pelo Maranhão. Amor de terra, da paisagem, das tradições, dos hábitos, dos costumes, das heranças sociais, amor primordial de tudo aquilo que constitui a história e a alma da velha província que nunca soube compreender o mestre, sempre ingrata à sua ternura e insensível à nobreza mental de seu afeto. Dir-se-ia, e estou certo disto, de que o Maranhão, com esta decadência que o corrói, estava muito abaixo da espécie de afeição que lhe dedicava Antônio Lopes⁶.

Mas não somente. Serejo menciona um outro amigo da Academia de Letras do Maranhão, Sebastião Moreira. Este, me revelaria mais coisas sobre Lopes.

No dia seguinte, telefono para Sebastião Moreira – por meu DDD ser diferente do de São Luís, quase não me atende, pois achava que era novamente ligação anônima. Quando atendeu, me apresentei e falei quem havia mandado eu procurá-lo. Batizo como “grande” encontro por inúmeras razões. Dentre as quais, considero a mais importante o seguinte: ganhei, do confrade, um compilado de artigos, biografias, poemas, biobibliografias, publicadas por (e sobre) Lopes em vários jornais. Trata-se de mais de 90 arquivos digitados em word, que foram publicados por Antônio Lopes nos jornais em que atuava. Segundo Moreira, todo o compilado foi trabalho de seu amigo, José Raimundo dos Santos de quem ganhou os documentos, já que tinha interesse em publicá-los, mas por estar dedicado à publicação de uma

⁴ LOPES, Antônio. Presença do Romancero – versões maranhenses. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileira, 1967, p.1.

⁵ *Ibidem.*, p.1.

⁶ OLIVEIRA, Franklin de. Antônio Lopes. O Imparcial, São Luís, 01 dez. 1950, p.1.

coletânea, decidi deixar que eu o fizesse. Ao me entregar o *pendrive* com os arquivos, Moreira diz: “Tu tens noção do presente que estás ganhando? Pois representa 2 anos de sua pesquisa”.

No encontro, Sebastião Moreira diz que: “O mito é a história que não cabe em si mesma. O mito se faz do transbordamento da história.” As palavras de Moreira falam no sentido dos valores simbólicos da cultura. Para ele, todos temos cultura. Logo, contribuímos em algo para o mundo. Aplicando à pesquisa, compreendo que precisamos identificar o que há de valor simbólico em Antônio Lopes e, principalmente, o que de Cultura Popular existe em Antônio Lopes.

Moreira também afirma que Lopes da Cunha produziu algo muito disperso, tendo as produções de Antônio Lopes ora na política, na história, no folclore, na imprensa, no patrimônio, na biografia, na crítica literária e na poesia. No entanto, há uma fala do confrade que me chamou bastante atenção: “A dispersão de Antônio Lopes diz muita coisa.” Dito isso, Moreira abre o leque para discutir a importante abrangência de conhecimento que detinha o folclorista, bem como os intelectuais sobre os quais tinha relações restritas. Moreira fala de alguém muito próximo a Lopes: Antônio Lobo.

Aliás, para Moreira, estudioso da Cultura e Literatura Latino-Americana, “Não sou muito fã de folclorista, já que falta ao verdadeiro folclorista aquilo que chamo de Academicidade. O folclorista é folclórico, o que normalmente é chamado de cultura popular. Sem muita profundidade”. O que Moreira disse, em entrelinhas, foi que o folclórico faz uma leitura imediata, sem ir além do que está registrado. No entanto, Lopes, em seu livro sobre os romances, tece comentários que julgo bastantes aprofundados, chega a fazer comparações com versões colhidas por Teófilo Braga e Almeida Garret, em Portugal no século XIX.

Além dos arquivos digitados e alguns digitalizados, Sebastião Moreira me presenteia com três obras de Antônio Lopes, impressas em papel A4, encadernadas em capa dura, todas da Biblioteca Serafim Santos: *O comendador João Gualberto da Costa: esboço Biográfico* (1944), *A capitania de Cumã* (1950) e *A missa do Padre Ivo* (1952).

Ao final da longa conversa, que durou mais de cinco horas, Moreira indicou leituras, como a importantíssima obra de Raimundo Lopes. A conversa com Moreira também me levou à poetisa Arlete Nogueira da Cruz Machado, ex-aluna de francês de Maria de Lourdes Lopes da Cunha – esposa de Antônio Lopes.

Arlete Nogueira conta que, enquanto diretora do Departamento de Cultura do Maranhão, ajudou a publicar o livro de Lopes chamado *Dois estudos maranhenses: Inscrições lapidares de São Luís; Meios de Transporte na Ilha do Maranhão*, pelo dito departamento, em 1962, junto com Jomar Moraes. Foi junto a Moraes que Arlete articula a publicação do

dicionário de César Marques, editado por Lopes, já que, nas palavras da intelectual, “foi um pedido de sua mestra, a publicação desta obra”.

A poetisa revela que Lopes tinha um baú onde guardava seus escritos e que, mesmo após sua morte, a viúva os mantinha guardados. Quando sua querida professora e amiga veio a óbito, Nogueira não pôde ir para o sepultamento, mas tempos depois vai à casa da mestre, onde morava a cunhada de Lopes. Ao indagar pelos materiais de estudo de Lopes, a cunhada disse que jogou fora, pois tinha raiva desse material, já que ocupava todo o tempo de Lopes. Indignada, Nogueira diz repreender a mulher e disse que, caso ela estivesse, teria tratado de encaminhar os materiais para o arquivo nacional. Ao final dos 24 minutos da ligação, Nogueira se despede, pois diz estar integralmente dedicada à organização de publicação do livro inédito, deixado pelo seu esposo, o poeta maranhense Nauro Machado.

Da visita à Biblioteca Pública Benedito Leite, ainda em São Luís, encontrei alguns artigos importantes, escritos por Lopes da Cunha: (i) “O Folclore maranhense” (publicado no *Diário do Norte* em 1942); (ii) “Santo Antônio: na História e na Tradição Maranhense” (publicado no *Diário do Norte* em 1937); e (iii) *Estudos diversos*, digitalizado, enviado ao meu e-mail, pela Biblioteca. Há vários estudos feitos por Lopes, dentre os quais, alguns estão no acervo compilado por José Raimundo dos Santos e que me foi doado pelo professor Moreira.

Os arquivos dos escritos de Antônio Lopes foram fichados e separados em duas categorias: (i) biográficos; (ii) e com Cultura Popular, enfoques da pesquisa.

Diante o exposto, há de se mensurar que existe muita bibliografia de Lopes, majoritariamente escrita por seus contemporâneos, mas, em contrapartida, sobre os estudos folclóricos de Lopes da Cunha, há apenas a dissertação de Clícia Gomes, escrita em 2014, onde a pesquisadora faz um panorama dos folcloristas maranhenses, e Antônio Lopes não é objeto central do estudo. Nesse sentido, não temos conhecimento, até o presente, de pesquisas com enfoque na carreira do polígrafo, tampouco sobre como Lopes lê o folclore maranhense.

Assim, mesmo consciente de que a tarefa é maior das possibilidades de uma pesquisa de mestrado, sendo que o resultado aqui apresentado está longe ainda de cumpri-la, vale esclarecer que o objetivo principal deste trabalho é a apresentação mais documentada possível de aspectos relevantes da trajetória biográfica e intelectual de Antônio Lopes, com destaque para aquilo que ele produziu, por escrito, com foco num tema específico: a cultura popular. Desta forma, dividimos o material em três capítulos. O primeiro aborda os vários elementos da biografia do nosso autor, inclusive utilizando uma série de documentos e textos de “louvação”, o que permite também auferir o prestígio alcançado por Lopes no Maranhão,

até os dias de hoje. No segundo capítulo, apresenta-se um olhar mais minucioso sobre alguns dos textos dispersos de Antônio Lopes, que tenham como tema direto ou indireto o folclore, o patrimônio, as tradições, do Estado do Maranhão. Alguns desses textos, os mais significativos, estão reproduzidos nos “Anexos” da dissertação, para que a leitora e o leitor possam conferir o inteiro teor deles. Finalmente, o terceiro capítulo é inteiramente dedicado ao estudo do livro principal de Antônio Lopes, *Presença do Romancero. Versões maranhenses*.

CAPÍTULO 1. BIOGRAFIA(S) DE UM POLÍGRAFO

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Antônio Lopes da Cunha nasceu em Viana (MA), em 25 de maio de 1889. Morreria aos 61 anos de idade, em novembro de 1950. Atravessou, cronológica e intelectualmente, um quadrante muito significativo da história intelectual do Brasil e do Maranhão, atuando em muitas dimensões do pensar, do escrever e do fazer. Se foi, essencialmente, um jornalista e um professor, como nos lembra um dos estudiosos maranhenses que mais se debruçaram sobre a sua trajetória, Sebastião Moreira Duarte⁷, foi também um jurista e, nos limites que se ofereciam à sua geração, um historiador, nos sentidos mais amplo e menos especializado do termo. Em volta dele se construiu uma curiosa montagem de olhares cruzados: autor de inúmeros “perfis” biográficos (de colegas e amigos, vivos ou falecidos, e de grandes vultos, brasileiros ou maranhenses) foi ele mesmo objeto de numerosas “biografias”, que às vezes se encaminharam para a hagiografia. Dessa forma, ordenar uma linha biográfica da sua trajetória também significa, simultaneamente, observar os reflexos e as repercussões dessa mesma trajetória entre os seus contemporâneos. Apesar disso, porém, é forçoso reconhecer que hoje, na terceira década do século XXI, Antônio Lopes é praticamente um desconhecido, merecendo, como dissemos na Introdução, um acréscimo de olhares e de estudos.

Dois desses elementos – a atividade, contínua e intermitente ao mesmo tempo, de jornalista, e a escassa repercussão da sua obra – estão, como se tentará aqui demonstrar, articulados entre si: a sua produção é, com poucas exceções, “dispersa”, fragmentada, se estendendo por temáticas diversas e por veículos diferentes, sobretudo jornais e revistas. Nem por isso, porém, trata-se de uma construção “frágil”.

1.2 TRAJETÓRIA

Antônio Lopes da Cunha era filho de Manuel Lopes da Cunha e de Maria de Jesus Sousa Lopes da Cunha. Pertencem à sua família ao menos outros dois grandes nomes da intelectualidade maranhense e com destaque nacional: Celso Magalhães, seu tio paterno, e Raimundo Lopes, seu irmão mais novo. Por motivos diferentes, essas duas presenças marcam

⁷ Comunicação pessoal.

muito significativamente os interesses intelectuais de Antônio e mesmo algumas opções em termos de publicações, como será exposto ao longo deste trabalho.

Seu pai (1855-1924), natural de Penalva, a poucos quilômetros de Viana, foi bacharel pela Faculdade de Direito de Recife, em 1883, o que lhe ensejou ampla carreira jurídica no Maranhão. Em seguida,

ingressou na política [...], elegendo-se presidente do estado do Maranhão para o quadriênio 1902-1906, em substituição a João Gualberto Torreão da Costa. Assumiu o governo em 1º de março de 1902, mas ausentou-se do poder em 19 de novembro do mesmo ano para tratamento de saúde no Rio de Janeiro [...]. Sua licença se estendeu até o fim do mandato⁸.

Reestabelecida a sua saúde, retomou sua carreira jurídica, chegando ao posto de desembargador no Tribunal de Justiça do Maranhão, corte que ele chegaria a presidir no final da sua vida.

De acordo com José Raimundo Santos, responsável pela compilação dos arquivos de Antônio Lopes, utilizados para este trabalho, o nosso autor

Fez os primeiros estudos com seus avós maternos Juliana Sousa e Horácio Franklin de Sousa⁹, completando o curso primário no Colégio Rayol, fundado em Viana pelo professor Alexandre Rayol. Seu curso secundário, iniciado com o pai, em Viana, foi continuado em São Luís com José Augusto Correia. Depois, foi para o Rio de Janeiro fazer estudos preparatórios, com Fausto Barreto, Jasper Harhen, Agliberto Xavier, Leôncio Correia e Oliveira Menezes Filho. Começou a vida literária fundando com Mariano Couto e José Belo Salgado a *Revista Vianense*, manuscrito em folhas de papel azul-cinza, de embrulhar rebuçados¹⁰

Esse parágrafo já aponta para a dupla perspectiva que se mencionava há pouco: a trajetória de Antônio Lopes é recheada de “presenças” que o atrelam, em vias de mão dupla, à história intelectual do Maranhão e, em parte, do Brasil, e às reconstruções contemporâneas dessa mesma história. Apesar de o propósito deste trabalho seja mais modesto,

⁸ LOPES, Raimundo Hélio. Manuel Lopes da Cunha. In: ABREU, Alzira Alves (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CUNHA,%20Manuel%20Lopes%20da.pdf>. Acesso em 5 de setembro de 2023.

⁹ Os avós maternos de Antônio Lopes, Horácio Franklin de Sousa e Juliana Adelaide da Luz e Sousa, eram, segundo Assir Alves da Silva, em seu discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, na cadeira que fora de Raimundo Lopes, “educadores de prestígio e influência relevante no ensino tornando-se referencial para sucessivas gerações que tiveram a oportunidade de frequentar suas escolas, naquela região da Baixada em Viana”. Cf. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão*, n. 41, junho de 2012, edição eletrônica, p. 103. Disponível em https://issuu.com/leovaz/docs/revista_ihgm_41_-_junho__2012. Acesso em 5 de setembro de 2023.

¹⁰ SANTOS, José Raimundo. Antônio Lopes. *O Estado do Maranhão*, São Luís, 29 nov. 2010, p. 4.

achamos interessante, mesmo assim, apresentar informações, ainda que sucintas ou incompletas, acerca de pessoas e instituições que aparecem na trajetória de Antônio Lopes¹¹.

Assim, vale registrar que **Alexandre Rayol** (1855-1934) foi sobretudo um músico - compositor, regente, violoncelista, cantor lírico – embora sua atuação principal fosse a de professor e de diretor de escolas¹².



Fonte: <http://apem.cultura.ma.gov.br/acervo/items/show/121>

José Augusto Correa (1854-1919), que seria um dos fundadores da Academia Maranhense de Letras, também foi essencialmente um professor, mas, em seguida, também colaborou na imprensa local, notadamente no mesmo órgão a que foi ligado o nome de Antônio Lopes, *A Pacotilha*¹³. **Fausto Barreto** (1852-1915), que viria a ser professor de língua portuguesa no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, foi um dos mais destacados filólogos e gramáticos do seu tempo. **Agliberto Xavier**, figura proeminente do positivismo brasileiro, foi professor de matemática no Colégio Pedro II, onde também ensinava filosofia e autor de textos de matemática, inclusive uma *Théorie des Approximations Numériques et du Calcul Abrégé*,

¹¹ Não foi possível obter informações fidedignas a respeito de dois dos nomes mencionados: Jasper Harhen e Oliveira Menezes Filho.

¹² CERQUEIRA, Daniel Lemos, "Alexandre Rayol" APEM - Acervo Digital, <http://apem.cultura.ma.gov.br/acervo/items/show/121>. Acesso em 5 de setembro de 2023.

¹³ Disponível em: <https://academiamaranhense.org.br/fundadores/jose-augusto-correa/>. Acesso em 5 de setembro de 2023.

publicado em Paris em 1909¹⁴. **Leôncio Corrêa** (1865-1950) foi diretor da Instrução Pública do Rio Janeiro, diretor do colégio Dom Pedro II, diretor da Imprensa Nacional, diretor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro¹⁵.

Finda essa primeira etapa da formação de Antônio Lopes, o jovem dirige-se para um dos destinos acadêmico-profissionais mais significativos da sua época e do seu status social: a Faculdade de Direito de Recife, onde concluirá o seu bacharelado em 1911. Lá, ele se aproxima do também bacharel em direito, mas mais conhecido como poeta, o paraibano Augusto dos Anjos, cinco anos mais velho. Pertence a essa fase (e talvez também se atrele a essa amizade) a sua estreia literária, com o livro de poesia *Litanias da Morte*¹⁶. Por óbvio, os anos de Recife seriam decisivos: entre os seus mestres estava Clóvis Bevilacqua, o mais eminente jurista da Primeira República (e autor do primeiro *Código Civil* brasileiro), que teria sido amigo do pai de Antônio Lopes¹⁷, num ambiente ainda marcado pelas figuras e pelo pensamento de um Sílvio Romero e de um Tobias Barreto, ou seja, em plena efervescência positivista e comtiana.

Tendo voltado em definitivo para o seu Estado natal, Antonio Lopes começa, de fato, a construir a sua trajetória intelectual, entre o jornalismo, o ensino, a literatura e a atividade jurídica.

Na primeira dessas dimensões, iniciou a publicar textos de sua autoria no jornal *Pacotilha*, numa coluna intitulada “O dia”, usando o pseudônimo Ariel. No mesmo veículo, em seguida, publicou crônicas na coluna “Prosa Avulsa” e permaneceu até 1925, tendo sido também o seu editor-chefe¹⁸. Em 1937 fundou e dirigiu o *Diário do Norte*, que seria um dos principais jornais de circulação diária na capital maranhense. Pelo testemunho de Antônio de Oliveira,

Antônio Lopes era um jornalista completo. Na “Pacotilha”, no “O Imparcial” e no “Diário do Norte” muitas vezes fazia quase sozinho o jornal. Desde o artigo de fundo, versando os assuntos mais diferentes, como política, urbanismo, guerra, literatura ou história, até a modesta local, escondida num cantinho da página, corrigindo ou refazendo colaborações alheias e redigindo os anúncios comerciais¹⁹.

¹⁴SILVA, Circe Mary Silva da. *Matemática Positivista e sua difusão no Brasil*. Vitória: Edufes, 2023.

¹⁵ Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=12488>. Acesso em 5 de setembro de 2023.

¹⁶ LOPES, José Antonio Viana. *Capital Moderna e Cidade Colonial: o pensamento preservacionista na história do urbanismo ludovicense*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano. Recife, UFPE, 2004, p. 75. Disponível em: https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/3557/1/arquivo5438_1.pdf. Acesso em 5 de setembro de 2023.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ OLIVEIRA, Antônio de. Outra Imagem de Antônio Lopes. In: LOPES, Antônio(org.). *História da Imprensa no Maranhão*. Rio de Janeiro: DASP, 1959, p. 13.

Também teve longa e significativa passagem por um órgão prestigioso como *Pacotilha*, fundado em 1880 e que, com algumas interrupções, circulou até 1938²⁰.

Josué Montelo, evidentemente, exagera quando diz: “Tudo que escreveu, Antônio Lopes disseminou em jornais e revistas”²¹. Entretanto, no próximo capítulo veremos quão relevante é (e não só no tocante ao tema principal deste trabalho – a cultura popular) o que Antônio Lopes, pensando e refletindo sobre um grande leque de assuntos e questões, deixou consignado em veículos da imprensa. Vale também lembrar que Lopes foi um dos fundadores da Associação Maranhense de Imprensa e sócio da Associação Brasileira de Imprensa, além de colaborar com veículos de outros Estados – São Paulo, Pernambuco, Piauí, Amazonas e Pará²².

Na obra *História da Imprensa no Maranhão* (1959), Antônio Oliveira confirma a atuação de Lopes quanto Jornalista da imprensa maranhense, pois

todo aquele que futuramente quiser escrever sobre a imprensa e jornalistas maranhenses há de, compulsoriamente, recorrer ao trabalho de Antônio Lopes, fazendo-lhe também a justiça de o incluir entre os nossos maiores jornalistas, pelas suas qualidades de cultura, elegância, limpidez de estilo e outras virtudes por ele observadas com tamanha acuidade no biógrafo perfeito do Padre Antônio Vieira²³.

Domingos Vieira Filho, aluno de Lopes e confrade da Academia Maranhense de Letras, companheiro no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, pormenoriza a atuação de Lopes na história da imprensa maranhense, de forma poética:

Quer no jornalismo diário, atividade que por muitos anos observou esse robusto espírito, quer noutros setores do trabalho mental, Antônio Lopes revelou-se sempre um escritor correto, de prosa leve e encantadora, servindo, ademais, por uma extensa e variada cultura. Não se intitulava homeopata das letras, querendo opinar em mil assuntos, porque à sua improbidade intelectual fazia moza tratar de outiva qualquer matéria, fosse a reconstituição de um simples fato histórico, fosse o deslindar de uma intrincada questão de folclore²⁴.

20 MATOS, Marcos Fabio Belo . (2021). JORNAL PACOTILHA: uma voz pela modernidade fin-de-siècle em São Luís. *Outros Tempos: Pesquisa Em Foco - História*, 18(32), 398–407. Disponível em: <https://doi.org/10.18817/ot.v18i32.862>. Acesso em 5 de setembro de 2023.

21 MONTELLO, Josué. Imagens de Antônio Lopes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 de abr. 1956.

22 Lopes, 2004, cit., p. 76.

23 OLIVEIRA, Antônio de. Outra Imagem de Antônio Lopes. In: LOPES, Antônio(org.). *História da Imprensa no Maranhão*. Rio de Janeiro: DASP, 1959, p.9.

24 OLIVEIRA, Antônio de. Outra Imagem de Antônio Lopes. In: LOPES, Antônio(org.). *História da Imprensa no Maranhão*. Rio de Janeiro: DASP, 1959, p.10.

Antônio Lopes foi, também, um professor e, mais do que isso, um agente relevante no campo da educação pública do Maranhão da primeira metade do século XX. Na capital do Estado, ele lecionou literatura no Liceu Maranhense, instituição fundada em 1838. Segundo o perfil a ele dedicado na galeria da Academia Maranhense de Letras, na realidade Antônio Lopes “regeu a cátedra de Literatura do Liceu Maranhense e a de Introdução à Ciência do Direito na antiga Faculdade de Direito do Maranhão, de que foi fundador [...]”²⁵. Já na versão que nos é consignada pela página web da Academia Vianense de Letras, o nosso autor

exerceu, também, mediante concurso, a cátedra de Literatura, no Liceu Maranhense, com a mesma capacidade que o notabilizou na Faculdade de Direito de São Luís, embora naquele estabelecimento de ensino já ministrasse aulas de Geografia e Francês, interinamente, e, depois, Sociologia e Filosofia²⁶.

Sobre a sua atuação como docente, é conhecido o depoimento de um dos seus alunos, que se tornaria famoso como escritor e jornalista, Josué Montello:

Nos idos de 1932, quando eu fazia minhas humanidades no velho Liceu Maranhense, parei, uma tarde, à porta de uma sala de aulas, ao ouvir o nome de Eça de Queiroz.

E de pé, interessado pelo tema da lição e empolgado pelo professor, ali permaneci, até o fim da aula.

Antônio Lopes discorria, para os alunos da classe de literatura, sobre o estilo de Eça de Queiroz.

Numa distância de vinte e quatro anos, posso ainda entrever, através dessa camada de tempo, o quadro negro, com a letra inclinada do mestre e este trecho de O Suave Milagre: “Nesse tempo Jesus ainda se não afastara da Galileia e das doces, luminosas margens do Lago Tiberíades...”

Um traço vertical, seccionando em vários trechos o período, marcava-lhe as ascensões e quedas, na ondulação harmoniosa da frase.

E Lopes, de giz em punho, lia o trecho em voz alta, destacando-lhe os valores estilísticos, para a classe que lhe ouvia a lição.

Ao fim da aula, veio ao meu encontro.

- Conheces Eça de Queiroz? – perguntou-me.

E mais tarde, quando lhe mostrei o livro que levava comigo, logo o abriu e se pôs a repetir, com inexcusável mestria, um soneto de sua predileção.

Desde esse tempo ficamos amigos. Muitos dos livros de sua biblioteca vieram parar às minhas mãos, numa oferta do mestre afetuoso ao discípulo bisonho. Uma edição antiga de *Germinal* foi ele quem me deu. E também a primeira Brasileira de Prazins que me caiu às mãos²⁷.

25 Disponível em: <https://academiamaranhense.org.br/ocupantes/antonio-lobes-da-cunha/>. Acesso em 6 de setembro de 2023.

26 Disponível em: <http://avlma.com.br/site/antonio-lobes/>. Acesso em 6 de setembro de 2023.

27 MONTELLO, Josué. Imagens de Antônio Lopes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 de abr. 1956.

Outras fontes, finalmente, informam que Lopes também lecionou, na Faculdade de Direito, a disciplina de Filosofia do Direito²⁸. Encontra-se, nas memórias da Faculdade, por exemplo, que:

O dr. Antonio Lopes abriu o seu curso de filosofia do direito, a 1ª cadeira do 1º ano, comparecendo todos os alunos matriculados no ano, á qual o professor de Filosofia do Direito, depois de explicar sucintamente o espírito e as divisões do seu programa de curso, prelecionou durante a hora regulamentar sobre o tema da primeira lição: A Filosofia moderna e os grandes problemas filosóficos. De acordo com esse enunciado expôs os traços característicos do desenvolvimento filosófico desde Descartes até Kant, esboçando previamente os caracteres do pensamento da Antiguidade, da Idade Média e da Renascença. Estudou a estrutura comum aos grandes sistemas elaborados século XVII e a reação provocada, no seguinte, pela escola experimental inglesa e seus sequazes, terminando por acentuar os resultados do conflito entre dogmatismo e o ceticismo e sintetizar os esforços da filosofia moderna nos dois primeiros séculos de desenvolvimento, no campo dos quatro grandes problemas filosóficos, conforme o enunciado de Hoffding¹¹³ – o lógico, o cosmológico, o da estimação dos valores e o psicológico. Ao terminar foi alvo de uma simpática manifestação dos seus alunos, que saudaram com palmas a sua peroração. O tema da próxima prelação da cadeira será – O Criticismo²⁹.

O que é bem relevante, porém é o fato de que Antônio Lopes, dessa Faculdade de Direito de São Luís foi um dos animadores e fundadores, em 1919:

A 21 de março de 1919, Raul da Cunha Machado, governador do Estado, através da Lei no. 834 considera de Utilidade Pública a Faculdade de Direito do Maranhão. Reunida a congregação, no dia 21/03, presentes Henrique Couto, Abranches Moura, Godofredo Viana, Manoel Jansen Ferreira, Fran Paxeco, João Vieira, Antonio Bona, Almeida Nunes, Antonio Lopes, Leôncio Rodrigues, padre Arias Cruz, para decidir, conforme convocação, quem faria o discurso de abertura do ano letivo, do curso jurídico, recaindo a escolha sobre Godofredo Viana³⁰.

Ligada à sua atuação no magistério, parece que está a sua participação em gestão pública, se, como reporta o perfil da Academia Maranhense de Letras, Lopes “em 1926 foi Intendente Municipal e dirigiu por muito tempo a Diretoria de Instrução Municipal imprimindo a essa repartição um cunho de alta eficiência, pois estava em dia com as últimas conquistas da Escola Nova”³¹. O estudo de José Lopes oferece algum detalhe adicional, mesmo assim carente de fontes:

²⁸VAZ, Leopoldo Gil Dulcio. O “Sportman” Antônio Lopes da Cunha. *Recorde: Revista de História do Esporte*, Volume 2, número 2, dezembro de 2009, p 6.

²⁹VAZ, Leopoldo Gil Dulcio. Memória da Faculdade de Direito do Maranhão: 1918-1941. Disponível em: https://issuu.com/leovaz/docs/mem_ria_da_faculdade_de_direito_do_maranh_o_-_1918. Acesso em 6 de setembro de 2023.

³⁰*Ibidem*.

³¹ Disponível em: <https://academiamaranhense.org.br/ocupantes/antonio-lobes-da-cunha/>. Acesso em 6 de setembro de 2023.

Em 1926 Antonio Lopes, então Inspetor Geral da Instrução Pública, assume interinamente a prefeitura de São Luís, pelo período de dezesseis dias em que o prefeito Antonio Brito de Araújo licenciou-se para tratamento médico. Durante sua curta gestão [...] concede subsídios para os aluguéis de uma sede para o, então, “Instituto Histórico Geographico do Maranhão [...]”³²

Do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, Lopes está entre os fundadores, como atesta a própria página do IHGM:

O Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão foi fundado em 20 de novembro de 1925, na cidade de São Luís, em comemoração ao centenário de D. Pedro II. Surgiu com o nome Instituto de História e Geografia do Maranhão. Foram sócios fundadores da instituição: Antônio Lopes da Cunha, Justo Jansen Ferreira, José Domingos da Silva, José Ribeiro do Amaral, Wilson da Silva Soares, Domingos de Castro Perdigão, Benedito de Barros e Vasconcelos, Pe. Arias de Almeida Cruz, Pe. José Ferreira Gomes, José Pedro Ribeiro e José Eduardo de Abranches Moura³³.

Essa ligação de Antônio Lopes com o Instituto Histórico e Geográfico e, portanto, mais em geral, com questões de cultura e patrimônio, tradição e memória, será abordada com mais destaque nos próximos capítulos deste trabalho. Desde já, porém, vale lembrar que estaremos lidando justamente com os resultados dessa articulação entre a “fragmentariedade” da produção do nosso autor e a sua dimensão multifacetada.

Nisso, como anunciamos atrás, está assentado o acúmulo de olhares para com esse intelectual. Pinçamos as palavras do jornalista maranhense Franklin de Oliveira³⁴, que no necrológio publicado n’*O Imparcial*, dias depois do falecimento de Lopes, escreveu:

A despedida de Antônio Lopes, anteontem, deixou uma solidão maior em torno de nós. Nele não desapareceu só o amigo em quem, em vinte e poucos anos de convívio, nunca vimos uma palavra a revelar sentimento mesquinho, pobreza de espírito e pobreza ainda mais triste de coração. Tudo, neste escritor de alta linhagem, era

³² LOPES, José Antonio Viana. *Capital Moderna e Cidade Colonial: o pensamento preservacionista na história do urbanismo ludovicense*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano. Recife, UFPE, 2004, p. 76-77. Disponível em: https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/3557/1/arquivo5438_1.pdf. Acesso em 5 de setembro de 2023.

³³ Disponível em: <http://www.ihgm.org.br/historia.php>. Acesso em 6 de setembro de 2023.

³⁴ José Ribamar Franklin de Oliveira (São Luís, 12 de março de 1916 — Rio de Janeiro, 6 de junho de 2000), mais conhecido como Franklin de Oliveira, foi um jornalista e crítico literário brasileiro. Começou a carreira de jornalista aos 16 anos, no *Diário da Tarde*, e em 1938 já estava no diário *A Notícia*, do Rio de Janeiro. Na década de 1930 trabalhou na revista *Pif-Paf* e, em 1944, foi para *O Cruzeiro*, onde tornou célebre sua coluna "Sete Dias", que escreveu por 12 anos. Em 1956, tornou-se editorialista e crítico do *Correio da Manhã*. Quatro anos depois, mudou-se para Porto Alegre, onde, no governo de Leonel Brizola, foi secretário-geral do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul e delegado desse estado no Banco de Desenvolvimento Regional do Extremo Sul. Exerceu cargos importantes na Petrobrás até que o governo militar instalado em 1964 cassou seus direitos políticos com base no AI-1. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Franklin_de_Oliveira. Acesso em 22 de fev. de 2023.

fidalgua, fineza de sensibilidade, pura como um acorde musical. Ainda adolescente, aproximei-me de Antônio Lopes. E agora é com profunda saudade que recordo nossas caminhadas a pé pelas ruas da cidade, ele, luminoso de inteligência e coração, a dizer versos dos poetas que mais amávamos, e nós, sequiosos de sua palavra. Morava o Mestre, naquela época, na Avenida Rio Branco, e, ali, todas as noites, com Josué Montelo e Antônio Oliveira, nos reuníamos, para a iniciação nas letras, de que era mago soberano. E as conversas iam madrugada alta, cada hora sendo mais bela e mais translúcida. Porque Antônio Lopes não era apenas um mestre de álgida linha pedagógica. Nele, ensinar era paixão. E paixão criadoramente plástica, porque o inflamava modelar os espíritos, plasmá-los, e não apenas dar-lhe rotineiras direções. Antônio Lopes procurava despertar, em cada amigo jovem, o senso da autonomia mental: quanto mais livre e amplo o espírito do discípulo, mais radiante a vitória do mestre³⁵.

No próprio artigo, Oliveira nos revela que o catedrático “era um gerador de independência e rebeldia”. A forma de enxergar a docência de Lopes da Cunha está muito próxima à ideia de autonomia posta por Paulo Freire, em que a defesa pela criticidade é parte essencial do processo educativo. À vista disso, Oliveira (1950) declara:

Por isto que em Antônio Lopes existia, junto à suprema paixão de ensinar, à vocação do Magister, a nobreza daquilo que, nos fins do século dezoito, chamava-se, na Alemanha, “Schöne Seele”. Ele encarnava como ninguém, no Maranhão, a figura olímpica do “Dichter und Denken”, da tradição goetheana. A poesia e o pensamento, o artista e o pensador em Antônio Lopes se aliavam, construindo uma unidade mental de soberana harmonia. A inquietação que o tocava, não perturbava esta harmonia. Dava, apenas, calor, vivificando sua simetria espiritual, banhando-a em luz de alta aurora. Alumbrava-a a Beleza. A Arte esgotava, para ele, todos os mistérios da vida³⁶.

Assomada à vontade e à maneira de ensinar singulares, Lopes tratava o torrão maranhense com muito esmero. Das produções eruditas, o literato sempre procurava tecer uma temática regional em função das biografias e das homenagens que fizera aos grandes nomes da intelectualidade maranhense. Como historiador amador, sempre se remetia à historiografia de São Luís e de Alcântara. Da Literatura, esmiuçava os feitos de artistas e de contemporâneos maranhenses.

Há, ainda, no artigo publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, uma fala de Antônio de Oliveira, discípulo de Lopes, sobre sua atuação frente ao *Jornal Diário do Norte*:

Acolhia fraternalmente, na redação de seu jornal, todos os ginasianos imberbes e anônimos, escapos das aulas do Liceu e do professor Arimateia, que lhe apareciam balbuciando timidamente em prosa e verso. Ajudava-os materialmente, ensinava-lhes as lições e amparava-lhes os primeiros vôos num canto de página do “Diário do

³⁵ OLIVEIRA, de Franklin. A ausência do mestre e o crime sem remissão. *O Imparcial*. São Luís do Maranhão, 1º dez. 1950, p.3.

³⁶ *Ibidem*.

Norte”. Mestre e amigo, companheiro e guia, todos nós meninos de então, colhemos um fruto na larga sementeira de sua generosidade³⁷.

Nas palavras de Franklin de Oliveira, ainda, encontramos um “homem intensamente mentalizado ardentemente intelectualizado”. Todavia, não só a reverência conseguia influenciar seus discípulos, também o seu jeito generoso de semear e transparecer ser um homem cativante influenciaram na trajetória. O artigo publicado pelo IHGM (1953) confirma a declaração de Franklin de Oliveira sobre os governantes serem alheios às questões defendidas por Lopes.

É sempre Franklin de Oliveira que acrescenta:

[...] e nenhuma força o galvanizava mais do que o seu amor pelo Maranhão. Amor de terra, da paisagem, das tradições, dos hábitos, dos costumes, das heranças sociais, amor primordial de tudo aquilo que constitui a história e a alma da velha província que nunca soube compreender o mestre, sempre ingrata à sua ternura e insensível à nobreza mental de seu afeto. Dir-se-ia, e estou certo disto, de que o Maranhão, com esta decadência que ocorreu, estava muito abaixo da espécie de afeição que lhe dedicava Antônio Lopes³⁸.

Do que escreveu Oliveira a respeito de Antônio Lopes, sobre sua paixão pelo Maranhão, merece atenção a fala de que a velha província não compreendia o professor, de modo que todo o tempo fora vítima de ingratidão à sua presteza e espírito nobre do fazer intelectual:

pobre, pobre porque generoso e abnegado, pobre porque idealista e não pragmático pobre porque inteligente e não falcatruero, pobre porque digno e não fraudulento, nunca o Estado lhe procurou tornar a vida mais leve, que assim precisava fosse não por egoísmo, mas pelo desejo de melhor poder trabalhar pela sua terra³⁹.

Também merecem destaque os momentos de aflição e consternação por não ser levado tão a sério. Oliveira conta que, por vezes, foi testemunha ocular do intelectual estar imerso na tristeza e no desengano e o que lhe restava era persistir no que acreditava e lutava. Para o jornalista, o amigo não era indignado com a ausência de holofotes com seu nome, mas “Antônio Lopes sentia a não correspondência de seu amor como uma injustiça (não ao seu

³⁷ ANTÔNIO, Lopes. *Revista de Geografia e História do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão*, São Luís, ano IV, n. 4, p. 45-46, dez. 1953.

³⁸ OLIVEIRA, de Franklin. A ausência do mestre e o crime sem remissão. *O Imparcial*. São Luís do Maranhão, 1º dez. 1950, p.3.

³⁹ *Ibidem*.

nome, mas ao próprio patrimônio do Maranhão)”. Segundo afirma o comentador, o que matou Lopes não foi a doença e, sim, o desprezo ao que ele tinha de mais caro: o patrimônio maranhense.

Nessa lógica, o polígrafo maranhense, dedicado aos temas mais caros sobre a tradição cultural, popular e erudita do seu Estado, viu-se afogado nas frustrações do desprestígio com que era tratado o seu torrão maranhense. Ao final do artigo intitulado, “A ausência do Mestre e o crime sem remissão”, escreveu seu contemporâneo:

o que Antônio Lopes criou de inteligência e nobreza da alma persistirá. Tão poderosamente forte, como o remorso dos que, nesta terra, não amparam a única coisa que sempre distinguiu o Maranhão do resto do Brasil: não amparam seus homens de cultura.

Mestre – si, em vida, não te ajudou a tua terra, é um escárnio o resgate que, à última hora, se tentou. Tu a perdoarás que teu amor era magnífico. Ela, porém, não se perdoará a si mesma.

Os crimes contra o Espírito são crimes sem remissão⁴⁰.

É incontestável a sensibilidade com que escreve Franklin de Oliveira a respeito dos ofícios e da vida de Lopes. O jornalista e crítico literário parece conhecer Antônio Lopes muito bem. Nesse viés, a biografia lavrada pelo jornalista revela a representatividade do polímata maranhense.

Do que se versou a respeito de Lopes da Cunha, até agora, é justo reconhecer a sua representatividade, pois, além de idealizar e realizar obras relevantes, atuava, também, em espaços de poder. No entanto, esses privilégios e feitos não foram capazes de levá-lo à vitrine da fama. Sobre essa relação de reconhecimento, há de se convir que seus trabalhos marcaram a história cultural e intelectual do Maranhão. Na biografia de Antônio Lopes, escrita por Joaquim Ribeiro⁴¹, o biógrafo inicia o texto afirmando que:

geralmente os nomes eruditos constituem nomes quase desconhecidos do público e raros são os que logram fácil nomeada. Não resta dúvida que a erudição possui algo de sagrado e está fora da curiosidade profana. Esse fato talvez explique a razão pela

⁴⁰ *Ibidem*.

⁴¹ Joaquim Ribeiro nasceu no Rio de Janeiro em 1907. Formou-se em Direito. Era filólogo, jornalista, historiador, roteirista, radialista, compositor, escreveu romances, contos, poesias, ensaios sobre música, folclore e teatro. Era membro da Academia Brasileira de Filologia, do Instituto Histórico e Geográfico (RJ), da Comissão Nacional de Folclore, conselheiro da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Também foi técnico de Educação do Ministério da Educação, professor da Escola Dramática Municipal e do Colégio Pedro II. Dentre suas obras sobre folclore, tem-se: *A tradição e as lendas* (1929), *Introdução ao estudo do folclore brasileiro* (1934), *O folclore da restauração* (1941), *Folclore brasileiro* (1944), *Folclore dos bandeirantes* (1946), *Folclore baiano* (1956). Cf. GOMES, Clícia. A Fabricação do folclore no Maranhão: Investimentos e interesses no contexto da Subcomissão Maranhense de Folclore. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, 2014, p. 54.

qual a morte de Antônio Lopes, em novembro de 1950, não tenha despertado a merecida repercussão.⁴²

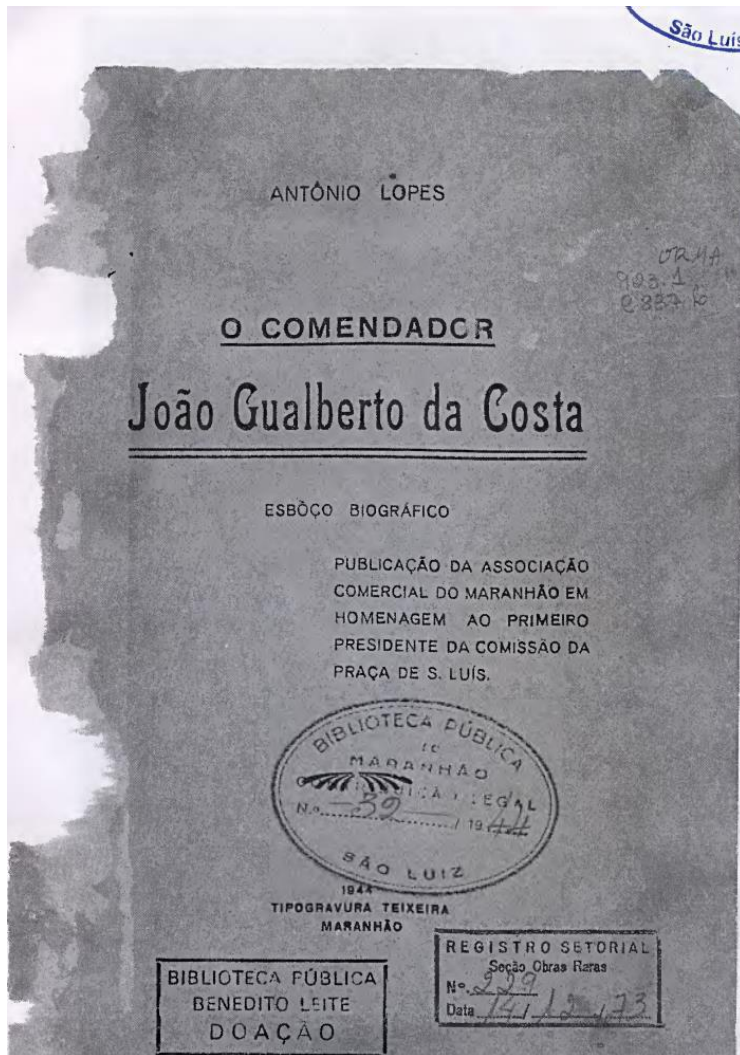
Nesse contexto, mais uma vez se evidencia a erudição de Lopes. Embora sua morte tenha sido pouco repercutida – dada sua atuação no mundo das letras –, seus esforços foram pertinazes para o processo de preservação das tradições históricas, folclóricas e culturais do Maranhão. Para Ribeiro, Lopes foi o guardião das grandes tradições culturais do Maranhão. Especificamente, os arquivos da memória cultural do povo maranhense, registrados nos romances da tradição oral, compilados na obra *Presença do Romanceiro*, validando o que Ribeiro diz sobre Lopes a respeito da atuação enquanto folclorista:

estudiosos do Brasil e do estrangeiro reconheciam-no como a grande autoridade da história e do folclore do Maranhão. [...] Os temas populares e étnicos sempre despertaram a sua atenção. Não podia deixar de se voltar para o "folclore", assunto no qual se tornou mestre exímio⁴³.

Consoante Ribeiro (1951), Lopes foi um infatigável biógrafo. Do polímata, temos diversos nomes da história dos intelectuais brasileiros biografados. Salientamos, por exemplo, a biografia “O Comendador João Gualberto da Costa” (1944).

⁴²RIBEIRO, Joaquim. A obra de Antônio Lopes. Letras e Artes. Rio de Janeiro, 11 de fev. de 1951, p. 3.

⁴³*Ibidem*.



Fonte: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=96525>

Em sua obra *O meu protesto* (1920), o biógrafo Lopes da Cunha se encarrega de apresentar dezenas de intelectuais maranhenses e as contribuições deles para a história da cultura:

Achilles Lisboa, portador também de uma cultura tantas vezes demonstrada em trabalhos de incontestável valor; Luzo Torres, o prosador mais elegante e original que possui o Maranhão de hoje, o jornalista de pulso; Benedito Vasconcelos, geógrafo erudito e homem de letras incontestavelmente cintilante; Justo Jansen, um historiógrafo que honra por certo as tradições da ciência de Cândido Mendes; Luís Viana, personalidade marcante pela sua ampla cultura e o brilho de sua pena; Nascimento de Moraes, jornalista vigoroso, de invejáveis recursos, manejando a pena com ductilidade extraordinária e maestria; Corrêa de Araújo, poeta de alta inspiração e um dos mais brilhantes que sua terra tem produzido; Alfredo de Assis, filólogo e crítico versando os assuntos de sua predileção com segurança; Teixeira Júnior, jornalista de uma coragem cívica e de uma combatividade invulgares e prosador escoreito⁴⁴.

⁴⁴ LOPES, Antônio. *O meu protesto*. *O Imparcial* (MA), São Luís, 20 de dezembro de 1920, p.2.

Além de biógrafo, jornalista, jurista, historiador, folclorista, filólogo, Lopes foi, também, nas palavras de Ribeiro (1951), um sereno poeta, sob pretexto de que sua obra era produto da fusão de sua persona invulgar alinhada à geração queurgia. A vida literária de Antônio Lopes se inicia a partir da obra *Litanias da Morte*, escrita quando estudava em Recife, no bacharel em Direito. Sobre esse ofício, trazemos à tela um exemplo do gênero, publicado em 1923 numa Antologia de *Sonetos Maranhenses*:

PRECE DA NOITE

Olhos fito no vago, em procura da Morte,
 As minhas illusões deixaram-me deserto
 O coração. No entanto, o passado, tam perto !
 Ah ! como tarda em vir a futura consorte !
 Olhos que outrora amei—frios mares do Norte,
 Tranças de vinho velho—oiro de poente incerto.
 Meu amor, teu olhar, todo em brumas aberto,
 Para as bodas finaes será meu passaporte...
 Vem visitar-me, á noite, a alma de Hamlet. Sou médio.
 Debalde, então, em mim, a ancia do além recresce,
 Lothus boiando á flor do Nilo do meu tédio !
 A vida é para mim uma eterna galé,
 E presa no meu corpo a minh'alma parece
 Um poeta ébrio, a sonhar dentro de um "cabaret"...⁴⁵

No campo da Geografia, o nosso autor também dedicou alguns trabalhos. Em sua obra interrompida – o trabalho ficou até a letra “c” – *Topônimos Tupis no Maranhão*, Lopes tentou investigar os topônimos tupis na geografia maranhense, tal como fizera Teodoro Sampaio, em *Tupi na Geografia Nacional* em 1901. Mas também, os esforços contínuos para a 3ª edição do famoso *Dicionário Histórico-Geográfico do Maranhão* por César Augusto Marques, fazendo-o se aproximar da filologia e da etimologia.

⁴⁵ *Sonetos Maranhenses*. São Luís: Imprensa Oficial, 1923, p. 104. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=107575>. Acesso em 15 de setembro de 2023.

Muito embora não seja um estudo de Geografia Urbana, no artigo “A história de São Luís”, o autor teve a preocupação de revisar, pormenorizadamente, todos os fatos ligados à fundação da cidade de São Luís, de modo que deixou clara sua evolução. Neste trabalho, Antônio Lopes também argumenta a fundação de origem francesa, dando aos portugueses a prioridade na conquista e na instalação humana. Analogamente, no livro *Alcântara: Subsídios para a história da cidade*, sem perder a beleza da linguagem poética, Lopes faz, igualmente, uma extensa pesquisa da história e da geografia da cidade de Alcântara.

Na Conferência do Congresso Pedagógico Maranhense, proferida em São Luís, em 26 de fevereiro de 1920, Lopes apresentou uma proposta de “Ensino da Geografia para a Escola Primária”. Trata-se de uma obra com provocações, que convidam o professorado a repensar em como realizar o ensino da Geografia na escola primária. Na fala proferida por Lopes, o interesse central da Geografia humanística, isto é, “a ensinança” deve ser pautada nas relações do homem com a Terra. Ele sugere que o início dessa ciência precisa partir de casa. Para isso, baseia-se num “livrinho” estadunidense, de geografia, intitulado *Home Geography*. Em poucas palavras, o objetivo do livro é, por meio da percepção do natural, que a criança compreende a relação da geografia com a Terra⁴⁶.

Lopes também condena o uso de livros para alunos de primeiro e segundo anos, por isso sugere que somente no terceiro ano deva introduzir, sutilmente, o uso de “apostilamentos”, desde que não seja no modelo de perguntas e respostas, porque, para ele, o ensino deve ser de modo gradativo⁴⁷.

Em uma conferência pronunciada na Federação das Academias de Letras do Brasil, em sessão dedicada à memória de Antônio Lopes da Cunha, Antônio de Oliveira é quem faz as honras. Na ocasião, começa falando do espírito positivo, contagiante de Lopes e, que, certamente, naquele momento, não caberia um clima fúnebre e, sim, um ambiente florido e repleto de energia infantil. Durante a fala, Oliveira menciona o que disse Joaquim Ribeiro a respeito do passamento da repercussão de Lopes. Nas palavras de Oliveira “é que pertenceu o saudoso homem de letras a uma classe de eruditos, a uma elite intelectual que cintila, fora do alcance das vistas profanas, como certas estrelas de primeira grandeza”⁴⁸.

O mestre pensa no Instituto como oportunidade de fazerem perpétuos os estudos sobre a tradição do Maranhão:

⁴⁶ LOPES, Antônio. O ensino da Geografia na escola primária. *Congresso Pedagógico Maranhense I*. 1922, São Luís. *Anais...* São Luís: Faculdade de Direito do Maranhão, 1922, p. 84-101.

⁴⁷ *Ibidem*.

⁴⁸ OLIVEIRA, Antônio de. Imagem de Antônio Lopes. *Revista das Academias de Letras do Brasil*, Rio de Janeiro, n.68, p. 101-110, set. 1955.

De Antônio Lopes partiu a ideia da criação do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Foi a alma dessa agremiação, evitando que desaparecesse face aos continuados percalços por que passou, vítima da incompreensão de governantes infensos ao cultivo do espírito⁴⁹.

Diante dessas proposições, aparece uma imagem de um Lopes que, o tempo todo, esforçava-se em manter registrada, viva e permanente a identidade do Maranhão, apelando para elementos e dimensões do passado, sobretudo, e da “tradição”. Lopes era ocupante da Academia Maranhense de Letras e ocupava a cadeira de número 25, cujo patrono foi José Cândido de Moraes. Pertenceu ao Diretório Regional de Geografia em que atuou como consultor técnico. Segundo artigo do IHGM, enquanto participante desse diretório,

Lopes destacou-se pela sua invejável capacidade de trabalho, sempre apresentando sugestões valiosas, esclarecendo fatos controvertidos de nossa geografia, insuflando vida às diversas comissões que integrou, constituídas para estudo e exame dos problemas da geografia regional do Maranhão. Foi um colaborador assíduo, dedicado, probo e, sobretudo, de rara competência⁵⁰.

Em 2008, uma alentada dissertação de mestrado em História Social, traz informações relevantes sobre essa articulação entre a atuação de Antônio Lopes (nos escritos e na participação em movimentos intelectuais) e o “passado” – maranhense ou não. A dissertação é dedicada a um historiador maranhense, Mário Martins Meireles (1915-2003) e nela encontramos, a propósito do IHGM e da AML, um depoimento⁵¹ de outro polígrafo conterrâneo de Antônio Lopes – Antônio Francisco Leal Lobo (1870-1916). A partir dele, comenta a autora, enxergam-se

os primeiros ensaios literários de um grupo intelectual que, posteriormente, se autoproclamaria “Os Novos Atenienses”. Obviamente, esse qualificativo não esconde a referência ao mito da Atenas Brasileira, fortemente disseminado na ambiência cultural maranhense que se convencionou chamar de decadentista, sobretudo nas décadas finais do século XIX, embora num nível mais imediato revele a ligação com o projeto de criação de uma universidade em São Luís, a Universidade Nova Atenas, idealizada por Sousândrade – poeta republicano e professor de grego do Liceu Maranhense. Eram os Novos Atenienses um grupo intelectual, cuja maioria dos seus integrantes eram nascidos entre as décadas 1870 e de 1890, acrescentando-se alguns

⁴⁹ ANTÔNIO Lopes. *Revista de Geografia e História do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão*, São Luís, ano IV, n. 4, p. 45-46, dez. 1953.

⁵⁰ *Ibidem*.

⁵¹ SILVA, Ana Ladia Conceição. *Falas de decadência, moralidade e ordem: a " História do Maranhão" de Mário Martins Meireles*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008, p. 31.

pertencentes à chamada segunda geração de atenienses, ou que produziram suas obras entre 1890 e 1930⁵².

Recorrendo, em seguida, a um texto de Mário Martins Meireles, Ana Silva nos traz que esses intelectuais eram:

promessas intelectuais em busca de afirmação, situadas no centro da tensão e do desconforto de descortinar e construir o futuro, sem, contudo, olvidar o passado mitológico, onipresente, herdado dos “gigantes” da velha Atenas, a partir daquela realidade movediça, em que o ideário decorrente das noções de civilização e progresso fazia prosélitos e instigava esses jovens intelectuais à reação em face de semelhante estado de coisas, detonador das glórias amealhadas nos tempos áureos de dinamismo da cena regional, na Colônia e no Império, transformados em Idades de Ouro indelévels por essa jovem intelectualidade ilhada física e mentalmente, já que o norte brasileiro paulatinamente perdia o vigor alcançado em épocas pretéritas, quando marcara o ritmo com que se movimentaram a América Portuguesa e, depois, o jovem Estado Brasileiro⁵³.

Finalmente, a autora nos amplia o olhar para abarcar esse grupo:

Os principais expoentes desse grupo eram: Antônio Lobo, polígrafo, jornalista, professor, escritor e que foi secretário do Governo do Estado, inspetor da Instrução Pública, diretor da Biblioteca Pública e do Liceu Maranhense; Fran Paxeco, historiógrafo, crítico literário, jornalista, diplomata, e um dos idealizadores e professores da Faculdade de Direito do Maranhão; José Ribeiro do Amaral, historiador e professor do Liceu Maranhense; Antonio Baptista Barbosa de Godóis, bacharel em Direito e professor da Escola Modelo; Justo Jansen, doutor em Medicina e professor de Geografia Geral e Corografia do Brasil do Liceu Maranhense; *Antonio Lopes da Cunha, bacharel em Direito, professor catedrático de Literatura do Liceu Maranhense e de Filosofia da Faculdade de Direito do Maranhão*; Domingos de Castro Perdigão, diretor, por muitos anos, da Biblioteca Pública do Estado e o principal fundador da Faculdade de Direito; José Nascimento Moraes, professor, escritor e jornalista; dentre outros. Essa geração intelectual [...] [que] teria prolongado a reverência ao mito da Atenas, personificado no chamado Grupo Maranhense, foi a primeira a empreender um esforço consciente e direcionado no sentido de constituir um sistema cultural dinâmico que possibilitasse resgatar ou ao menos reconstruir, numa ambiência sociocultural em que o signo da falta dava a tônica aos discursos, o esplendor cultural idealizado no passado. Por isso, parte de suas ações consistiram em criar espaços que presentificassem os ideais de superioridade cultural [...]⁵⁴.

Antônio de Oliveira foi aluno de Antônio Lopes e, por isso, descreve fielmente o seu antigo mestre. Por conhecê-lo bem, retrata-o como “uma figura que representou no mais alto grau, a cultura e a inteligência da Atenas Brasileira.”⁵⁵. Isso porque, como

⁵² *Ibidem*.

⁵³ *Ibidem*, p. 32.

⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵ OLIVEIRA, Antônio de. Imagem de Antônio Lopes. *Revista das Academias de Letras do Brasil*, Rio de Janeiro, n.68, p. 101-110, set. 1955.

menciona seu discípulo, o folclorista esteve à frente de quase todos os movimentos literários de sua época, além do que conhecia muito bem a história de São Luís.

Antônio de Oliveira, como aluno de Lopes, detalha a perspicácia com que tinha o mestre da literatura em suas aulas e chega a dizer que o professor era um contumaz crítico literário maranhense. Sobre isso, assevera Oliveira:

Prestávamos nossos exames de literatura sem a necessidade de recorrer às frias páginas de Sílvio Romero, José Veríssimo e Ronald de Carvalho. Ele, que tinha lido tudo, tudo nos transmitia com calor e vida, desde os primórdios de nossas letras até os escritores de nossos dias. Jamais esquecerei sua análise de toda a obra do autor de *A Carne*. Creio que nem mesmo o Padre Sena Freitas, no terçar de armas de uma polêmica, criticou mais profundamente o famoso romance de Júlio Ribeiro. Por outro lado, conhecia como as pontas dos dedos, a história e a literatura maranhenses. Sua tese sobre *A Capitania de Cumã*, no dizer autorizado de Joaquim Ribeiro, veio transformar em clareira um escuro recanto de nossa historiografia⁵⁶.

Em relação à crítica literária, há um artigo em que Lopes se posiciona sobre as obscuridades em torno da figura de Gregório de Matos:

O grande motejador do Brasil do século XVII deixou na literatura colonial uma das mais curiosas notas, pelo acidentado da sua existência e os traços dos costumes e linguagem da gente da Bahia do seu tempo, encontráveis nas suas verrinas métricas. Ainda é uma figura cuja vida, obra e valor oferecem margem a muitas incertezas e controvérsias⁵⁷.

A respeito da análise crítica de Lopes sobre Gregório de Matos, Josué Montello manifesta o seguinte: “não tenho dúvida em considerá-la como a melhor das interpretações críticas do Boca do Inferno”⁵⁸.

São muitas as vozes que nos consignam um Antônio Lopes possuidor de um plano de tornar perpétua a história do “torrão maranhense”. Tudo quanto registrou e estudou aponta para a preservação da identidade histórica do seu Estado natal. Se falava de eruditos, fazia sempre aproximação com a sua terra amada. Quando prefeito interino, tratou de coadjuvar com as questões de patrimônio. Enquanto membro permanente do IHGM, cooperou para que a historiografia do seu estado ficasse arquivada na memória documental.

⁵⁶ OLIVEIRA, Antônio de. Imagem de Antônio Lopes. *Revista das Academias de Letras do Brasil*, Rio de Janeiro, n.68, p. 101-110, set. 1955.

⁵⁷ LOPES, Antônio. Gregório de Matos. *Revista da Academia Maranhense de Letras*, São Luís, v. 9, p. 91-98, maio 1954.

⁵⁸ MONTELLO, Josué. Imagens de Antônio Lopes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 abr. 1956. p. 5.

Neste plano, trazemos à luz os feitos do polímata maranhense, uma vez que as tradições do Maranhão, lidas por Antônio Lopes, são oportunas para que se entenda a identidade da terra gonçalviana. Segundo Eloy Coelho Neto⁵⁹, o nosso autor deu

sentido novo à memória de nossa terra, na sua expressão enfática – “Bendito Culto”. É justamente neste objetivo que se deve abrir a cortina para levar à sociedade maranhense, governo, homens de cultura e povo, o que evidentemente, representou Antônio Lopes para a vida cultural maranhense, sobretudo a História, Geografia, Literatura, Folclore e Jornalismo⁶⁰.

E prossegue:

Neste centenário que se avizinha o Maranhão reconhecido a seu grande filho não poderá silenciar. A memória pode e exige o seu nome no Panteon ornamentado na Praça Deodoro, a sua figura junto aos outros numes tutelares desta gloriosa e tradicional terra maranhense. Faça-se a homenagem a quem merece!⁶¹

⁵⁹ Eloy Coelho Netto (1924-2002) foi um historiador, cronista e romancista maranhense. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Eloy_Coelho_Netto. Acesso em: 26 de fev. de 2023.

⁶⁰ NETO, Eloy Coelho. Antônio Lopes. In: _____. (org). Registros, vidas e acontecimentos. São Luís, s/d, v. II, p. 71-78.

⁶¹ *Ibidem*

CAPÍTULO 2. CAPILARIDADE E DISPERSÃO

2.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Como foi visto no capítulo anterior, a produção escrita de Antônio Lopes tem um grau notável de “fragmentariedade”, tendo sido consignada, em grande proporção, às páginas de periódicos. Aliás, é necessário enfatizar que, apesar das intenções deste trabalho, ele nem se aproxima minimamente do que seria sobremodo necessário: pesquisar, organizar, estabelecer textos e notas e publicar uma “seleta de dispersos”, nos mesmos moldes com os quais o professor Sebastião Moreira Duarte organizou a *Seleta de dispersos* de Raimundo Lopes⁶², irmão de Antônio – alentado volume de quase seiscentas páginas. Reconhece-se, aqui, que tal tarefa extrapolaria os limites cronológicos de uma pesquisa de mestrado e, também, excederia as minhas próprias possibilidades.

Assim, neste capítulo, tomaremos como máxima o que fora já dito por Montello sobre as produções de Lopes: “Tudo o que escreveu, Antônio Lopes disseminou em jornais e revistas.” Com esta citação, analisaremos os estudos de Antônio Lopes a respeito da Cultura Popular, sobretudo maranhense, publicados por ele nos principais jornais e revistas onde ele atuou.

Inicialmente, fizemos o fichamento de todos os arquivos recebidos, que somaram 98 textos. Destes, separamos os que eram biografias de Lopes – um total de 14 arquivos – e os que tinham relação com Cultura Popular – um total de 23 arquivos. Vale salientar que os arquivos analisados foram reunidos por José Raimundo dos Santos, amigo de Sebastião Moreira, que foram doados para a presente pesquisa⁶³.

Apresentaremos, em ordem cronológica, o que Lopes disseminou nos veículos de imprensa sobre Cultura Popular. A intenção foi verificar o que o polígrafo escreveu sobre Cultura Popular e sobre temas correlatos (folclore, patrimônio, tradição etc.) e, dessa maneira, qual a sua contribuição para os estudos folclóricos do Maranhão e, mais ainda, a sua posição no panorama intelectual que, nesse período da história do Brasil, se debruçava sobre essas temáticas.

2.1.1. Entre a história do presente e do passado: a cultura popular e o folclore maranhense na obra de Antônio Lopes

⁶²LOPES, Raimundo. *Seleta de dispersos*. São Luís: Edições AML, 2017.

⁶³ Reitera-se aqui o agradecimento ao prof. Sebastião Moreira Duarte, que cedeu cópias dos artigos.

Ainda moço, quando cursava Direito em Recife, Lopes iniciou sua carreira literária como poeta. Das suas criações, destacamos o poema *Tapera* (1909), dedicado a Carlos D. Fernandes, e escrito a partir do que escreveu Afonso Arinos em *Pelo Sertão* (1898): “À beira do caminho das tropas, num tabuleiro grande, onde cresciam a canela-d’ema e o pau-santo, havia uma tapera”, O poema de Lopes é dividido em quatro sonetos, e é um poema narrativo, pois parece que é contada uma história assombrada em torno da Casa Grande:

A TAPERA

“À beira dos caminhos das tropas... havia uma tapera.”

(Afonso Arinos, *Pelo Sertão*)

I

Mal entrevista à beira do caminho
 Quem vem da baixa penetrar na mata,
 A antiga casa grande se retrata
 Num rio d’água trêmulo e mesquinho

Das senzalas, outrora em burburinho
 Não resta no terreno uma cubata.
 Dos paredões do engenho se desata
 Em festões verdes o ervaçal daninho.

Nada ao viajante que ali passa prende,
 Antes o faz picar a besta ruana
 Da casa o ar de mistério e de abochorno.

Mas ao voltar-se, além, eis que a surpreende
 Como a temer, numa expressão humana
 Vendo avançar o matagal em torno.

II

À noite, a quem acaso ali passava,
 Mais triste a casa grande parecia;
 Pelo céu do sertão, pálida e fria,
 A lua o véu albente desmanchava.

O vento pelas frinchas penetrava
 E os velhos pátios lóbregos varriam;
 Dentro da noite o casarão gemia,
 Nas vozes do ermo o casarão chorava.

Da mãe-da-lua os lúgubres lamentos
 Ouviam-se. Vampiros silenciosos
 Rondavam nas varandas alpendradas;

E pelos corredores e aposentos
 Ciciavam murmúrios misteriosos
 Como preces e psius de almas penadas.

III

... Ora, em tempos de antanho, - *reza a lenda*
 Que por todo o sertão circula ainda,
 Houve naquela solidão infinda
 A mais risonha e próspera fazenda.

A tradição do povo não deslinda
 Por que tudo acabou nesta vivenda:
 Senhor e escravos, canaviais e moenda
 E a *sinha-moça* pensativa e linda...

Dizem, que, à tarde, quando na devesa
 Sopra a *flauta silvestre a sururina*
 E ardem nos morros os clarões do poente,

Na transfiguração da natureza,
 Um *vulto mesto* de mulher se inclina
 À janela que dá para o nascente.

IV

Quem era flor agreste, flor tristonha,
 Ó delicada flor deste degredo?
 Teu perfume anda esparso no arvoredo
 Como um bálsamo raro sem peçonha...

Tímido olhar, voz meiga, gesto quedo
 - Assim te vejo linda flor bisonha,
 Eras a meninice, onde ainda a medo
 A mocidade desabrochava e sonha...

Quem te esfolhou, bonina do escampado?
 Que mãos, ó doce e humilde sensitiva
 Trocar-te ousaram brutas mãos impuras?

Que malfadado amor te deu o fado,
 Para que teu amor cantando viva
 Na voz das aves vesperais suas juras?⁶⁴.

Nesse sentido, parece que Lopes mescla a narrativa popular – causos/lenda – ao longo dos versos do soneto III. Assim, fica evidente a presença da cultura popular no poema. Basta atentar-nos para os termos destacados: “reza a lenda/A tradição do povo não deslinda/ Sopra a flauta silvestre a sururina/Na transfiguração da Natureza/Um vulto mesto de mulher se inclina”.

Na tradição popular, os atos folclóricos se manifestam e, por vezes, se imbricam. Dito isso, é importante destacar que na obra “A Ferra do Bacá”, escrita por Antônio Lopes, estão manifestadas práticas relacionadas à pecuária tradicional e à religiosidade popular, com a predominância das figuras religiosas do catolicismo:

Pegava-se o gado de Nossa Senhora, a padroeira da freguesia, que, há séculos, possuía aquela fazenda, resto da opulência dos missionários jesuítas conservada e acrescida continuamente, numa pia tradição, pelo fervor dos vaqueiros e criadores daquelas bandas, cada um dos quais ferrava periodicamente uma novilha e um barrigudo dos seus magotes, e zelava o bem dela como o seu próprio, apeando-se em pleno carrasco para curar a bicheira ao bezerro da marca sagrada, desalojando a rês afoita dos

⁶⁴ LOPES, Antônio. Tapera. In: OLIVEIRA, Antônio de. Imagem de Antônio Lopes. Revista das Academias de Letras do Brasil, Rio de Janeiro, n.68, p. 101-110, set. 1955. p. 106-107.

tremedais, acudindo pontualmente na época das vaquejadas para trabalhar no manejo do gado⁶⁵.

O texto descreve uma cena de intensa atividade rural em uma fazenda dedicada à criação de gado, que é dedicada à Nossa Senhora da Conceição. A fazenda é vista como um patrimônio sagrado, mantido e aumentado ao longo dos séculos por vaqueiros e criadores locais, que cuidam do gado com grande devoção. Muito embora haja relatos de desvios e furtos de gado, a maioria dos vaqueiros considera isso um sacrilégio. A obra descreve a preparação para uma vaquejada, um evento tradicional que atrai pessoas da região. O gado é marcado, e há uma atmosfera festiva, com comida sendo preparada, pessoas chegando a cavalo e de carroças, e uma multidão se reunindo para assistir à vaquejada. O gado é selvagem e resistente, e os vaqueiros enfrentam desafios ao tentar controlá-lo. A narrativa destaca a coragem e a habilidade dos vaqueiros, que usam laços e ferrões para lidar com o gado. De modo geral, o texto versa uma imagem vívida da vida rural e das tradições ligadas à criação de gado, destacando a devoção à Nossa Senhora e a importância da vaquejada como um evento cultural significativo na região.

No entanto, há de se ponderar que Bacá, ou Baká, é uma lenda popular dominicana, com raiz africana⁶⁶. A figura do Bacá era usada pelos proprietários de terra para assustar os moradores para não invadirem suas terras para roubar. Caso invadissem, o bacá, que pode vir representado por um boi, cachorro, galinha, vaca ou qualquer animal, estaria encarregado de devorá-los.

Diante da narrativa contida na crônica “A Ferra do Bacá”, de Antônio Lopes, é possível fazer determinadas aproximações com a lenda dominicana, ora posta em tela. A partir dessa alegoria, observemos o fato de Nossa Senhora ser uma santa padroeira dos negócios, como dito por Lopes, assim como Bacá protege os bens dos donos das fazendas.

Mais adiante o cronista narra que “[...]numa pia tradição, pelo fervor dos vaqueiros e criadores daquelas bandas, cada um dos quais ferrava periodicamente uma novilha e um barrigudo dos seus magotes, e zelava o bem dela como o seu próprio [...]”. O respeito e temor pela santa protetora dos vaqueiros, todavia, fazia-os:

[...] reputarem um irremissível sacrilégio o furto de gado à Santa, olhavam por aquele patrimônio, cujas origens se perdiam nas névoas das lendas locais como uma bela

⁶⁵ LOPES, Antônio. “A ferra do Bacá”. *Pacotilha* (MA), São Luís, 8 de fevereiro de 1915, p. 1.

⁶⁶ GÓMEZ, Juan Julio. El bacá: otra leyenda popular dominicana con raíz africana. *El Nacional*, 15 de junho de 2022. Disponível em: <https://elnacional.com.do/el-baca-otra-leyenda-popular-dominicana-con-raiz-africana/> Acesso em 20 de setembro de 2023.

honestidade só encontrável em peitos de homens enrijados nos saudáveis, edificantes exemplos da grande mãe Natureza [...] ⁶⁷.

Ora, se o Bacá dominicano é um ser lendário que protege os bens dos fazendeiros, e em troca o fazendeiro lhe entrega a alma de um membro da família, na Serra do Bacá, a protetora dos vaqueiros e padroeira da freguesia é Nossa Senhora, para qual, segundo a tradição resgatada por Lopes, os vaqueiros têm de ferrar uma novilha e um boi como forma de pagamento pelos muitos feitos e proteção da Santa. Mas, não só isso. Também, os laços espirituais exigem um certo sacrifício, como parte do “pacto” com a Santa:

Todos se consideravam seus serviçais, que para outra coisa – diziam – não se vinha a este mundo senão para servir à Virgem de tanta valia que com tantos alívios da sua misericórdia assistia a sarava em tantos retiros espalhados pela amplitude dos campos longínquos ou pela beirada inóspita dos lagos ⁶⁸.

Segundo afirma Juan Julio Gómez, a lenda do Bacá se disseminou pela América a partir dos escravos da época colonial:

Esta creencia tiene su origen en grupos africanos que llegaron a la isla como esclavos durante la época colonial. Francia colonizó a gran parte de las naciones africanas, e impuso su idioma y cuentos que inventaron sus colonizadores para tranquilizar a las tribus locales. Con el comercio esclavista, esas ideas religiosas llegarían hasta las colonias de América que controlaban España, Inglaterra y Francia ⁶⁹.

Nessa ótica, parece que o que Gómez sustenta é confirmado pela obra de Antônio Lopes. Este, além de folclorista, foi um sábio intelectual da história do Maranhão, sobretudo a de São Luís, única capital fundada pelos franceses no Brasil. Além disso, é possível perceber uma aproximação ostensiva entre as práticas relacionadas à pecuária tradicional e à religiosidade popular no Maranhão, descritas no texto de Lopes, com a lenda dominicana.

Em um de seus artigos publicados no *Pacotilha*, intitulado “O Ano Literário” (1917), Antônio Lopes tece considerações – e enaltece – sobre alguns nomes da tradição literária maranhense que faleceram no ano que escreveu – ou pouco antes. Porém, temos que observar, além da descrição dos feitos dos estudiosos, o fato de Lopes tentar fazer uma

⁶⁷ *Ibidem*.

⁶⁸ *Ibidem*.

⁶⁹ GÓMEZ, Juan Julio. El bacá: otra leyenda popular dominicana con raíz africana. El Nacional, 15 de junho de 2022. Disponível em: <https://elnacional.com.do/el-baca-otra-leyenda-popular-dominicana-con-raiz-africana/> Acesso em 20 de setembro de 2023.

articulação entre esses eruditos e as tradições do “torrão maranhense”. Como se verá, em alguns casos isso leva o autor a uma vinculação também com a dimensão da cultura popular.

Lopes lamenta a perda de um dos nomes da Literatura Maranhense, Maranhão Sobrinho⁷⁰, que, segundo ele, foi “[...]um eclético, parnasiano na forma, simbolista na inspiração, místico, iluminado, complexo, inadstrito a credos exclusivos da escola”⁷¹. Como, também, o Manuel de Bittencourt, que “aqui terçou armas em combates memoráveis ao lado de João Afonso do Nascimento, Aluísio Azevedo e tantíssimos outros, mais novos do que ele ou da sua idade”⁷². Por fim, “Joaquim Alfredo Fernandes, professor, tipo solitário que amou a obscuridade e viveu em pobreza quase estóica, meio livre pensador e um pouco socialista”⁷³.

Dentre os citados no parágrafo anterior, há um que deixou uma lacuna na literatura maranhense como intelectual de influência: o já mencionado anteriormente Antônio Lobo⁷⁴. Nas palavras de Lopes “em junho, se consumou a entre toda dolorosa tragédia das nossas letras da morte de Antônio Lobo”. Conforme o autor, a ausência de Lobo comprometia: “A falta de Antônio Lobo apouca [...] a nossa cultura de cinquenta por cento, pois a sua personalidade era o centro irradiante e convergente da nossa intelectualidade e o seu espírito norteava a evolução literária entre nós”.

Após o registro dessas tragédias, surge a menção de um dos novos nomes da literatura “nova”: Vespasiano Ramos, “o nosso mais dedicado poeta do amor”, nas palavras de Antônio Lopes. No artigo “Um candidato à Academia” (1921)⁷⁵, Lopes destaca o fazer literário de Viriato Corrêa, primeiro, pela sua obra ilustríssima, narrada por ele no escritório de António Lôbo, *Contos do Sertão*. À época, prestes a ser editada pela Casa Garnier por sua inédita maneira de fazer a dramaturgia, como cita no artigo

No teatro, entre os esforços ultimamente despendida para o ressurgimento da scena nacional, não ficará esquecida a sua tentativa de um teatro popular. Enquanto outros começam a reconstrução pela cúpula, êle trabalha pelos alicerces, criando peças de um cunho caracteristicamente folklorístico, de encantadora simplicidade, accessíveis ao povo⁷⁶.

⁷⁰ José Américo Augusto Olímpio Cavalcanti dos Albuquerque Maranhão Sobrinho (1879-1915). Foi colega de Lopes na Academia Maranhense de Letras.

⁷¹ LOPES, Antônio. “O ano literário”. *Pacotilha* (MA), São Luís, 1º de janeiro de 1917, p. 1.

⁷² *Ibidem*.

⁷³ *Ibidem* p2.

⁷⁴ Antônio Francisco Leal Lobo (1870-1916), foi diretor da Biblioteca Pública, do Liceu Maranhense e da Instrução Pública. Esteve entre os fundadores da Academia Maranhense de Letras.

⁷⁵ Vale notar que o ingresso de Viriato Corrêa na Academia Brasileira de Letras só aconteceria em 1938, 17 anos depois desse apelo de Antônio Lopes.

⁷⁶ LOPES, Antônio. “Um candidato à Academia”. *Pacotilha*, 5 de julho de 1921, p. 1.

É bem significativo o fato de que os elogios à dramaturgia de Viriato Corrêa, por parte de Lopes, estão articulados a uma severa crítica ao teatro brasileiro daqueles anos (lembramos: 1921, véspera da renovação proposta pelos Modernistas, a partir de São Paulo e, sucessivamente, alhures...):

A minha simpatia pela obra do teatro de Viriato Correa nunca a disfarcei, por estar certo de que a crise do teatro nacional tem raízes mais fundas na perversão do gosto das platéas pela inferioridade canalha do maxixe e pela incompreensibilidade, para o nosso povo, da peça estrangeira, à lesa, do que na falta de autores e actores. A obra teatral do autor de Nossa GENTE leva-nos muito naturalmente a abrir aqui um parêntese, para mostrar que no meio de uma literatura feita, eu grande parte, poetas incompreendidos, ostetas pedantes e eruditos incompletos, mas cheios de suficiêcia, todos mais ou menos parasitas e que uma aplicação severa do Código Penal e leis complementares sobre a vadiagem já teria mandado para as colônias correcionais, numa literatura em que a aspiração geral dos autores é afastar o povo de qualquer coparticipação na vida intelectual, êle não perde o seu tempo a escrever para essa meia dúzia de “raros” que consagram os homens de escritos nas grandes capitais do país. É evidente em todos os seus esforços a vontade de firmar a sua reputação literária no público, na integral significação da palavra, e tanto pelo espírito como pela forma os seus livros são de uma acessibilidade encantadora. Despidos de pedantismos e rebuscados, êles resgatam pela oportunidade e pela inspiração primesantiere o que perdem em torturas ridículas⁷⁷.

Também, a parte que mais nos interessa, nesta sessão, é o final do artigo, quando o intelectual maranhense encerra, articulando a seguinte passagem: “Que a mocidade se eleve e se afirme, cultivando-se e revigorando as tradições do passado”. Assim, o sentido da palavra tradicional ganha um sentido de permanência, muito embora seja acompanhada da palavra passado.

Diante das considerações de ALdC, sobre a dramaturgia folclórica de Viriato Corrêa, fica mais uma vez evidente o seu interesse para com os estudos folclóricos do Maranhão. Sempre que surgia oportunidade, não se esquivava em fazer menções e comentários sobre essa temática. Ainda a respeito do teatro de Viriato, Lopes lembra que o dramaturgo não se dedicava à “rara” classe erudita, pois, para ele, como de praxe, os autores – ditos eruditos – deslocavam o povo da participação intelectual. Com isso, Lopes tinha razão em considerar o teatro de Viriato de uma: “acessibilidade encantadora”.

⁷⁷ *Ibidem*.

Lopes ficou responsável pela edição do famoso Dicionário histórico-geográfico do Maranhão: apontamentos para uma edição revista e atualizada (1926), de César Marques. Mesmo com a saúde comprometida, tratou de se dedicar à obra em tela, porque considerava esse trabalho uma maneira de rememorar o Maranhão do passado, por meio de vocábulos que remetiam à geografia e à história do torrão. Nas palavras de Lopes (1926), sem o acesso a essa obra, muitas coisas do passado maranhense ficariam na penumbra, pois, como afirma Lopes, “o mais próprio para o povo satisfazer a curiosidade quando indagar do passado ou das particularidades e riquezas da terra”⁷⁸

No artigo biobibliográfico, dedicado a Parsondas de Carvalho (1926), Antônio Lopes destaca o conhecimento aprofundado desse jornalista frente à historiografia do sertão e do sertanejo. Para Lopes (1926), Parsondas “Traçou nas colunas da ‘Pacotilha’, uma longa série de artigos interessantes em que a sua curiosidade de pesquisador, havia muitos anos, da terra sertaneja e da sua gente, correu parselhas, com o seu espírito combativo”⁷⁹. Além disso, “Palmilhara os nossos sertões, conhecia todos os seus recantos e, para assim dizer, todos os seus habitantes. Metera-se pela Bahia, por Goiás e pelo Pará, nas trilhas dos boiadeiros e caucheiros ou com os canoieiros do Tocantins, Araguaia, Xingu, Balsas, Parnaíba, Rio do Sono e São Francisco [...] [e] reproduziu no seu viver a existência ambulante dos tropeiros, boiadeiros e canoieiros do sertão”⁸⁰.

É por esse prisma, também, que Lopes enxerga a cultura e em seu memorial intitulado “A cidade de São Luís: vestígios do passado” (1926) intenta decifrar as práticas socioculturais por meio dos bens patrimoniais de São Luís. Como o próprio título sugere, é por meio desses vestígios que se fará uma leitura do passado sob a lente do patrimônio ludovicense.

No memorial “A cidade de São Luís: vestígios do passado” (1926), apresentado em nome do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (do qual nesse ano Lopes era secretário-geral) ao recém nomeado Prefeito da capital maranhense, Jaime Tavares, Antônio Lopes apresenta diversos elementos do patrimônio histórico e arquitetônico de São Luís: edifícios históricos, Fontes, Lugares históricos, monumentos, ruas e praças, objetos históricos e artísticos. Para cada ponto patrimonial apresentado, o mestre faz uma relação com a história que o alicerça. É interessante notar que esse “relatório” parece ter sido encomendado pelo próprio Tavares, se lemos o primeiro parágrafo do texto:

⁷⁸ LOPES, Antônio. *Revista de Geografia e História do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão*, São Luís, ano I, n. 1, p. 43-46, ago. 1926.

⁷⁹ LOPES, Antônio. “Parsondas de Carvalho”. *Revista Trimensal do Instituto de História e Geografia do Maranhão*, São Luís, ano I, n. 1, p. 65-67, ago. 1926.

⁸⁰ *Ibidem*.

Ilustríssimo Senhor:

O Instituto de História e Geografia do Maranhão, tomando na devida consideração o ofício em que houvestes por bem consultá-lo sobre vários assuntos atinentes aos vultos e fatos do passado desta cidade, vem apresentar-vos o memorial que lhe solicitastes num gesto muito louvável por traduzir maneira superior de encarar as sérias responsabilidades do elevado cargo que ocupais.

Para não deixarmos em silêncio, o que seria grave falta, nenhum dos assuntos do vosso ofício, a matéria do presente memorial vai distribuída por epígrafes, cada uma correspondente a um dos pontos de que tratastes⁸¹.

O primeiro ponto- ou epígrafe- exibido são os “Edifícios Históricos” sobre os quais pondera que

faltam a São Luís os caracteres de uma cidade construída com intenções de fausto ou mesmo de gosto artístico. “Historicamente foi, acentua Raimundo Lopes, “uma cidade comercial, burguesa, de edificação simples”, criada pela sua posição oficial, pelos interesses do comércio e pela sua situação”. Nela se desenvolveram as colônias adventícias, e ante a fronteira Cidades dos Senhores, a Capital foi a cidade dos comerciantes portugueses.

Assim, constata-se que, com o estudo patrimonial aqui posto, é possível visibilizar os vestígios do passado, tais como se deram os movimentos de interesses comerciais portugueses na capital provinciana do Maranhão.

Vale destacar que, ainda, nesse ponto do texto, Lopes levanta fortes críticas à “descaracterização” dos monumentos coloniais:

Da antiga Casa do Noviciado da Companhia de Jesus, sita à Madre de Deus, fizeram hospital militar e, por último, da Profilaxia Rural. Desnecessário é acrescentar que há muito lhe destruíram inutilmente à interessante capela. [...] Protegê-los contra a destruição e as modificações desfiguradoras é obra em que doravante muito se empenharão, de certo, os Poderes Municipais e o ilustrado Arcebispo Metropolitano, unidos no mesmo sentimento de respeito ao passado⁸².

O folclorista maranhense se mostrou sempre preocupado com a permanência da história do Maranhão (vide outros exemplos já apregoados). Mas, neste caso, em específico, o estudioso se deleitou em perceber como as concepções de espaço e valores existentes são importantes anunciadores arquitetônicos do passado e, sobretudo, como isso é manifestado na

⁸¹ LOPES, Antônio. *A cidade de São Luís. Vestígios do passado*. São Luís: Tipografia Ramos d’Almeida, 1926.

⁸² *Ibidem*.

contemporaneidade. Digo contemporâneo pelo seguinte: esses monumentos ainda existem e sofrem, recorrentemente, do que Lopes batiza de “modificações desfiguradoras”.

Passeando pela arqueologia do texto, chegamos à epígrafe – como ele nomeia cada parte dos Lugares Históricos – em que Antônio Lopes cita vários espaços históricos, dentre os quais menciona o Forte de Baluarte, lugar onde “saltaram os franceses”. Menciona, também, o lugar em que foi executado o “Bequimão”⁸³. Outro ponto histórico importante é apontado:

Avenida Pedro Segundo. Já se acha embelezada, e aí, por ocasião da passagem do centenário da Independência, erigiu-se um marco comemorativo da fundação da cidade, em frente ao Paço Municipal, obra modesta, mas em todo o caso a única homenagem que tributamos aos introdutores da civilização no Maranhão⁸⁴.

Como notado, são importantes lugares para se entender a historiografia do Maranhão, sobretudo com vistas ao passado do “torrão maranhense”. O memorial apresentado por Lopes ainda especifica vários lugares importantes, todavia, nosso principal objetivo é mostrar como ele constrói a história do passado e do presente maranhense por intermédio do patrimônio.

Seguindo o “passeio”, observamos, agora, o que delineia o historiador do memorial sobre os monumentos da capital maranhense. Nesta parte, é retomada a figura de Bequimão, mas, agora, em um cenário mais honrado, como observa Lopes. Depois, aponta a estátua na Avenida Pedro Segundo, em frente à Igreja e ao Colégio Jesuíta, do saudoso padre jesuíta Antônio Vieira, figura grandiosa, que segundo Lopes foi:

o impulsionador da grande obra da catequese no Maranhão, o pregador insigne, o eminente vulto que, sem embargo dos erros que por ventura tenha cometido na orientação da diplomacia e da administração, enche com a sua atividade prodigiosa, a sua palavra mágica, a sua vontade férrea, a sua coragem, a sua cultura todo o seu século, em Portugal e no Brasil. [...] Na base gravar-se-iam os nomes dos patriotas que já haviam proclamado a autonomia do Brasil no interior do Maranhão antes da chegada de Cochrane à Capital⁸⁵

⁸³O termo “abrasileirado” *Bequimão* (que hoje é também nome de um bairro de São Luís e de um município do Norte Maranhense) é uma corruptela do sobrenome Beckman que, por sua vez, deu nome a uma revolta ocorrida no Estado, entre 1684 e 1685 e que se concluiu com a condenação e execução de um português, Manuel Beckman, que ficou conhecido pelo envolvimento com a revolta (junto ao seu irmão Tomás) e por dar o nome ao movimento.

⁸⁴*Ibidem*.

⁸⁵*Ibidem*. p.17

Como identificado, é comum Antônio Lopes fazer homenagens a nomes que, sob sua ótica, foram intelectuais importantes ou mesmo decisivos para a construção da história e da cultura do Maranhão. Assim, além de sempre fazer notar quem contribuiu para os estudos do Maranhão, deixou registrado o passado, seja nas obras literárias, artigos, biografias, ou em sua atuação por onde passou. Na epígrafe dedicada às “ruas e às praças” de São Luís, Lopes, novamente, menciona diversos nomes de quem poderia ser lembrado e homenageado, dentre os quais ele cita:

na denominação das praças e ruas da cidade, em que tanto se lembraram os vivos esqueceram-se muitos mortos ilustres como entre outros: Melo e Povoas, o notável administrador colonial a quem tanto deve o Maranhão; Garcia de Abranches, o austero Censor; Frei Custódio Alves Serrão, o emérito naturalista; Frederico José Corrêa, o humanista e crítico notável; Gomes de Sousa; Franco de Sá; o Cônego Fonseca; José Cândido, o Farol; Luís Antônio, o historiador da Independência; Martinus Hoyer, o economista e iniciador do movimento fabril; Sousa Andrade, o extraordinário poeta; Gonzaga de Campos; o cientista de grande valor; Dom Luís de Brito, educador, orador e príncipe ilustre da Igreja; o Coronel Lago, o geógrafo e investigador; o Duque de Caxias, o pacificador do Maranhão⁸⁶.

Agora, avançamos para a epígrafe dos “Objetos Históricos e Artísticos”. Aqui, Lopes conclama leis rígidas e, inclusive, muitas para quem der saída dos objetos históricos ou artísticos, uma vez que já existem leis para conservação das edificações históricas. As denúncias proferidas pelo intelectual são gravíssimas, pois põem na esteira da história objetos artístico-culturais de valor inquestionável, que poderiam servir de base documental para estudos do passado. Sobre os atos atroz, destaca o autor

já se alienaram alfaias das igrejas de Alcântara, preciosas relíquias de arte colonial. Um púlpito de um dos templos daqui, do qual se supôs tivesse pregado Antônio Vieira alguns dos seus mais formosos sermões, foi parar num museu do Rio de Janeiro. A âncora da esquadra de Cochrane, à qual há pouco nos referimos, está destinada ao mesmo fim. Vimos há pouco um bando de ciganos de a Europa Central levar da cidade, por ignorância dos seus habitantes, que os vendiam por irrisórios preços, objetos de ouro e prata antigos, de certo valor artístico incontestável. Construtores do Sul andam, de vez em quando, a catar no Maranhão azulejos e peças de ornato arquitetônico, com os quais vão embelezar os seus pequenos e grandes palácios de estilo neocolonial. Quadros, estampas, móveis, medalhas, jóias tudo sai vertiginosamente.

Já na epígrafe de “Livros”, é destacada a incumbência dada ao poeta Gonçalves Dias, para colher documentos do Norte, que contém a história do Brasil. O acervo

⁸⁶ *Ibidem*

encontrado na Câmara da Capital maranhense foi levado para o Rio, por determinação do Ministro do Império, Visconde de Monte Alegre. O acervo levado é composto pelas obras: “9 Registros (1639-1654; 1654-1663; 1667-1668; 1668-1669; 1671-1676; 1685-1690; 1702-1710; 1732-1753; 1720-1809); 1 livro de Cartas Régias (1648-1798); 2 livros de Acórdãos (1628-1662; 1675-1683)” (LOPES, 1926, p. 22-23). Preocupado com os documentos e, evidentemente, com os rumos da história documentada do Estado, Lopes pede interferência do governo municipal frente ao Ministério, para que as obras voltem ao Maranhão, pois a falta desses documentos poria a história do Maranhão em longos períodos desalumiados.

Por fim, na última epígrafe, de pedido de auxílio municipal para o IHGM, Lopes solicita recursos para que o Instituto seja instalado em outro local mais amplo, visto que dividia o prédio com a Escola de Belas Artes. Segundo Antônio Lopes, secretário-geral do Instituto, o valor aumentado da subvenção, seria para um imóvel que comportasse a biblioteca, em que seriam expostas grandiosas coleções, como a do dramaturgo Artur Azevedo. Isso posto, mais uma vez, é reiterado o comprometimento intelectual do secretário com o Instituto e com o acesso ao conhecimento para o povo maranhense.

É sabido que a ideia de Cultura Popular nasce a partir da dicotomia entre classes hegemônicas e classes subalternas, e, portanto, entre erudito e popular, em vista disso, analisaremos o artigo de Lopes, cujo título é “A hora do operário” (1929) . Nesse artigo crítico, Antônio Lopes não somente informa direitos previdenciários aprovados e estendidos aos operários, como tenta justificar as razões pelas quais esta classe é merecedora. No texto, justifica que a classe operária é a condição para o progresso do povo,

porque, em primeiro lugar, ainda que se queira negar a existência do que na técnica se denomina “questão social”, não é possível admitir a inexistência de questões operárias no país. Em segundo lugar, é à índole mesma do povo que se deve a cor dura do operário nacional. É um corolário da raça, do meio e da tradição. [...] Dominados por esta Ideia, devemos combater as indecisões que ainda perdurem protelando medidas justas e dignificadoras de um povo civilizado, como vem a serem claramente as providências operárias que se preconizam há tanto e ainda não foram criadas⁸⁷.

Quando o autor tenta definir a figura do operário, ele chama a atenção para a existência das questões sociais operárias – raça, meio e tradição. Noutras palavras, a raça, o meio e a tradição são categorias classistas capazes de identificar o operário, reafirmando, assim, que, embora o sujeito popular/operário seja invisível, essas categorias o fazem ser “visto” e relevante no meio social.

⁸⁷ LOPES, Antônio. “A hora do operário”. *O Imparcial* (MA), São Luís, 10 de dezembro de 1929, p. 3.

Considerando que os contos de herói integram as narrativas populares, tomemos para análise o conto infantil de Antonio Lopes, “Os presentes de Natal: Conto para as crianças” (1929). Nesse texto, o rei – figura central dos contos trovadorescos e/ou de cavalaria – testa suas três filhas, para saber a quem passará o trono, dando a cada uma uma joia rara: “um diadema de ouro e diamantes, um colar de pérolas e um anel com uma opala onde na cor do leite se diluíam o cor-de-rosa do amanhecer e o azul do mar tranquilo”⁸⁸. Então, o rei pergunta para as filhas o motivo de tamanha alegria e o que pretendem fazer com o presente que ele lhes deu. Todas responderam prontamente ao pai, mas apenas a terceira respondeu de modo que tocou o coração do rei, dizendo: “Sinto-me feliz com o anel que recebi porque foste tu, meu pai, quem me deu. Guardá-lo-ei como lembrança tua. Vê-lo ou usá-lo será para mim um encanto: recordar-me-á tua amizade e a alegria deste momento”. Ao final, o rei reconhece a terceira como a verdadeira princesa herdeira do trono, pois ela demonstrou ser simples e amável, condições que lhe outorgam o reinado. E o desfecho apresenta a.. “mensagem” às pequenas leitoras ou ouvintes: “Aprende a ligar a cada mimo que te derem a recordação de um gesto carinhoso. Seja qual a princesinha do conto, simples e boa, amável e fiel”.

Quando se fala em Cultura Popular, fala-se em práticas. Dentre muitas, destacamos o catolicismo popular. Na crônica “Santo Antônio: Na história e na tradição maranhense” (1937), Antônio Lopes traça a história da chegada do Santo ao Maranhão, junto ao frei Cristóvão de Lisboa e como ela se manifesta no credo popular. Nesse sentido, a cultura do povo se expressa nas festas populares religiosas. Assim, esses encontros oportunizam o credo religioso, como o pagamento de promessas, mas também é um momento de aproximação dos praticantes. Consoante Durkheim:

a própria ideia de cerimônia religiosa de alguma importância, desperta naturalmente a ideia de festa. Inversamente, toda festa ..., apresenta determinadas características de cerimônia religiosa, pois em todos os casos, tem como efeito aproximar os indivíduos, colocar em movimento as massas e suscitar assim um estado de efervescência, às vezes até de delírio que não deixa de ter parentesco com o estado religioso. O homem é transportado para fora de si mesmo, distraído de suas ocupações e de suas preocupações ordinárias. Assim, de ambas as partes observam-se as mesmas manifestações: gritos, cantos, música, movimentos violentos, danças, procura de excitantes que restaurem o nível vital, etc. Observou-se muitas vezes que as festas populares levam a excessos, fazem perder de vista o limite que separa o lícito do ilícito, o mesmo se dá com as cerimônias religiosas que determinam uma necessidade de violar as regras normalmente mais respeitadas⁸⁹.

⁸⁸ LOPES, Antônio. “Os presentes de Natal – Conto para crianças”. *O Imparcial* (MA), São Luís, 25 de dezembro de 1929, p. 1.

⁸⁹ DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1989, p.456.

A prática religiosa, por meio de festejos, apresentada por Lopes, na crônica sobre Santo Antônio, é um claro exemplo de que a cultura está em constante transformação. Quando Lopes expõe como se davam as manifestações das festas de Santo Antônio, antigamente, sugere que as práticas culturais não são estáticas, ou seja, não ficam congeladas no tempo, pois

nas festas de antigamente cantava-se, dançava-se, brincava-se com alegria, bons modos e infinita espiritualização. Eram folguedos simples, inspirados pelo sentimento popular e onde se ouviam a viola, o violão e a flauta, instrumentos mais da predileção do povo para a expansão da sua emotividade. Ah! A poesia das antigas noites da véspera de Santo Antônio! Quem poderá dizê-la numa linguagem toda de evocação?⁹⁰

O mestre insiste em provocar como essas transformações se darão futuramente. Em um tom preocupado, é direto em suscitar discussões:

e tudo isso vai passando, na rápida transformação dos costumes nacionais. Como é triste recordar a beleza e a poesia das festas de Santo Antônio, cheias de música, de cor, de luz, de alma, de riso e dessa adorável simplicidade da família brasileira de outrora! O Brasil brasileiro despede-se. Quantas gerações ainda se lembrarão dele, no cosmopolitismo da vida anônima de amanhã?⁹¹

E ainda apresenta algumas características do culto e das crenças populares em torno desse santo, no Brasil:

Nas superstições populares Santo Antônio é principalmente, o advogado das coisas perdidas, em concorrência com o Santo Campeiro do sertanejo, que não é senão uma transformação do Taumaturgo.

A promessa de “um dez réis” é a mais eficaz para obter do Santo o encontro providencial daquilo que se perdeu.

Advogado das moças solteiras, ele o é bem conhecido e diligente, com uma fina competência casuística para resolver os negócios mais delicados em matéria de banhos da Igreja. Vem isto de dois ou três dos seus milagres que andam narrados nas biografias mais populares. Num deles, não somente casou a moça, mas dotou-a⁹².

Por conseguinte, são válidas as preocupações do folclorista com quais rumos tomarão essas práticas simbólicas que ajudam a interpretar como os indivíduos estão organizados na sociedade. No entanto, compreendendo que a cultura, em essência, é manifestada naturalmente, seria declarar assassinato desta, se insistíssemos na ideia torpe de encontrar maneiras de “resgatá-la”.

⁹⁰ LOPES, Antônio. Santo Antônio na história e na tradição maranhense. *Diário do Norte*, São Luís, 13 de julho de 1937, p. 3.

⁹¹ *Ibidem*.

⁹² *Ibidem*.

Lopes também se interessou pelas relações entre história e presença indígena; e a essa área dedicou alguns escritos como “A Missa do Padre Ivo” (1939), uma releitura da obra *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circumvisinças* (1874), escrita pelo Padre Claudio d’Abbeville, uma das principais obras sobre a etnografia brasileira e que conta a história do domínio francês no Maranhão. Vale destacar que o trabalho do padre d’Abbeville foi traduzido por Cezar Augusto Marques, autor do *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*.

A releitura de Antônio Lopes é interessante, porque, embora seja uma crônica, tem muitas aproximações com o gênero literário “Auto”. Há presença de recortes de cenas, falas e a própria temática religiosa e conta, detalhadamente, com cenários e atuações. Isso fica nítido na primeira missa de Natal no Maranhão, em cujo contexto de descrição narrativa aparecem várias “descrições” quase etnográficas:

De Juniparan, a taba principal dos Tupinambás, assim como de Jaguarema, Turu, Maioba e Timbuba tinha chegado antemanhã, ao fenecer do sol, grupos daqueles hospitaleiros filhos da terra americana, com os seus morubixabas e os Encomendários franceses residentes nos vinte e sete aldeamentos espalhados pela Ilha, os primeiros precedidos do extenso desfile das suas mulheres, suando bestas de carga ao peso de cofos de matalotagem e presentes para seus “compadres” de São Luís e os frades e autoridades. [...] A multidão indígena era pitoresca. Na maioria os selvagens traziam os seus enfeites prediletos e ricos de penas multicores, admiravelmente dispostas em cocares, braceletes, cintas, tangas e ligas, salientando-se alguns com mantos que eram verdadeiros primores de arte plumária e outros com vistosos colares de miçangas, de conchas polidas ou de caroços brunidos de frutos. [...] Num segundo terreiro, preparado à ilharga da casa dos missionários, aborígenes dançavam e cantavam ao som dos maracás. Formavam grande círculo, que diminuía de vez em quando em movimento geral e concêntrico e, depois, voltava à extensão da sua primitiva circunferência. Cada índio ora saltava à cadência marcada pelos instrumentos, ora com a mão direita para as costas e equilibrado sobre uma perna, movia a segunda. Outras vezes, ao apertarem o círculo, cada um dos que dançavam se adiantava, batia com um pé no solo, que ressoava, e fazia três ou quatro piruetas antes de regressar ao seu lugar. E as melopeias bárbaras, entoadas por fortes peitos, rolavam dentro da noite, casando-se ao xique-xique das cabacinhas emplumadas e cheias de coquilhos ou pequenos seixos⁹³.

Como já sinalizado, Antônio Lopes também se interessou por temas que, na sua época, poderiam ser rotulados de “etnográficos”. Uma produção de destaque foi *Topônimos Tupis no Maranhão* (1947), que corresponde a uma compilação de cerca de cinquenta páginas, publicadas em duas edições da *Revista de Geografia e História* – do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, com vocábulos do tupi constantes na geografia do Maranhão. Não deixa de ser também uma obra de inestimável valor etnolinguístico, uma vez que lista vocábulos

⁹³ LOPES, Antônio. “A missa do padre Ivo”. *Diário do Norte* (MA), São Luís, 25 de dezembro de 1939, p. 9.

da América, como o Tupi, que se imbricam “às línguas do Continente Negro, principalmente as do grupo bantú e, dentro deste; o quimbundo e as línguas de Benguela, Luanda, Ganguela, Gabão e Ogué”,⁹⁴.

No texto, Lopes destaca as dificuldades em realizar o trabalho, dada a ausência de materiais e a raridade de gramáticas que, quando existem, são da época colonial, escritas pelos jesuítas. Nesse sentido, compilar os léxicos é uma forma de deixar arquivada e documentada a história da nossa língua primitiva. Vale informar que o propósito de Lopes era bem mais ambicioso, pois:

Em seguida aos topónimos de-origem tupi trataremos dó alguns, que provêm de outras primitivas línguas da América e de línguas africanas. O estudo dos africanismos correntes na toponímia do nosso país deve acompanhar o dos topónimos procedentes do tupí. É que não são poucos os nomes de acidentes geográficos que se nos deparam ao mesmo tempo no mapa do Brasil e no da África, uns e outros com etimologias claramente explicáveis respectivamente por línguas da América, como o tupí, e por línguas do Continente Negro, principalmente as do grupo bantú e, dentro deste; o quimbundo e as línguas de Benguela, Luanda, Ganguela, Gabão e Ogué⁹⁵.

No artigo póstumo “Nossa Cidade” (1953) , Antônio Lopes deixa bem evidente, no início, a insistência da preservação de todo o patrimônio de São Luís e, mais do que isso, nas palavras dele, seus esforços são para tornar sabido que a sua capital é uma das mais tradicionais do Brasil. Leia-se “tradicional” no sentido do valor cultural e de legado de patrimônio que ela detém. Lopes é consciente do papel que desempenhou nessa “batalha” e faz questão de lembrar:

Redator-chefe da “Pacotilha”, “Imparcial” e “Diário do Norte”, fiz nestes jornais campanha constante em prol da conservação de tudo quanto caracteriza a nossa Capital como cidade das mais tradicionais do país. Não falta quem me lembre, de vez em quando, os meus artigos ora contra isenção de décima urbana aos prédios sanluísenses que fossem alinhados com platibandas e contra a derrubada de sobrados e casas de mirante ou azulejo, ora tratando de tradições da terra que se apagaram, quando deviam ter sido conservadas, ou merecem amparo e estímulo para que não desapareçam⁹⁶.

⁹⁴ LOPES, Antônio. “Topônimos tupi no Maranhão”. *Revista de Geografia e História*, São Luís, Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, Ano II, n. 2, p. 13-37, letras A e B, jun. 1947 e Ano III, n. 3, p. 79-103, letra C, fev. 1950, respectivamente.

⁹⁵ *Ibidem*.

⁹⁶ LOPES, Antônio. “Nossa cidade”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão*, São Luís, ano IV, n. 4, p. 145-147, dez. 1953.

Lopes continua nos lembrando de sua veemência com tais temáticas, justamente para que não se percam as tradições e, sobretudo, a memória de uma capital onde se localiza um patrimônio vasto, embora se tenha perdido não só material, como bem atesta o autor:

A quem sempre assim esteve na trincheira, combatendo em prol da cidade, não bastavam às pouquíssimas reuniões da Comissão do Patrimônio Artístico Tradicional de São Luís, para continuar aquela campanha. E a prova é que, mal o Fernando Perdigão abriu, com uma cintilante crônica, esta coluna da “Nossa Cidade”, já a seu convite me estou servindo dela para versar na imprensa assuntos muito da predileção de curiosos da história e folclore do Maranhão. Já se tem feito alguma coisa, ultimamente, a fim de conservar o que vinha sendo destruído por ignorância ou desleixo nesta Capital, com manifesto prejuízo dos seus aspectos mais interessantes de cidade colonial⁹⁷.

Segundo Lopes, a Comissão do Patrimônio Artístico e Tradicional, à época, pretendia publicar uma revista trimestral sobre trabalhos, legislações e também pesquisas, estudos e figuras acerca da história e tradição de São Luís. No entanto, Lopes como sendo sempre à frente de seu tempo, tinha um estudo intitulado “Inscrições Lapidares de São Luís”, redigido em 1943, obra que só seria publicada, tempos depois de sua morte, em 1975⁹⁸, por Jomar Moraes, com a ajuda da poetisa Arlete Nogueira da Cruz, então diretora do Departamento de Cultura.

Sobre a atuação da Comissão, o folclorista critica a dedicação exclusiva às questões patrimoniais artísticas, principalmente à estética urbana e histórica. No entanto, segundo ele, “terá, porém, de penetrar a fundo no setor – tradição.” (LOPES, 1953, p. 5). Mais do que isso, com muita ênfase, Antônio Lopes se lança numa defesa de revitalização de festas e manifestações populares que faz lembrar o tom entusiasta e preocupado, ao mesmo tempo, de um Mário de Andrade:

A Comissão do Patrimônio Artístico e Tradicional] Deve trabalhar pela restauração das festas tradicionais da cidade. Não é impossível ao Maranhão de agora dar vida nova à festa dos Remédios e fazer voltar do passado a festa de Santa Filomena. Podemos e devemos, os sanluisenses de hoje, realizar tais festas até com brilho mais intenso do que tiveram outrora. E porque não havemos de fazer um esforço nesse sentido?

Cumprir estimular o reaparecimento de algumas das antigas diversões populares.

Por que razão o cordão carnavalesco enxotou das ruas de São Luís a Caninha Verde, a Chegança, o Fandango e muito mais interessantes pelos lados coreográfico, musical e decorativo, assim como pelo quantum dramatização?

⁹⁷ *Ibidem*

⁹⁸ Cf. LOPES, José Antônio Viana. *Capital Moderna e Cidade Colonial*, cit., p. 77.

Não sustento que devamos trabalhar pelo ressurgimento desses “brinquedos”, muito embora saiba que Afonso Arinos promoveu a representação da Chegança em São Paulo. Que dizer, porém, dos Pastores de Antônio Raiol, que empolgaram um público mais culto do que o de hoje por várias noites, no teatro São Luís, ora Artur Azevedo. Mais recentemente tivemos a “Pastoral”, de Coelho Neto, com bela música de Adelman Correia.

O programa de ação em prol da “Nossa Cidade” é vasto.

O maranhense tem de executá-lo⁹⁹.

Sobre isso, podemos dizer que as questões populares sempre foram muito caras para Antônio Lopes, basta observarmos o grande esforço em compilar os romances da tradição oral no seu Estado, que abordaremos no próximo capítulo. O intelectual apresenta sugestões de como fazer para que seja perpetuada a tradição. Quando Lopes diz que os seus contemporâneos poderiam realizar as festas tradicionais com mais brilho, nos tenciona que a tradição acompanha as gerações (não sendo ela estática). No final do artigo “Nossa Cidade”, o intelectual arremata isso e afirma

São Luís que temos obrigação de, por um lado, conservar no que tem de evocativo dos tempos de antanho, e por outro lado, aumentar e embelezar para que acompanhe o progresso; São Luís que não se despersonalize, consciente do seu grande valor no passado e possuída da ambição – por que não dizer! De valor muito, no futuro, para nosso orgulho¹⁰⁰.

⁹⁹ LOPES, Antônio. “Nossa cidade”. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, São Luís, ano IV, n. 4, p. 145-147, dez. 1953.

¹⁰⁰ *Ibidem*.

CAPÍTULO 3. *PRESENÇA DO ROMANCEIRO E OUTRAS PRESENÇAS*

3.1. *CONSIDERAÇÕES INICIAIS*

Ao abordarmos a obra principal, embora publicada postumamente, de Antônio Lopes, escutamos, ainda, os ecos dos elogios dos seus conterrâneos, contemporâneos ou não.

Antônio de Oliveira (1955) destaca a atuação de Lopes no campo do folclore maranhense. Para o discípulo do folclorista, ALdC foi um erudito, honesto e estudioso do folclore do Maranhão. Sobre os estudos folclóricos de Lopes, ele destaca justamente a obra *Presença do Romanceiro* que viria à luz em 1967, em conferência pronunciada aos 29 de novembro de 1955, na Federação das Academias de Letras do Brasil, em sessão dedicada à memória de Antônio Lopes, ou seja, cinco anos do seu falecimento e 12 anos antes da publicação do volume:

Desejaríamos também ressaltar, nestas considerações em torno de sua intensa atividade, as qualidades de erudito e honesto e estudioso do nosso folclore, “assunto no qual se tornou mestre exímio”, no dizer, ainda, de Joaquim Ribeiro. Seu livro sobre o romanceiro maranhense que, segundo informação de pessoa da família, será publicado com o título *A Poesia do Romanceiro do Maranhão*, é um trabalho de acentuada originalidade, pois nele Antônio Lopes fez paciente a restauração de velhos romances estudados anteriores por Teófilo Braga e D. Carolina Michaelis de Vasconcelos. Estamos informados, também, de que o seu romanceiro, sob muitos aspectos, é o único existente no Brasil, pois não constitui apenas uma coletânea de romances de determinada região, mas uma série de estudos e reconstituições à maneira dos de Menéndez Pidal, trabalho em que Antônio Lopes mais uma vez revelou notáveis virtudes de pesquisador e de crítico¹⁰¹.

A obra *Presença do Romanceiro: versões maranhenses (1967)*, como já sinalizado, é um trabalho póstumo de Antônio Lopes, o qual contempla 77 versões de 33 romances, colhidos no Maranhão, entre os anos 1907 e 1950. Cumpre notar que nem todas as versões apresentam datação, todavia, das 77, 67 têm marcação de data. Sendo treze versões colhidas entre 1907 e 1918; nove entre os anos 1920 e 1926; quatro entre 1931 e 1939; seis entre 1943 e 1947; trinta e duas em 1948¹⁰²; três em 1950, pouco antes de sua morte. Essas

¹⁰¹ OLIVEIRA, Antônio de. Imagem de Antônio Lopes. *Revista das Academias de Letras do Brasil*, Rio de Janeiro, n.68, set. 1955, p. 104.

¹⁰² Para Gomes: “o fato de trinta e duas versões terem sido “coletadas” em 1948 indica que sua atuação como secretário-geral da Subcomissão Maranhense de Folclore, mediador e porta-voz entre interessados nos “assuntos folclóricos” no âmbito local e nacional, favoreceu a intensificação do interesse literário de Antônio Lopes em continuar os esforços empreendidos por Celso Magalhães” (GOMES, 2014, p. 115).

marcações nos orientam para o período de atuação de Lopes, no estudo da cultura popular, uma vez que a obra em questão é tida como o principal trabalho do folclorista, desse modo, tomaremos como contexto de época o período de coleta e escrita do livro. O primeiro fato que aqui se sinaliza é a amplitude dos interesses de Lopes para com a cultura popular: ao que tudo indica essa atividade de “folclorista” (mas com evidente inserção “em campo”, registrando versões orais desses textos), iniciou ainda em 1907, ou seja, na adolescência, e só terminou com o seu falecimento,

O livro é importante para o estudo do folclore, porque não se tinha, naquele momento, número expressivo de intelectuais interessados em cultura popular. O próprio Antônio Lopes, no artigo “O folclore maranhense”, publicado no *Diário do Norte*, em junho de 1942, deixa transparecer isso quando afirma: “Escasso é ainda o número de maranhenses que se dedicam ao estudo das tradições tão belas de nossa terra. Quanto seria desejável se em vez de alguns pesquisadores isolados do nosso folclore tivéssemos uma falange!”¹⁰³

3.2. ANTECEDENTES E CONTEXTOS

Antes de entrarmos diretamente nas páginas do livro (e delas partir para encontrar e – nos surpreender – outras presenças) cabem, preliminarmente, duas perguntas: o que é “romanceiro”, no contexto das culturas e literaturas populares do Brasil? E como se chegou à publicação desse volume? As respostas, sobretudo à primeira questão, não poderão deixar de ser ligeiras, sem a menor possibilidade de aprofundamentos e, por isso, sem pretensões de esgotar os dois assuntos e os seus arredores.

3.2.1. O romanceiro (de tradição oral): trajetórias de narrativas

A definição “técnica” de *romance*, no nosso contexto, é relativamente simples: trata-se de textos narrativos, em verso, pertencentes a uma tradição (escrita e oral) de origem prevalentemente ibérica, que há vários séculos entraram também na tradição oral e popular de várias regiões do mundo, com ênfase nos países de línguas ibéricas (na Europa e nas Américas) e em países com forte presença imigratória portuguesa e espanhola (Estados Unidos e Canadá, sobretudo). Trata-se, portanto, de um *corpus* poético de narrativas cujas origens

¹⁰³ LOPES, Antônio. “O folclore maranhense”. *Diário do Norte*, 20 de junho de 1942, p. 1.

alguns autores consideram viável imaginar como sendo fragmentações de poemas épicos mais amplos, na transição entre idade média e época moderna, na península ibérica:

Tendo em linha de conta as suas prováveis origens, os romances apresentam também o interesse de poder ilustrar a evolução do gênero épico: derivados, sobretudo, – como hoje se crê, de acordo com a explicação aventada por R. Menéndez Pidal – dos cantares de gesta, eles representam uma das evoluções dessa espécie representativa de gênero “heroico” para outras mais acentuadas narrativas, mediante a contaminação não só por formas próprias do dramático, como principalmente pelo discurso derivado do lírico¹⁰⁴.

Trata-se de um tema (entre filologia, história e teoria literária) que tem apaixonado gerações de estudiosos, entre Europa e Américas, embora, hoje, no tocante à relevância tanto antropológica quanto literária do gênero, sejam debates menos relevantes. Vale destacar, porém, que o próprio Antônio Lopes, quase no final da Introdução à sua coletânea, se declara partidário das posições de Menéndez Pidal

Não faltou quem assinalasse o fato de ter o estilo épico-dramático dos romances heróicos, de fundo histórico, do romanceiro peninsular, absorvido ou atraído as canções líricas narrativas, de fundo novelesco, reduzindo-as a forma monorríma uniforme ou de assonância única. No Maranhão, porém, se os romances heróicos de fundo histórico quase sempre conservam algo da forma peculiar ao famoso "estilo épico-dramático", uns poucos romances de fundo novelesco, provenientes também do Velho Mundo, tomaram versificação dividida em estrofes, quase sempre quadras. Parece-nos muito curioso o fenômeno, que poderia ser tido como Um retôrno dos romances novaléscos à forma lírica, em plagas do Nôvo Mundo.¹⁰⁵

O mais relevante, porém, é justamente a força com que esse *corpus* entrou na tradição oral dos quatro cantos do mundo. A partir das primeiras pesquisas sobre *romanceiro* – ou *romancero*, para os colegas de língua espanhola – de tradição oral, em meados do século XIX, foram ouvidas, registradas, coletadas, transcritas, catalogadas, comentadas, analisadas e publicadas milhares de *versões* de *romances* da tradição ibérica, nas Américas, na Ásia e na Europa. Uma jovem pesquisadora brasileira, Carolina Costa, nos apresenta de forma eficaz e sintética o que entendemos quando falamos (e Antônio Lopes falará, muito, nelas) de *versões* dos romances:

¹⁰⁴ PINTO-CORREIA, João David. *Romanceiro Tradicional Português*. Lisboa: Comunicação, 1984, p. 29.

¹⁰⁵ LOPES, Antônio. *Presença do Romanceiro – versões maranhenses*. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileiras, 1967, p. 11.

Uma vez que os romances são textos independentes, ou seja, não existe uma versão oficial de cada romance, pode-se dizer que todo romance é inédito, mesmo que seja o mais divulgado entre os romances. A performance do texto oral torna-o único e irreversível, portanto, é impossível encontrar textos idênticos, pois nem o próprio romancista é capaz de repeti-lo. Dado que a estrutura e o texto podem ser os mesmos, mas o romance vai além da poesia, da prosa, da melodia, todo o momento da apresentação deve ser considerado como parte da performance e como parte do romance¹⁰⁶.

Por outro lado, o estudioso que talvez mais tenha contribuído à divulgação e à compreensão do romancista de tradição oral no Brasil (aí incluindo a organização e publicação do volume de Antônio Lopes aqui abordado), Braulio do Nascimento, garante: “E essa poesia tradicional que chegou à América em tempos recuados de séculos, não se constitui, de forma alguma, em meras sobrevivências arqueológicas, mas cantos vivos, atuais, reproduzidos e recriados nas diversas culturas americanas”¹⁰⁷.

É o mesmo autor que nos prepara para melhor apreciarmos a contribuição maranhense de Antônio Lopes:

Os romances foram trazidos naturalmente pelos colonizadores portugueses. no século XVI, talvez mesmo pelos primeiros exploradores, e este processo foi continuado intensamente nos séculos seguintes com a migração portuguesa, principalmente açoriana. Partindo dos locais de fixação dos imigrantes, se espalharam os romances pelo território brasileiro, já levados também pelo elemento nacional penetrando nas cidades e até mesmo nas malocas de índios em plena selva amazônica. [...] Submetidos às leis de variação, por força da transmissão oral, adquire o romance características ambientais próprias, como nas demais versões de outras terras¹⁰⁸.

Dessa forma, como veremos, as “versões maranhenses” registradas por Antônio Lopes, enriquecem sobremaneira o *corpus* brasileiro do romancista de tradição oral, ao mesmo tempo em que marcam um momento relevante de transição entre as pesquisas pioneiras no país (que logo serão aqui apresentadas e nas quais ressalta o pioneirismo do tio de Lopes, Celso Magalhães) e as coletas e os estudos da segunda metade do século XX.

¹⁰⁶COSTA, Carolina Veloso. As origens do gênero e o romance de tradição oral *O cego*. In: Seminário Brasileiro de Crítica Literária, 2015, Porto Alegre. Anais do Seminário de Crítica Literária. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. v. 28. p. 1-16. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/anais/seminario-critica-literaria/assets/11.pdf>. Acesso em 25 de setembro de 2023.

¹⁰⁷NASCIMENTO, Braulio de. *Estudos sobre o romancista tradicional*. Campina Grande: Editora da UEPB, 2020, p. 23.

¹⁰⁸NASCIMENTO, Braulio. “Um século de Pesquisas do Romancista Tradicional no Brasil”. *Revista Brasileira de Cultura*. Ano V, n. 17, julho-setembro de 1973, p. 39.

3.2.2. Coletas de romances no Brasil: trajetórias (de) intelectuais

Bráulio do Nascimento, na “orelha” do livro aqui analisado, aponta que *Presença do Romanceiro* é um estudo de relevância e ‘o mais importante’, porque “Depois das coletâneas de Sílvio Romero, de fins do século passado, e de Pereira da Costa [*em Pernambuco*], de princípios deste, apenas em revistas e monografias foram divulgadas versões de alguns romances tradicionais colhidos no país”. Nesse quesito, parece que mesmo após duas décadas, a níveis regional e nacional, os estudos do romance tradicional não eram destaque nas investigações folclóricas.

Mas é ainda Bráulio do Nascimento, em obra já citada, que melhor resume a história dos estudos romancísticos no Brasil:

Celso de Magalhães (1849-1879) foi o iniciador da pesquisa da literatura oral no Brasil. Sob o título de «A poesia popular brasileira», publicou no quinzenário *O Trabalho*, do Recife, em 1873, uma série de dez artigos, em que expôs suas ideias sobre a formação de nossa poesia, bem como divulgou parte das pesquisas realizadas em Pernambuco, Bahia e principalmente Maranhão, sua terra natal¹⁰⁹. [...] Em 1879, Sílvio Romero, em seus ensaios sobre «A poesia popular no Brasil», na *Revista Brasileira* (Rio de Janeiro, tomos I-VII, 1879-1881), transcreve grande parte dos artigos de Celso. Mais tarde, Sílvio Romero reuniu aqueles ensaios em *Estudos sobre a poesia popular do Brasil* (1888). [...] À época em que Celso de Magalhães iniciou suas pesquisas do romanceiro tradicional, circulavam duas coletâneas publicadas na área de língua portuguesa: *Romanceiro*, de Almeida Garrett, de 1847, e *Romanceiro geral*, de Teófilo Braga, de 1867¹¹⁰.

Vale informar que o “método” de coleta e publicação de Celso de Magalhães foi bem diferente em relação ao adotado pelos dois mestres portugueses, pois o tio de Antônio Lopes fazia questão do extremo rigor filológico ao texto oral que ouvira: “Todos os romances [...] que se citem aqui ou que se tenham de publicar, foram bebidos na tradição oral do povo, e apresentam-se estremes de composição ou correção nossas, não têm arrebiques nem posições, os quais destruiriam a sua originalidade”¹¹¹. Com absoluta propriedade, seu sobrinho, no século sucessivo, adotou explicitamente a mesma postura.

¹⁰⁹ Os textos de Celso foram reunidos, pelo mesmo Bráulio do Nascimento, em volume: MAGALHÃES, Celso de. *A poesia popular brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1973.

¹¹⁰ NASCIMENTO, Bráulio. “Um século de Pesquisas do Romanceiro Tradicional no Brasil”, cit., p. 37-38.

¹¹¹ MAGALHÃES, Celso de. *A poesia popular brasileira*, cit., p. 32.

Depois de Celso, em ordem cronológica, veio a coleta realizada por Sílvio Romero¹¹² (1883), que apresentou versões registradas em Sergipe e no Rio de Janeiro, também adotando o método de fidelidade aos textos ouvidos. Foram 17 romances, num total de 23 versões. Entrando no século XX, aparecem as coletas e as publicações de Pereira da Costa (*Folk-lore Pernambucano*), com versões de 30 romances. Em seguida, estudos e pesquisas sobre romanceiro de tradição oral no Brasil só retomam fôlego a partir dos anos Cinquenta, infelizmente. Aí, surgem as coletâneas de Guilherme Santos Neves no Espírito Santo (1983), Rossini Tavares de Lima no litoral do Estado de São Paulo (1972), Lucas Boiteux em Santa Catarina (1957), José Aloísio Vilela em Alagoas (1981), Jackson da Silva Lima em Sergipe (1977)¹¹³. Em todos esses casos, trata-se intelectuais e folcloristas não ligados a instituições universitárias, de forma semelhante ao que acontece com Antônio Lopes. As pesquisas realizadas, a partir do último quartel do século XX, sobretudo nas universidades federais da Bahia e da Paraíba, se devem frequentemente à orientação e ao estímulo do próprio Braulio do Nascimento e da professora Idelette Muzart Fonseca dos Santos¹¹⁴.

3.3. PRESENÇA DO ROMANCEIRO: VERSÕES MARANHENSES

Se a publicação do volume de Antônio Lopes se deve sobretudo ao compromisso de Braulio do Nascimento, como vimos, é também verdade que o primeiro passo para que isso ocorresse foi dado por outro importante intelectual brasileiro, Edson Carneiro, antropólogo e folclorista baiano, então diretor da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB)¹¹⁵, que solicitou à viúva do nosso autor maranhense autorização para a publicação do livro na coleção “Folclore do Brasil”. Para isso, era necessário que a viúva aceitasse algumas condições, como insinua a carta da Comissão Nacional de Folclore, entre as quais a mudança

¹¹² ROMERO, Sílvio. *Cantos populares do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.

¹¹³ As datas aqui indicadas referem-se à publicação das coletâneas, sendo que as pesquisas têm datação anterior, assim como sabemos que aconteceu também com o hiato entre as pesquisas de Antônio Lopes e a publicação póstuma do volume que reúne os textos coletados por ele. Para mais informações, cf. NASCIMENTO, Braulio.

“Um século de Pesquisas do Romanceiro Tradicional no Brasil”, cit.

¹¹⁴ Cf. SANTOS, Idelette Muzart Fonseca dos. “Presença do Romanceiro em Salvador”. *Estudos Linguísticos e Literários*, n.7, out de 1988, p. 17-24. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/article/download/13797/9637/43158>. Acesso em 28 de setembro de 2023. SANTOS, Idelette Muzart Fonseca dos. A busca da poesia tradicional na voz e na memória: a pesquisa do romanceiro na Paraíba. *ELO - Estudos de Literatura Oral*, n. 1 : 165-185. Faro, Universidade do Algarve, Portugal, Primavera 1995. Disponível em: <https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/1353>. Acesso em 28 de setembro de 2023. CIACCHI, Andrea. *Histórias no Canto*. Dissertação em Mestrado em Letras. João Pessoa, UFPB, 1988.

¹¹⁵ Órgão instituído em 1958, no âmbito do Ministério da Educação e Cultura.

do título de *A poesia dos romancieiros no Maranhão* para *Presença do Romancieiro: variantes maranhenses*; e a redução da quantidade de páginas a partir da eliminação de folhas que antecediam os capítulos¹¹⁶.

É necessário agora situar nesse contexto a criação, em 1947, sob a batuta do folclorista Renato Almeida, da “Comissão Nacional de Folclore”, após recomendação da UNESCO, à qual ficou inicialmente vinculada, e ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC). A partir dessa Comissão, foram criadas subcomissões estaduais, sendo que a do Maranhão foi criada logo em 1948, tendo o próprio Antônio Lopes como seu fundador e primeiro secretário.

A nomeação de Antônio Lopes para secretário da Subcomissão Maranhense de Folclore demonstra que sua atuação enquanto folclorista era ativa. Mas também, sua participação na criação do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão foi importante para que seu nome fosse levado a secretário-geral daquela instituição, isso porque as áreas da Literatura, Linguística e da História eram de interesse das instituições ligadas às ciências sociais, como a Academia Brasileira e os Institutos Históricos e Geográficos¹¹⁷.

Nessa direção, os estudos de *Presença do Romancieiro*, considerando a datação das coletas – 1907-1950 – são realizados no período embrionário à institucionalização da cultura maranhense: criação da Academia Maranhense de Letras (1908) e do Instituto de História e Geografia do Maranhão (1925). Segundo afirma Albernaz, essas duas últimas: “São instituições voltadas para a publicação, pesquisa e reconhecimento dos intelectuais, as quais elaboram classificações sobre produções culturais, e referendam o tipo de conhecimento legítimo de investigação”¹¹⁸.

É interessante anotar que bem antes mesmo da publicação da obra aqui analisada, precisamente em 1921, Amadeu Amaral e Paulo Duarte fundaram a “Sociedade de Estudos Paulistas”, cuja função era o fomento da intelectualidade, alicerçada em objetivos elaborados por Duarte: “facilitar e ativar todos os estudos relativos à história, à geografia, costumes, linguagem, folclore e o mais que se referir à vida espiritual do povo paulista”¹¹⁹.

¹¹⁶ CNFL, *apud* GOMES, Clicia Adriana Abreu. A fabricação do Folclore no Maranhão: Investimentos e Interesses no Contexto da Subcomissão Maranhense de Folclore. UFMA, São Luís, 2014, p. 114-115.

¹¹⁷ VILHENA, Luís Rodolfo. Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro - 1947-1964. Rio de Janeiro: Funarte/Fundação Getúlio Vargas, 1997.

¹¹⁸ ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira. O “Urrou” do boi em Atenas: Instituições, experiências culturais e identidade no Maranhão. Tese de Doutorado-Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004, p. 178.

¹¹⁹ DUARTE *apud* VILHENA, Luís Rodolfo. Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro - 1947-1964. Rio de Janeiro: Funarte/Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 87.

Também Amadeu Amaral propôs à Academia, a criação da Sociedade Demológica, projeto que não vingou. Todavia, mesmo com uma coleção de fracassos, Amaral ainda contava com a colaboração daqueles que se achassem engajados com o projeto¹²⁰.

Por outro lado, já na década de Trinta, no mesmo contexto paulistano que vê a criação e o desenvolvimento extraordinário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP, o poeta (e folclorista) Mário de Andrade consegue dar vida a uma “Sociedade de Etnografia e Folclore” muito ativa e relevante, inclusive com a participação de alguns dos professores da “Missão francesa” que participou da criação da FFCL, como Roger Bastide, Claude Lévi-Strauss e sua esposa, Dina Dreyfuss¹²¹

Assim, Antônio Lopes, contemporâneo de Amaral, também parece comungar das mesmas dificuldades. Em um artigo da *Revista do IHGM*, são evidenciadas as pelezas pelas quais passou o intelectual, na fundação do Instituto: “Foi a alma dessa agremiação, evitando que desaparecesse face aos continuados percalços por que passou, vítima da incompreensão de governantes infensos ao cultivo do espírito”¹²². De igual modo, em um texto publicado em *Estudos Diversos*, o intelectual fala claramente sobre os esforços em manter o Instituto: “Neste fim de 1946 queremos que o Instituto entre em nova fase. Quer os poderes públicos lhe deem ou não casa. Terá sede em janeiro próximo”¹²³.

Ambas as citações referentes a Lopes trazem questões políticas em torno do fazer folclórico, isso, talvez, seja fruto de um contexto político internacional- período de pós-guerra, que, por sua vez, reverberou no projeto do movimento folclórico. VILHENA (1997) nos lembra que o próprio Renato Almeida, contemporâneo de Antônio Lopes, por viver em um período pós-guerra, traz para o movimento perspectivas políticas, inclusive em articulação com a UNESCO, ou seja, com a Organização das Nações Unidas.

Mesmo com as dificuldades enfrentadas para a permanência de instituições com fomento à cultura, Antônio Lopes apresenta, em *Estudos Diversos*, o objetivo principal da criação do IHGM: “Cultuar a tradição, venerar o passado, estudar o Maranhão, eis para que foi criado o Instituto”¹²⁴.

Nessa perspectiva, Lopes projetava no Instituto um espaço para investigações da tradição maranhense. Tradicional é, então, dizer que algo é passado de geração a geração,

¹²⁰ *Ibidem*.

¹²¹ Cf. RUBINO, Silvana. Clubes de pesquisadores – A Sociedade de Etnografia e a Sociedade de Sociologia. in: MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil* (vol. 2). São Paulo: Editora Sumaré, 1995.

¹²² ANTÔNIO LOPES, Revista de Geografia e História do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, São Luís, ano IV, n. 4, p. 45-46, dez. 1953.

¹²³ LOPES, Antônio. Instituto histórico. In: Estudos diversos. São Luís: SIOGE, 1973, p. 112.

¹²⁴ LOPES, Antônio. Instituto histórico. In: Estudos diversos. São Luís: SIOGE, 1973, p. 103.

vem de longos tempos, por isso “cultuar a tradição e venerar o passado” maranhense faz parte integrante do seu projeto de folclorista. Portanto, tomar conhecimento das atividades intelectuais de Antônio Lopes, durante o período de escrita da obra em análise, é essencial para entendermos o que tinha de folclore em Antônio Lopes.

Agora, retomando ao livro, é interessante notar que a maioria das versões registradas por Lopes tinham sua localização geográfica mencionadas, e quando coletadas na região da Ilha de São Luís, o folclorista primava por sinalizar a cidade de onde o romanceiro era. Segundo afirma Gomes, essa característica de Lopes: “pode ser interpretada como uma maneira de legitimar seu trabalho como sendo representativo do Estado do Maranhão, mas também devido a sua concepção de ‘folclore’ estar vinculada a ideia de origem não urbana”¹²⁵.

A ideia da origem não urbana da cultura popular, de Antônio Lopes, da qual fala Gomes, se aproxima da ideia de “descentralização” do folclore, proposta por Amadeu Amaral, a qual segundo este deveria haver iniciativas para tornar a cultura popular integralizadora: “a criação de um museu de folclore, a necessidade de mapear o folclore brasileiro, a organização de uma biblioteca especializada e, finalmente, o aliciamento, nas diversas localidades do país, de “correspondentes” capazes de realizar a coleta primária que julgava indispensável”¹²⁶. Isto posto, deduz-se que Antônio Lopes, ao expandir seu campo de coleta, demonstra que está alinhado à perspectiva de Amaral, no sentido de prezar, também, pelo registro das localidades interioranas, muito embora Amaral também criticasse a restrição do popular tão somente à população rural.

O mapa a seguir ajuda a visualizar onde foram colhidas as versões no Maranhão. Muitas vezes, era durante seus ofícios primários que fazia o trabalho de folclorista, como é o caso da versão colhida em Pastos Bons¹²⁷, a cerca de 545 km da capital: “fomos achar

¹²⁵ GOMES, Clicia Adriana Abreu. A fabricação do Folclore no Maranhão: Investimentos e Interesses no Contexto da Subcomissão Maranhense de Folclore., UFMA, São Luís, 2014, p. 116.

¹²⁶ AMARAL *apud* VILHENA, Luís Rodolfo. Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro - 1947-1964. Rio de Janeiro: Funarte/Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 79.

¹²⁷ Os primeiros moradores da região foram os índios amanajós. Posteriormente, a região foi ocupada e explorada por criadores de gado, vindos sobretudo da Bahia e também de Pernambuco. Transpondo o rio

Parnaíba, fundaram uma vila à qual deram o nome de Pastos Bons, por volta de 1744, no terreno de Olho D'água do Pinga, onde habitavam os amanajós, que lutaram contra a ocupação. O famoso sertanista português Domingos Afonso Mafrense (Domingos Sertão), explorando o sertão piauiense, dizimou populações indígenas, construiu fazendas de gado, expandindo a pecuária da região e ocupando extensas terras. Essa corrente povoadora atravessou o rio Parnaíba até alcançar a região de Pastos Bons [...] Após o povoamento do alto sertão, com sub-denominações locais, somente o ponto inicial das entradas ficou sendo chamado de Pastos-Bons. Entre 1743 e 1747, foi criada a Freguesia de São Bento das Balsas de Pastos Bons. Em 1764, foi edificada uma igreja. Por meio da Carta Régia de 28 de julho de 1770, Pastos Bons é elevada à categoria de Vila. Pouco depois da proclamação da Independência, seus habitantes se manifestaram contrários à

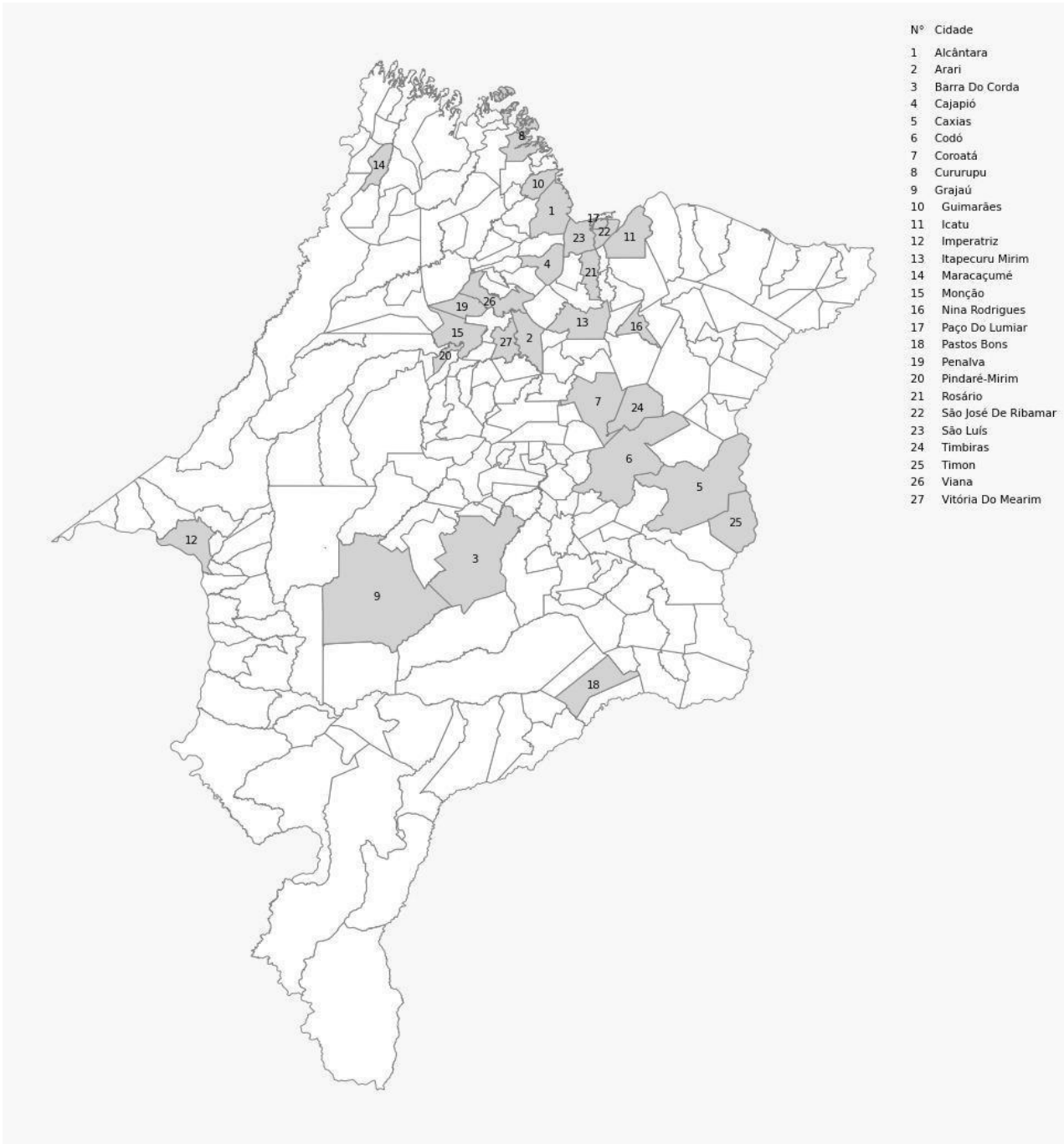
uma versão em pleno sertão maranhense, quando lá estivemos como juiz de Direito da comarca de Pastos Bons”¹²⁸ Já na introdução de *Presença do Romancero*, Lopes evidencia em quais momentos se dedicava à pesquisa, além de demonstrar a expansão geográfica nos seus estudos:

Excursionando pelo serviço da profissão de advogado e finalmente no exercício da magistratura, pudemos estudar o folclore maranhense em lugares onde estivera Celso de Magalhães, cujas investigações se limitaram à cidade de S. Luís e à região dos lagos do Baixo Pindaré, e nunca perdemos oportunidade que se nos deparasse adequada a um passo rumo à cabal reposta àquelas questões¹²⁹

autoridade do Imperador Pedro I, tentando criar a República de Pastos Bons, que chegou a ter inclusive carta constitucional e bandeira, mas teve curta duração. Pastos Bons perdeu o status de vila e foi anexado ao município de Caxias em 1811, recuperando sua autonomia política por alvará de 29 de janeiro de 1820. Extinta em 1870, a vila foi reinstalada pelas leis provinciais nº 575, de 11 de julho de 1860 e nº 1206, de 9 de março de 1880, desmembrado de Mirador. A partir do século XIX, perdeu parte de seu território para a constituição de Mirador (1870), Loreto (1873), Nova Iorque (1890), Alto Parnaíba (1881) e Benedito Leite (1919) [...] Conserva o nome que lhe deram os primeiros bandeirantes - Pastos Bons. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pastos_Bons. Acesso em 09 mai. 2023.

¹²⁸ LOPES, Antônio. *Presença do Romancero* – versões maranhenses. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileira, 1967, p.125.

¹²⁹ Ibidem. p. 4.



Fonte: Elaborada pelo autor

Das cidades e/ou localidades constadas no mapa, algumas tiveram seus nomes alterados por meio de decretos, no entanto, a fim de nos situarmos ao período no qual foram colhidas estas versões, destacamos as localidades com seus nomes antigos, os quais,

apresentamos: Flôres¹³⁰, Cutim do Padre¹³¹, Santo Antônio de (e) Almas¹³², Kelru¹³³, Vinhais¹³⁴, Manga¹³⁵, Povoado Jabaroça-Barro Vermelho¹³⁶, Anil¹³⁷, Tibiri¹³⁸.

130 Foi em 1890, no dia 22 de dezembro, através do Decreto nº 50 elevada à categoria de Vila, a povoação Cajazeiras sob a denominação de Flôres. Este Decreto foi assinado pelo então primeiro-vice Governador do Estado do Maranhão, o Bacharel José Vianna Vaz que desmembrava a Vila de Flôres da Comarca de São José dos Matões, tendo por limites os mesmos da extinta povoação de São José das Cajazeiras. No dia 02 de fevereiro de 1891, o Dr. Vianna Vaz discriminava os limites da Vila de Flôres através do Decreto nº 61. [...] Ocorre, porém, que Flôres não possuía a infra-estrutura necessária para arcar com as responsabilidades da categoria de Vila que lhe era dada. Essa infra-estrutura consistia em prédios públicos onde se pudesse alocar a Câmara do Júri e a cadeia pública. Tais deficiências levaram o Bacharel Alfredo da Cunha Martins, respondendo pelo exercício de Governador, a extinguir o termo Vila de Flôres, anulando automaticamente o Decreto N.º 50 de 22 de dezembro de 1890. Para isto, assinou a Lei N.º 38 de 1º de maio de 1893. O que não nos é dado a entender é que mesmo depois da criação da Vila foram necessários três anos para que percebessem a deficiência de infra-estrutura da então Vila de Flôres e, mais que isto, foi necessário o afastamento do Dr. Vianna Vaz e a ascensão do Bacharel Alfredo da Cunha Martins, para que essas deficiências fossem notadas. Esses fatos nos sugerem a impressão de uma querela política entre o Dr. Vianna Vaz e o Dr. Alfredo da Cunha Martins. Somente em 05 de março de 1896, três anos depois de sua extinção, a lei N.º 123, assinada por Manoel Ignácio Belfort Vieira, Governador do Estado do Maranhão restabelecia o termo judiciário de Flôres, voltando assim, agora atendendo às exigências legais, à condição de Vila, prevalecendo Decreto N.º 50 de 22 de dezembro de 1890. [...] Durante o seu mandato [Paulo Ramos] grandes eventos afluíram em Flôres. O maior deles aconteceu em 1943, quando foi efetuada a mudança da denominação do município de Flôres para Timon. Este fato que desgostou sobremaneira a população, foi efetuado em virtude da existência de uma outra cidade, no sul do país com o mesmo nome, e como o Governo Federal não admitia esse tipo de topônimo, isto é, duas cidades com o mesmo nome e, considerando que Flôres do Maranhão era mais nova que esta outra cidade, usaram o nome do primeiro jornal que circulou em São Luís, fundado por João Lisboa para identificar o município. Nascia Timon. Disponível em: http://timon.ma.gov.br/site/?page_id=242. Acesso em 30 mai. 2023.

131 “A Grande Ilha começou a se expandir, para além da Praia Grande e uma dessas regiões é o Caminho Grande.

A localidade atualmente é a Avenida Getúlio Vargas e João Pessoa. Uma estrada de chão batido, segundo Cesar Marques (1970) seu primeiro contato de construção data de 1867 e depois de um tempo passou a ser a linha bonde que terminava até o Distrito do Anil, neste período conhecido como Cutim [...] Na obra O Mulato (1994), Aluísio de Azevedo, destaca O Caminho Grande como sendo o ponto de interligação para os sítios na qual no mês de junho, no período da festa de São João todos se deslocava para os sítios que ficava longe dos centros comerciais. [...] O Cutim perdeu sua hegemonia no ano de 1893 quando na região do Anil foi instalada a fábrica de tecidos Rio Anil” (FEITOSA, 2016, p. 23,26).

132 OS PRIMITIVOS habitantes do povoado foram os indígenas, seguido pelos colonizadores portugueses que se faziam acompanhar de escravos. Por iniciativa de Antônio Rodrigues, foi doada uma área para construção de uma capela dedicada a Santo Antônio, tendo a Freguesia recebido o nome de Santo Antônio e Almas.

O solo fértil atraiu novos moradores, promovendo o seu desenvolvimento, fazendo com que os habitantes se organizassem em busca da emancipação. Tendo à frente o capitão José Mariano Gomes de Castro e Holfênio João Cantanhedo obtiveram êxito e, em 1923, criou-se o município, com a denominação de Godofredo Viana, então Governador do Estado. Em 1930, o topônimo foi alterado para Bequimão. Em 1931, perdeu sua autonomia, restaurada quatro anos depois. Formação Administrativa: Distrito criado com a denominação de Santo Antônio e Almas, pela Provisão Regia de 07-11-1805. Subordinado ao município de Alcântara.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Santo Antônio e Almas figura no município de Alcântara. Elevado à categoria de município com a denominação de Santo Antônio e Almas, pela lei estadual nº 801, de 21-04-1918, desmembrado de Alcântara. Sede no antigo distrito de Santo Antônio e Almas. Constituído do distrito sede. Pelo decreto estadual de 31-12-1923, o município Santo Antônio e Almas passou a denominar-se Godofredo Viana. Pelo decreto estadual nº 7, de 24-11-1930, o município já denominado Godofredo Viana passou a denominar-se Bequimão. Pelo decreto estadual nº 75, de 22-04-1931, é extinto o município de Bequimão, sendo seu território anexado ao município de Alcântara. Em divisão administrativa referente ao ano

de 1933, o distrito já denominado Bequimão figura no município de Alcântara. Alterações toponímicas municipais: Santo Antônio e Almas para Godofredo Viana alterado, pelo decreto estadual de 31-12-1923. Godofredo Viana para Bequimão alterado, pelo decreto estadual nº 7, de 24-11-1930. Disponível em <http://www.bequimao.ma.gov.br/transparencia/transpa/historia>. Acesso em 09 mai. 2023.

¹³³ O povoado Kelru, antiga fazenda Kelru, situada em Itapecuru Mirim (séc. XVIII) pertenceu, inicialmente, ao irlandês Lancelot Belfort.

¹³⁴ O Vinhais Velho de São Luís é, segundo os historiadores, o bairro mais antigo do Maranhão. Foi ali que se verificou a primeira aprovação europeia no Brasil Setentrional. A sua aprovação remonta a meados de 1.500 quando ali habitava a tribo indígena ‘Tupinambá’ que, em 1.612 recebeu os franceses [...] Com a usurpação dos bens desses padres pela política do Marquês de Pombal, o local foi erigido a Vila com o nome de Vinhais – Vila

Nova de Vinhais (1.757). Essa Vila substituiu como ‘Município’ independente de São Luís até 1.835, quando foi transformada em Distrito de Paz da Capital. O Vinhais, ou Miganville, como chamava os europeus, foi a única povoação durante muito tempo entre o Rio Grande do Norte, onde havia o Forte dos Reis Magos e o Maranhão. Ao longo dos anos, os povos que ali habitavam, construíram um patrimônio histórico que existe até os dias de hoje. Merece destaque a Igreja de São João Batista (construída em 1.612, data da fundação da comunidade e de São Luís) e seu entorno, como, poços de água, dentre eles os de Dona Jansen, que abastecia a cidade, o cemitério que servia também os vilarejos, como, o Anil, Angelim e Tabocal. Disponível em: <http://www.al.ma.gov.br/noticias/25597>. Acesso em 09 mai. 2023.

135 Nina Rodrigues Maranhão – MA. O antigo povoado da Vila da Manga iniciou-se no local chamado Fortaleza, antigo ponto obrigatório de passagem de boiadas com destino ao municípios de Icatú e Morros. Manga, neste caso, não diz respeito à fruta, mas a uma estreita passagem para gado, uma espécie de corredor com paredes de varas que conduz a um rio e que serve para guiar bois. O povoado da Vila da Manga do Iguará entrou definitivamente para a história política do Maranhão ao servir de palco para o episódio que deu início à revolta popular conhecida como “Balaiada” (1838 a 1841). Embora as causas mais profundas da Balaiada tenham sido a rivalidades políticas e econômicas entre brasileiros natos, conhecidos como “Bentivis” e quando uma boiada pertencente ao Padre Inácio, pároco da cidade de Arari, e conduzida pelo vaqueiro Raimundo Gomes foi apreendida pelo Subprefeito de Vila da Manga, inimigo político do pároco. Os vaqueiros que levavam a boiada foram presos, entre eles um irmão do vaqueiro Raimundo Gomes. Este, que escapara da prisão por um atraso na marcha, tomou de assalto a cadeia, libertou seus vaqueiros e os demais presos e iniciou resistência armada contra o Governo da Província, chefiado por Vicente Camargo, partidário dos Cabanos. Tropas foram enviadas para combatê-lo. Uma destas tropas invadiram a casa de Manoel Francisco dos Anjos, apelidado de “O Balaio” e violentaram barbaramente suas filhas. Revoltado com a desonra, o Balaio conseguiu levantar em massa os moradores daqueles sertões, tornando-se junto com o negro Cosme, um dos maiores líderes da revolução. As batalhas se estenderam ao município de Brejo, Chapadinha e Caxias e apenas a intervenção das tropas comandadas por Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias, conseguiu pela derrota dos rebeldes, impor a “paz” no Maranhão. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/nina-rodrigues/historico>>. Acesso em 09 mai. de 2023.

¹³⁶ Na versão Santa Iria, colhida em Jabaroça-Barro Vermelho, Antônio Lopes comenta que essa versão maranhense está ambientada na vegetação pastoril da Baixada Maranhense. Logo, nos induz atestar que de fato se trata do Povoado da cidade de Viana, baixada maranhense.

Segundo demonstra o IBGE: Em 1877, foi o arraial Barro Vermelho se desenvolvendo satisfatoriamente, crescendo o número de habitação e construída uma capela sob a invocação de “São Benedito”. O surto do aumento populacional tomou maior incremento após a lei de 13 de maio, porto que, toda aquela escravatura liberta rumou para esta localidade e aqui edificou suas moradias, firmando suas atividades quotidianas. Surgiram, então, algumas casas comerciais, oficinas rústicas, escolas particulares e posteriormente, públicas. Estabeleceram-se neste local, as famílias Serejo e Muniz, organizando festividades religiosas periódicas, às quais ocorriam famílias de Viana, Penalva [...] Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Cajari, pela lei estadual nº 179, de 13-11-1948, desmembrado dos município de Penalva, Pindaré-Mirim e Vitória do Mearim. Sede no atual distrito de Cajari ex-povoado de Barro Vermelho). Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/cajari/historico>>. Acesso em mai. 2023.

¹³⁷ Um dos bairros históricos de São Luís-Ma.

138 **Tibiri** é um bairro localizado na zona rural (km 3 da BR-135) de São Luís, capital do estado do Maranhão, Brasil.

É importante fazermos nota de que essas transformações nos topônimos foram criticadas por Antônio Lopes, em *Presença do Romancero*, em uma versão colhida em Santo Antônio de Almas: “Mudaram o nome desta localidade. Mais uma vítima do furor de transformação da toponímia tradicional maranhense. Outrora foi cabeça de uma freguesia integrante do município de Alcântara”¹³⁹

Diante disso, é possível dizer que a característica de preservação do tradicional, para Lopes, mais uma vez é notada. Prova é, também, em seu trabalho publicado *Topônimos Tupis no Maranhão*, já mencionado acima, do qual, segundo Antônio Lopes: “As achegas que reunimos poderão servir de contribuição para estudo mais aprofundado e sistemático dos topônimos maranhenses com origem no tupi [...]”¹⁴⁰

Retomando ao livro, vale informar que o folclorista teve contribuições de alguns intelectuais no registro da coleta de algumas versões postas na obra, como exemplo: seu irmão, Raimundo Lopes (03 versões); seu tio, Celso de Magalhães ; Curt Nimuendajú, Clarindo Santiago e Milton Barbosa Lima. Sobre esses três últimos, destaca Lopes: [...] “amigos que muito deploramos ter perdido e também ceifados em plena atividade científica ou literária, recebemos igualmente algumas versões de romances populares recoltadas entre a população do interior do Maranhão”¹⁴¹. Diante do exposto, nos atentemos para o esclarecimento de que foram versões do interior do estado, reforçando a ideia do folclorista em prezar pelas origens das versões ‘não urbanas’. Ele também teve o alicerce de ex-alunos, como da escritora maranhense Lucy Teixeira (11 versões).

Sobre os nomes das pessoas que ajudaram Lopes na coleta das versões, Curt Nimuendajú merece absoluto destaque, visto que foi, sem embargos, um antropólogo e etnólogo que muito contribuiu para os estudos etnográficos teuto-brasileiros e, em especial, no Maranhão. Os laços entre Lopes e Nimuendajú eram estreitos, prova é que temos uma carta que esse endereça a Antônio Lopes, em 1936, quando em Barra do Corda estava dedicando-se aos

O bairro recebeu seu nome do rio Tibiri, um dos principais cursos d'água da cidade de São Luís, que flui no seu entorno. No passado, habitava a região a tribo indígena, cujo chefe se chamava Tibiricá. Em sua homenagem, a tribo denominou o rio Tibiri. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tibiri#:~:text=Hist%C3%B3ria,tribo%20denominou%20o%20rio%20Tibiri>. Acesso em 09 mai. 2023.

¹³⁹ LOPES, Antônio. *Presença do Romancero* – versões maranhenses. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileira, 1967, p.168.

¹⁴⁰ *idem*. *Topônimos tupi no Maranhão*”. Revista de Geografia e História, São Luís, Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, Ano II, n. 2, p. 13-37, letras A e B, jun. 1947.

¹⁴¹ *Ibidem*. 1967, p. 5.

estudos do povo Canela, localidade em que, inclusive, Curt colhe a única versão encontrada no Maranhão de *Conde Niño*. No livro *Presença do Romancista*, corresponde à versão de número 09- *Conde Lindo*.

Foto 5- Carta de Curt Nimuendajú endereçada a Antônio Lopes

Bona tarde, 30 de Junho de 1936.

Amigo de Antônio Lopes.

Junto encetto-lhe uma copia do croqui que levantei das terras ocupadas pelos Caetles orientais, e meu agradecimento a respeito, e como fui cidadão que hereditariamente conseguim em 1923 quando era deputado. Também encetto-lhe a sua eleição para o Art. 130 da Constituição da Republica que haiverem.

Tudo isto para o seu poder ego. convenientemente.

Receio porém que pela a nova situação de governo a questão fique no esquecimento. Entretanto alguma coisa sobre a situação politica e as possibilidades da questão de terra dos Caetles. Eu, da minha parte, fiz o que pude.

O prefeito da Barra recebeu uma telegrama do Intendencia federal pedindo noticias recentes, as que aquelle respondeu que eu estava na aldeia e que nada mais podia informar. O seu poder me explicou o que foi que se tratava com uma permissão do C. de Mendonça. Eu não o contarei pessoalmente.

Voltarei à aldeia depois d'assim, e se estiverei em fins de Agosto depois de terminarem os meus trabalhos etnolinguisticos. Não agora não posso ainda dedicar-lhe uma unica hora que fosse.

Seu amigo
Curt Nimuendajú.

Fonte: arquivo pessoal de Elena Welper

A carta acima achava-se no arquivo do Museu Nacional, junto com outros documentos de Curt Nimuendajú, no entanto, com a tragédia ocorrida no Museu, perderam-se

todos os originais. Mas graças aos estudos de Elena Welper, que fotocopiou alguns materiais microfilmados do etnólogo teuto-brasileiro, preservou-se esta, a qual tivemos acesso, via e-mail pessoal da pesquisadora. Como se percebe, a carta não está muito legível, por isso procuramos a ajuda de pesquisadores na área de tradução/transcrição de manuscritos. Encontramos Elisa Freitas Schemes e Vitor Hugo Bastos Cardoso, de quem recebemos esta ajuda na transcrição:

Transcrição Vitor Hugo Bastos Cardoso:

[Barra de ?]¹⁴², 10 de junho de 1936

[Amigo] Dr Antonio Lopes

Junto [remetelhe-lhe?] uma cópia do [croquis] que levantei das terras [ocupadas]¹⁴³ pelos [Canelas] [assentados], e [meos] [?] dados a respeito, e soma [?]¹⁴⁴ [?] que Marcellino¹⁴⁵ conseguiu em 1923 quando era [Repostado]¹⁴⁶. Também [?] [como] a sua [alocação] para o [Regimento]¹⁴⁷ 130 da Constituição da República [que] [transcrevo]. [Toda] esta parte o Senhor [poderá] [agi] [concordantemente?]. Receio porém que pela nova mudança do governo a questão [ficou]¹⁴⁸ no esquecimento. [Escrevendo?] [algumas] coisas sobre a situação política e as possibilidades da questão da [terra] dos [Canelas]. Eu, da minha parte, fiz o que pude.

O prefeito de Barra [recebeu um] [telegrama] [de] [interventor?]¹⁴⁹ federal [pedindo] [notícias?] minhas, [ao que] aquele respondeu que eu estava na aldeia e que nada mais podia informar. O Senhor pode explicar o que foi

¹⁴²Elisa: pesquisando sobre o Curt, creio que seja Barra “do Corda”. Ver informações na página 2 deste artigo,

Curt iniciou as visitas a esta localidade em 1928:

https://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340332717_ARQUIVO_PaperEncontroHistoriaOral.pdf

¹⁴³Elisa: em vez de ocupadas, talvez seja “recuperadas”

¹⁴⁴ Elisa: talvez seja “foi”

¹⁴⁵Elisa: possivelmente Marcelino Miranda, encarregado do SPI:

https://biblioteca.trabalhoindigenista.org.br/wp-content/uploads/sites/5/2018/06/terra_krikati.pdf

¹⁴⁶Elisa: “deputado”, com base em: “Quando o SPI procurou gente disposta a trabalhar em prol dos índios foi entre estes membros da classe dominante barracordense que fez seu aliciamento. O primeiro deles parece ter sido Marcelino Miranda (neto do desbravador Melo Uchoa), provavelmente por indicação de Frederico Figueira. Marcelino iria comandar a Vigilância entre 1917 e 1922, abrindo mão para se candidatar e ser eleito deputado estadual, e deixando seu filho Raimundo Miranda como chefe da Vigilância até 1944.” Disponível em: <http://merciogomes.blogspot.com/2008/07/o-ndio-na-histria-cap8-o-tempo-do.html>

¹⁴⁷ Elisa: Em vez de “Regimento”, acho que é “Art.”. Ver sobre o Art. 129 na página 115:

<https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/774/1/Adalberto%20Rizzo.pdf>

¹⁴⁸ Elisa: “fique”

¹⁴⁹ Elisa: creio que seja “Interventor” federal, devido ao contexto.

que [foi] que motivou essa [pergunta] do C. de Mendonça¹⁵⁰.
Eu não o conheço pessoalmente.

Voltarei a aldeia depois de amanhã, e só [sairei] no
mês de Agosto depois de terminar os nossos
trabalhos etnológicos. Até agora não pude ainda
dedicar-lhes uma única hora que [fosse].

Seu [?] amigo
Curt Nimuendajú

Muito embora não seja possível reconhecer integralmente os escritos, do que
foi traduzido nos é dado margem para assegurar certa proximidade entre Lopes e Nimuendajú.

O teor da carta é confirmado em outra ocasião, em que Nimuendajú afirma:

(...) três dias desenhando como nunca na minha vida e remeti dois exemplares do
croquis e os dados necessários, um ao Dr. João Braulino e o outro ao Dr. Antônio
Lopes, visto como o Dr. Achilles já tinha entregue o governo ao [interventor
nomeado pelo presidente Getulio Vargas] Carneiro de Mendonça¹⁵¹

Curt desabafa e interpela junto a Lopes no processo de legalização do
assentamento das terras indígenas do povo Canelas, naquela carta, enviada em junho de 1936.
O etnólogo, meses depois, julga a ocasião uma tentativa frustrada: “Sobre a legalização das
terras dos Canelas, nem Antônio Lopes, nem João Braulino me escreveu mais coisa alguma.
Provavelmente, com as reviravoltas da política maranhense, tudo ficou outra vez em águas de
bacalhau, e eu fui mais uma vez o besta”¹⁵²

Curt Nimuendajú também teve participação no pioneirismo dos estudos
arqueológicos do Maranhão, juntos aos irmãos Lopes. Quando estava na Ilha de São Luís,
observou na região da Maiobinha sítios arqueológicos, e resolveu escrever carta para ao Sr.
Carlos Estevão de Oliveira, em 23 de setembro de 1928:

Hoje, porém como é domingo, resolvi dar um passeio. Tomei a Kodak embaixo do
braço e fui com o bonde para o Anil. De lá continuei a pé a esmo pela estrada afora

¹⁵⁰ “Em 14 de junho de 1936 Carneiro de Mendonça voltou a assumir o cargo de interventor, agora no estado do Maranhão, que também vivia uma crise política que levara à queda do governador Aquiles de Faria Lisboa. A União Republicana, partido de oposição, conquistara a maioria na Assembleia Legislativa e promulgara unilateralmente a Constituição estadual em novembro de 1935 [...] Disponível em: <
<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MENDON%C3%87A,%20Carneiro%20de.pdf>>. Acesso em 13 de mai. De 2023.

¹⁵¹CS *Apud* BARUJA, Salvador Pane. Curt Nimuendajú: o Alemão que virou índio no Brasil. Bochum (Alemanha): Edição eletrônica pelo autor, 2014, p. 279. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Apane-baruja-2014-curt/pane_baruja_2014_curt.pdf. Acesso em: 13 mai. 2023.

¹⁵²*Ibidem*. p.259

que vai a São José de Ribamar. Capoeiras, sítios sonolentos, um negro com um cofo, poeira, duas negrinhas, areia, um solão abrazador, uma negra com um cofo, etc. etc. O passeio começou a enfadarme e pensei em voltar. Mas, de repente: - ?! - !!! Cacos de louça de índio!!! O chão todo salpicado de fragmentos de conchílios!!! Tudo isso nos barrancos ao lado da estrada onde passava placidamente um negro velho com dois cofos: “Hein, colega? Como se chama este lugar aqui?” “Maiobinha” Sem ter a menor intenção de me ocupar com investigações arqueológicas eu tinha dado de nariz no Sambaqui da Maiobinha! Eu me lembrava malmente que Raimundo Lopes (aí tinha rebentado o cordão da máquina, de maneira que só pude continuar a carta [...])¹⁵³

O etnógrafo continua a carta no dia 26 de setembro de 1928, ao Sr. Carlos Estevão de Oliveira, na qual descreve o sambaqui encontrado na Maiobinha:

Pois como eu ia dizendo: só tinha uma vaga lembrança que Lopes mencionava este sambaqui no seu trabalho sobre as estearias. Resultado: consegui num só sítio um monte de cacos pintados provenientes de uma igaçaba. O velho que descobriu ela teve a péssima lembrança de soltar diversos “Diabos” quando tirou-a do buraco. Conseqüência: o dinheiro virou todo em obra de 1 quilo de pó amarelo, e o velho, justamente indignado com esta transformação, vingou-se na igaçaba bem vingado, quebrando-a bem miudinha. Mesmo assim achei muito interessantes ornamentos naqueles cacos. Consistem de labirintos e volutas de linhas e pontinhos de tinta preta sobre fundo de esmalte branco, e barras vermelhas. Arrumei mais três instrumentos de pedra. Estas coisas foram encontradas na beira do dito sambaqui. A louça que se acha misturada com os conchílios é quase toda lisa e, quando enfeitada, os ornamentos são gravados. Disseram-me que foram encontradas outras igaçabas lisas e sem pintura dentro do próprio sambaqui. Todas as igaçabas aí encontradas serviram para enterro secundário: aquela da qual eu trouxe os fragmentos podia ter tido uns 60 cm de diâmetro no máximo. Todas pertencem claramente às (diversas?) populações pré-tupi da Ilha¹⁵⁴

Os achados do etnólogo, como visto nas cartas, concordam com o que Raimundo Lopes tratou de registrar em seus estudos sobre os sítios arqueológicos da Maiobinha- os sambaquis, na importante obra *O Torrão maranhense*, creditando aos intelectuais, o título de pioneiros nos estudos da arqueologia maranhense¹⁵⁵

Dito isso, é oportuno mencionar que Raimundo Lopes e Antônio Lopes, junto com outros intelectuais fundaram o IHGM, desse modo, o interesse pelos estudos da arqueologia também parte de Antônio Lopes. No próprio regimento de criação do Instituto, há, claramente, o compromisso para com essa ciência:

Artigo I – Fica fundada nesta cidade de São Luíz uma associação científica para o estudo e difusão do conhecimento da historia, geographia, ethnographia, ethnologia e archeolohia, especialmente do Maranhão, o incremento à comemoração dos vultos e factos notaveis do seu passado e a conservação dos seus monumentos [...]. No artigo

¹⁵³ NIMUENDAJÚ *apud* BANDEIRA, Arkley Marques. Os pioneiros e seu legado na construção da Arqueologia do Maranhão. Cadernos do LEPAARQ, Pelotas, V. 10, N. 19 p. 22: Jan./jun. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v10i19.2125>. Acesso em: 14 mai. 2023. 2013, p. 22

¹⁵⁴ *Ibidem*. p.23.

¹⁵⁵ *Ibidem*.

III. – Promoverá o Instituto: e) Explorações geográficas e archeologicas [...]. Artigo VI – Depois de incorporado o Instituto com qualquer numero de sócios effectivos fundadores, os socios que faltarem para se completar o numero de trinta membros effectivos serão eleitos dentre as pessoas que se dediquem a estudos geographicos, históricos, ethnographicos, ethnologicos e archeologicos sobre o Maranhão e o Brasil [...]¹⁵⁶

Diante disso, os estudos arqueológicos eram de interesse do IHGM, e, portanto, de Antônio Lopes, também. Em 1926, a Revista da instituição em questão noticiou a designação da equipe de campo, para a coleta dos materiais arqueológicos, bem como da lista de objetos que eram úteis para o Instituto:

O Instituto de Historia e Geographia empreende a organização mais modesta de uma coleção de material archeologico, historico, ethnographico e geographico do Maranhão e, para esse fim, já se poz em campo, nomeando em alguns pontos do Estado agentes incumbidos de angariar esse material, todos escolhidos entre pessoas cultas e dedicadas. Aos seus agentes baixou as seguintes instruções para a racolta de objectos destinados à coleção [...] Instrumentos, armas e outros objectos de pedra lascada ou polida (machados, etc.) encontrados no sólo ou subsolo, em cavernas, no fundo de lagos, lagoas ou rios. Ossadas humanas ou de animaes encontrados em escavações, desbarreiramentos e cavernas, ou no fundo de lagos ou rios. Fragmentos ou peças de loiça de barro (ceramica) encontrados em escavações ou desbarreiramento, ou nos lagos ou rios. Esteios ou fragmentos encontrados fincados em lagos ou rios. Desenhos ou photographias de inscripções, entalhes curiosos ou esculpturas em serras, morros e rocha¹⁵⁷

No mesmo ano, Antônio Lopes publicou uma nota intitulada *Achado Archeologico*, no primeiro volume daquela mesma Revista, cuja coleta dos achados arqueológicos tiveram sua participação:

O Snr. Dr. Franklin Ribeiro Viégas, um investigador paciente da flora maranhense, communicava ha pouco, ao director desta Revista haver o Snr. Euclydes Gomes da Silva, morador do sitio da Snra. D. Luísa Soares Ferreira, que fica ao lado esquerdo da estrada carroçável para o Anil, a alguns metros para além da ponte sobre o riacho Cutim, achado umas antigalhas curiosas quando realizava alli escavações para plantar um bananal. O Dr. Antônio Lopes dirigiu-se ao lugar indicado, como o Dr. Viégas e lá, em companhia ainda do agricultor já referido e dos Snrs. José A. da Silva Guimarães e Luíz Aranha, achou alguns vasos de barro, dos quaes o maior tem uns 50 centímetros de diâmetro médio, machados de pedra e collares de contas extrahidos pelos trabalhadores da plantação, declarando-lhe o proprietário desta que os vasos estavam cheios de ossos tão decompostos, que os trabalhadores, na ância de encontrar dinheiro sob a camada de terra que os recobria, esfarelaram na sua ausencia. Alguns fragmentos desses ossos foram recolhidos. Em pesquisa realizada na ocasião da visita do Dr. Antônio Lopes ao local foram encontrados, a alguns metros da superfície do solo, outros machados de pedra, cascas de ostra (o terreno é todo capeado de uma espessa camada onde ellas são abundantes), contas esparsas, restos de carvão. Do

¹⁵⁶ LOPES, Antônio. Um achado archeologico. Geographia e História. Revista Trimestral do Instituto de História e Geographia do Maranhão. Ano I, n. 1, 1926, p. 61-62. São Luís, 1926, 98 p.

¹⁵⁷ *Ibidem.* p. 79-80.

material recolhido remetteu-se uma parte ao Professor Raymundo Lopes, no Rio de Janeiro, a fim de o estudar. O Snr. Dr. Abranches de Moura levantará um croqui do lugar, de modo a precisar a situação topographica. Não é incrível que se trate de mais um sambaqui, mas devemos aguardar que se pronuncie sobre o material que lhe foi remittido nosso illustrado conterraneo, o professor Raymundo Lopes. A hipothese mais simples de um cemiterio de indios não é inviável e mesmo nesta o material deve ser reputado muito antigo, porquanto desde o século XVII não há indios em estado selvagem usando armas de pedra na Ilha do Maranhão. O mais curioso do achado é constituído, porém, pelos collares e contas esparsas pelo feitio e qualidade do vidro que são fabricados¹⁵⁸

Nessa conjuntura, é possível dizer que Antônio Lopes também dedicou seus trabalhos à arqueologia. Motivado a estudar a cultura do povo maranhense, encontra nos achados arqueológicos uma tentativa de compreensão do passado. Se essa ciência ajuda a contar a história não escrita, Antônio Lopes, em seu trabalho de cultura popular, na coleta e registro dos romances maranhenses, também procurou venerar o passado e, para tanto, desenhar a identidade do povo maranhense.

3.4 TRADIÇÃO EM CELSO DE MAGALHÃES

Antônio Lopes pertence a uma tradição familiar erudita. Como já sinalizado, recebeu influências de seu tio, Celso de Magalhães, nos estudos do romanceiro maranhense, e de seu irmão, Raimundo Lopes, geógrafo. Entretanto, focaremos, neste trabalho, no seguimento dos estudos do primeiro, por ambos tratarem da cultura popular maranhense.

Antes de verificar o romanceiro em Antônio Lopes, vamos, primeiro, apresentar o romanceiro tradicional em Celso de Magalhães, por este principiarem os estudos que mais tarde Lopes continuaria. Feito isso, observaremos o que ambos convergem e divergem em torno dos romances tradicionais maranhenses.

Para os nacionalistas europeus do século XIX, o conceito de nação estava atrelado ao conceito de povo. E essa conceituação tinha base nas categorias de raça, de cultura, de educação, de língua, de religião, dentre outras. Essas categorias, presentes no povo, eram a garantia da continuidade do espírito nacional, no tempo e no espaço.¹⁵⁹

No caso dos nacionalistas brasileiros, estes se valeram das categorias de raça e cultura para teorizar a formação da nação brasileira. Por se tratar de uma nação mestiça, a brasileira enfrentava uma hierarquização de raça. Quanto à cultura, por ser nação colonizada,

¹⁵⁸ LOPES, Antônio. Um achado archeologico. Geographia e História. Revista Trimestral do Instituto de História e Geographia do Maranhão. Ano I, n. 1, 1926, p.77. São Luís, 1926, 98 p.

¹⁵⁹ NASCIMENTO, Bráulio do. "Um século de Pesquisas do Romanceiro Tradicional no Brasil". Revista Brasileira de Cultura. Ano V, n. 17, julho-setembro de 1973.

mas que tinha como referência a civilizada erudição europeia, não poderia, na esteira da comparação, deixar de se distinguir da portuguesa.

Os estudos da cultura popular em Magalhães estavam concentrados na poesia tradicional, mas também por vezes nas cantigas e nos autos, como manifestações de afirmação do ideário nacional. Segundo sua teoria de miscigenação, a união entre negros e brancos deturpou as manifestações culturais, faz saber as danças, músicas e as práticas religiosas, o que o fez optar, em suas investigações, pela concepção de poesia popular.¹⁶⁰

Assim, o que Magalhães fez, na realidade, foi buscar na cultura popular símbolos que traduzissem a vida dos brasileiros e, com isso, criar um caráter tipicamente nacional, uma vez que: “a inserção de variantes denunciava um processo de adaptação, de integração na alma popular, de identificação com os sentimentos comuns [...]”¹⁶¹.

Segundo afirma Barros a: “identidade maranhense foi modelada tanto nos caminhos da cultura e da tradição como nas trilhas do “povo” e da “raça”¹⁶². É nessa esteira que estão postos os estudos de Magalhães e Lopes, pautados em um ideário nacional brasileiro- com a ideia de raça, e ao mesmo tempo, são comparados aos estudos das versões de autores peninsulares, como Almeida Garret e Teófilo Braga. No entanto, Magalhães opta por seguir Braga, ao decidir colher as versões de modo irretocável. Além disso, há, no trabalho do maranhense, um método comparatista entre as versões colhidas no Brasil com as peninsulares, o qual observou a preponderância do “toque europeu” em todas as versões brasileiras¹⁶³

Como já nos lembrou Bráulio do Nascimento: “Os romances foram trazidos naturalmente pelos colonizadores portugueses, no século XVI, talvez mesmo pelos primeiros exploradores, e este processo foi continuado intensamente nos séculos seguintes com a migração portuguesa, principalmente açoriana”¹⁶⁴. Dessa maneira, é possível afirmar que as lições portuguesas chegaram ao Brasil já no início da invasão do Novo Mundo. Contudo, mesmo com o passar do tempo, permaneceram vivos traços daquela tradição - ainda que ambientadas, na memória do povo maranhense.

¹⁶⁰ ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira. O “Urrou” do boi em Atenas: Instituições, experiências culturais e identidade no Maranhão. Tese de Doutorado-Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004, p. 178.

¹⁶¹ NASCIMENTO, Bráulio do. “Um século de Pesquisas do Romancero Tradicional no Brasil”. Revista Brasileira de Cultura. Ano V, n. 17, julho-setembro de 1973, p. 39.

¹⁶² BARROS, Antonio Evaldo Almeida. O pantheon encantado: Culturas e Heranças Étnicas na Formação de Identidade Maranhense (1937-65). Dissertação (Mestrado)- Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (FFCH-UFBA), Salvador, 2007, p.74.

¹⁶³ NASCIMENTO, Bráulio do. “Um século de Pesquisas do Romancero Tradicional no Brasil”. Revista Brasileira de Cultura. Ano V, n. 17, julho-setembro de 1973.

¹⁶⁴ *Ibidem*. p.39.

Magalhães pertence à segunda geração de “Atenienses”, título que outorga à capital maranhense, como *Atenas Brasileira*. Essa geração de intelectuais estava preocupada em engrandecer a imagem dos maranhenses, em nome da civilização, a fim de que suas produções literárias e eruditas culturas fossem divulgadas.

Nesse sentido, dentre os variados conceitos europeus de nação do séc. XIX, estavam o de raça e cultura do povo, que foram, inclusive, veementemente aceitos pelos intelectuais brasileiros, a exemplo, o próprio Magalhães. Isso porque, sendo nação miscigenada- indígena, branco e negro, no Brasil, a hierarquia de raças era facilmente acolhida, permanecendo a europeia no topo. Assim, os estudos de folclore e cultura popular se tornaram objetos de ciência e erudição¹⁶⁵.

Os estudos de Magalhães são construídos a partir de duas linhas: a primeira, versa qual é o tipo de poesia popular do Brasil, e a segunda, como já mencionado, é a relação do romance com as raças. Sob a ótica daquela, a poesia é definida a partir da dicotomia de “transplantação”, isto é, na ausência de autenticidade nos processos da língua e cultura definidas, ocorre a diáspora cultural, segundo a qual o intelectual destaca: “falta de originalidade, de mitologia, de língua desenvolvida, um povo aceita a influência de outro, a sua religião, o seu direito, a sua língua e as suas tradições”¹⁶⁶. Contrapondo, então, a ideia de “formação”, na qual a cultura de uma nação é formada sem a interferência de outra.

No caso de Magalhães, o intelectual hierarquiza a cultura, ao considerar pura a cultura “formada”, pois nesta não há influências externas, e menos autêntica a “transplantada”, que por não ser autêntica, sofre influência religiosa, linguística, cultural de outros povos¹⁶⁷.

A tentativa de firmar um ideário tipicamente brasileiro, segundo Coutinho é problemático, porque o “brasileirismo” era: “resultado de um transplante de uma cultura tradicional e já formada para uma região nova”¹⁶⁸, por isso a necessidade de prova identitária, encontrada na cultura popular brasileira, ainda que com “fundo europeu”.

No contexto do caráter nacional, Albernaz afirma: “O popular passou a ser definido como as primeiras realizações humanas em termos culturais, sendo usado para

¹⁶⁵ ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira. **O “Urrou” do boi em Atenas**: Instituições, experiências culturais e identidade no Maranhão. Tese de Doutorado-Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

¹⁶⁶ MAGALHÃES, Celso de. **A poesia popular brasileira**. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações e Divulgação, 1973, p. 67.

¹⁶⁷ ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira. **O “Urrou” do boi em Atenas**: Instituições, experiências culturais e identidade no Maranhão. Tese de Doutorado-Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

¹⁶⁸ COUTINHO, Afrânio. **Conceito de Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1985, p. 67.

demonstrar a antiguidade do povo, a autenticidade da cultura nacional, e sua legitimidade num determinado território ao longo do tempo”¹⁶⁹. Nesse rumo, Roland Corbisier pondera: “A sua cultura só poderá ser um reflexo, um subproduto da cultura metropolitana, e a inautenticidade que a caracteriza é uma consequência inevitável da sua alienação”¹⁷⁰.

Na outra linha, o intelectual maranhense estabelece as raças como ponto de observação da poesia popular, o qual, segundo ele: “Para nós, em literatura como na política, a questão de raça é de grande importância, e é ela o princípio fundamental, a origem de toda a história literária de um povo, o critério que deve presidir ao estudo dessa mesma história”¹⁷¹. Nessa perspectiva teórica, Magalhães considera o branco português raça superior ao negro e ao índio, todavia, aquela, mesmo superior em relação às duas, é inferior aos germanos e anglo-saxões. Já o índio, pela língua, pelo espírito e pela raça, respectivamente, era considerado por ele rude, vingativo e raça fadada ao apagamento¹⁷². E quanto ao negro, definiu: “Se há na raça humana alguma coisa de bestial – o africano a possui”¹⁷³.

Esse sentimento nacional, influenciado pelo Darwinismo Social¹⁷⁴, é explicitado na reflexão de Celso de Magalhães:

Desde que começou á encarar a poesia como uma manifestação necessaria e fatal do genio de um povo, como a definição de sua indole, do seu character, como um documento de sua vida passada, da sua vitalidade, como uma necessidade finalmente, desde então procurou-se estudar com affinco e conscienciosamente todos os productos da inspiração anonyma de que o povo vae-se apropriando pouco a pouco, e d’ahi partio-se para marcarem-se leis e principios, sobre os quaes fundase a formação poética do povo, sob cuja a influencia a poesia popular nasce, cresce e se desenvolve¹⁷⁵

¹⁶⁹ ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira. **O “Urrou” do boi em Atenas**: Instituições, experiências culturais e identidade no Maranhão. Tese de Doutorado-Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004, p. 168.

¹⁷⁰ CORBISIER, Roland. **Formação e problema da cultura brasileira**. Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960, p. 78.

¹⁷¹ MAGALHÃES, Celso de. **A poesia popular brasileira**. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional,

¹⁷² ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira. **O “Urrou” do boi em Atenas**: Instituições, experiências culturais e identidade no Maranhão. Tese de Doutorado-Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

¹⁷³ MAGALHÃES, Celso de. **A poesia popular brasileira**. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional,

¹⁷⁴ Sobre essa teoria, ver: DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero; CLICK, Thomas (Orgs.). **A recepção do darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003 (História e saúde collection). Disponível em: <http://books.scielo.org/id/txcs6/pdf/domingues9788575414965.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2023.

¹⁷⁵ Magalhães, C. (1873, abril 30). A poesia popular brasileira I. O Trabalho, p.12.

Paradoxalmente, na teoria do romanceiro popular de Magalhães, não havia um abandono ao erudito, no entanto, as manifestações populares – praticadas pelos “pobres incultos”, serviram de base para construção da ideia de nação. Nesse sentido, a cultura popular – que representava o ideal de nação, era produzida pelos subalternos, mas eram os eruditos quem se dedicavam a classificar as práticas culturais. Seguindo a teorização do intelectual maranhense, havia uma defesa de que os romances sobreviviam, porque ambientavam-se ora à língua, com a permutação de termos, ora à substituição do herói: do cavaleiro medieval pelo vaqueiro sertanejo¹⁷⁶.

Finalmente, Celso Magalhães, em sua teoria popular, definiu a nação brasileira a partir das categorias de raça e de cultura. E o povo, mesmo que subalterno e fruto das três raças, produziu sua poesia popular, ainda que deturpada e longe do apropriado. Ao mesmo tempo que tonificava o teor da erudição, referenciava à “elite ateniense” maranhense¹⁷⁷.

3.5 TRADIÇÃO EM ANTÔNIO LOPES

A teoria do popular de Magalhães, que buscou engendrar a identidade nacional, é continuada por seu sobrinho, Antônio Lopes da Cunha, no século XX, o qual se vale da erudição para observar a identidade maranhense e sua permanência na tradição.

Quando Lopes faz o comparativo dos romances maranhenses com a tradição peninsular, ele observa processos de aproximação: “A lição maranhense que ouviu pareceu-me mais se aproximar da variante portuguesa da Foz”¹⁷⁸, ou de mudanças: “Na variante da Foz não há referência à ida do capitão e de D. Barão à igreja, ao passo que na lição maranhense vemos duas quadras sobre o assunto”¹⁷⁹ no transcorrer da transplantação.

Para Gomes, a respeito da pesquisa de Lopes

[..] a visão de Antônio Lopes acerca das práticas culturais classificadas como “folclóricas” e “populares” supervaloriza os “vestígios”, “reminiscências” e “fragmentos” da herança além-mar e considera com resignação os “desvios”,

¹⁷⁶ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira. **O “Urrou” do boi em Atenas**: Instituições, experiências culturais e identidade no Maranhão. Tese de Doutorado-Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

¹⁷⁷*Ibidem*.

¹⁷⁸LOPES, Antônio. *Presença do Romanceiro – versões maranhenses*. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileira, 1967, p. 27.

¹⁷⁹*Ibidem*. p. 32.

“adaptações”, “discrepâncias” e “alterações” como especificidades nacionais, regionais ou locais¹⁸⁰

Lopes mantém em sua pesquisa muitas características da de Celso de Magalhães: a metodologia de coleta e transcrição é uma delas. Ambos os autores convergem em como colher as versões dos romances tradicionais, prezando pela originalidade, sem que haja modificação linguística ou adaptação, tal como faziam Almeida Garrett e Teófilo Braga. Quanto a isso, Lopes delinea: “Cumprir notar que os romances que apresentamos foram apanhados por escrito sem lhes haver alterado, seja no que fôr, a linguagem, nem na ocasião de os ouvir, nem depois”,¹⁸¹.

Na teoria, também concordam, ao pensarem a nacionalização a partir das três raças: africano, indígena e português, mas Magalhães via como perspectiva hierárquica. No entanto, Lopes atrelava o povo rico ao erudito e o inculto ao subalterno. Mas que povo? O povo “popular”, cuja classe a que pertence sempre esteve em desvantagem, o qual, desde a formação da ideia de nação, as raças foram postas em hierarquia.

Desta feita, quando Lopes opta por colher as versões apenas dos subalternos, afirma, portanto, que estes não eram letrados e que a poesia popular era uma produção eminentemente do povo: “Nenhuma das versões colhidas em nossa terra natal ouvimo-la de pessoas de classes alta e média. Tôdas foram cantadas ou recitadas por gente do povo, homens ou mulheres que não sabiam ler ou escrever ou, e pouquíssimos, mal o saberiam”,¹⁸².

Para Vilhena (1997), a ideia de subalternidade elite/povo não está alicerçada no autoritarismo ou dominação de uma sobre a outra, mas, por vezes, na bifurcação ou o que ele chama de “circularidade” entre aqueles níveis. Desse modo, sem deixar de fora a dominação, violência simbólica e resistência cultural, conjunto de ações nunca unilaterais. Guerreiro (1986) nos sinaliza que a poesia popular parte do individual para o coletivo, dado que as recriações-variações, são fruto de processos colaborativos, os quais, no transcorrer do tempo, seu autor de origem é desconhecido¹⁸³.

¹⁸⁰GOMES, Clícia Adriana Abreu. A fabricação do Folclore no Maranhão: Investimentos e Interesses no Contexto da Subcomissão Maranhense de Folclore. Dissertação de Mestrado- Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2014, p.119.

¹⁸¹LOPES, Antônio. Presença do Romancista – versões maranhenses. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileira, 1967, p.8.

¹⁸²*Ibidem*. p.6.

¹⁸³GUERREIRO, Manuel Viegas. Literatura popular: em torno de um conceito. Revista de literatura oral e tradição popular. Paris, p. 20-22. nov. 1986.

Nessa linha, o povo, diferentemente das elites, usaria uma linguagem mais simples. Entretanto, ambos se encontrariam marcados por uma essência regional, uma identidade cuja índole seria tecida em espírito crítico, ironia, graça e espiritualidade, e, de modo particular, em inclinação à poesia. De fato, Lopes interpreta o romanceiro popular “pelos conteúdos constitutivos dos símbolos de Atenas”, de modo que “a experiência de identificação como maranhense, retorna constantemente à valorização de ser ateniense”¹⁸⁴. Muito embora, ser ateniense maranhense não está limitado a esta ou àquela classe, mas, sim, vinculado por meio da índole e separados pela linguagem.

Isto posto, apresentamos o corpus de análise:

3.6. OS ROMANCES TRADICIONAIS: O CORPUS

Os romances tradicionais são textos poético-narrativos, que quando cantados/narrados ou recitados, sofrem micro variações. Importa dizer que essas variantes não arbitrariamente sofrem mutações no sentido. Bráulio do Nascimento¹⁸⁵ concorda que as variantes podem acontecer no campo lexical e semântico, mas analisá-las somente por aquele primeiro, seria reduzi-las à paráfrase. Por isso, é preciso que os romances sejam analisados como objetos da textualidade, isto é, focando na significação do enunciado.

Os romances integram o gênero mais importante da literatura tradicional, cujos registros são feitos a partir da oralidade. Menéndez-Pidal reconhece esse gênero como “tradicionalidade”, pois é transmitido de boca em boca ao longo do tempo. Sendo assim, os romances mantidos nas tradições culturais, fornecem base para a compreensão do passado e a vivência do presente de determinado povo. Câmara Cascudo segue esse mesmo raciocínio: “Natural é que uma produção que se popularizou seja folclórica quando se torna anônima, antiga, resistindo ao esquecimento e sempre citada [...]”¹⁸⁶.

Na definição de Ramón Menéndez-Pidal: "los romances son poemas épico-líricos breves que se cantan al son de un instrumento, sea en danzas corales, sea en reuniones

¹⁸⁴ ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira. **O “Urrou” do boi em Atenas**: Instituições, experiências culturais e identidade no Maranhão. Tese de Doutorado-Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004, p. 177.

¹⁸⁵ NASCIMENTO, Bráulio do. Estudos sobre o romanceiro tradicional. 21ed. Campina Grande: EDUEOB, 2020.

¹⁸⁶ CASCUDO, Luis da Câmara. Literatura oral no Brasil. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1984, p. 24.

tenidas para recreo simplemente o para el trabajo en común"¹⁸⁷. No entanto, essa definição não parece suficiente para o nosso trabalho. Desse modo, recorreremos ao que explicitou Pinto Correia, definindo o romance como:

uma prática significativa de manifestação linguístico-discursiva oral de curta extensão, com natureza e manifestação poética (em verso longo com dois hemistiquios e acompanhada de música), de organização predominantemente narrativo-dramática ou só dramática, embora por vezes muito contaminada pela componente lírica, altamente variável (versões e variantes) em cada uma das componentes textuais (expressão e no conteúdo) e que, situada na literatura oral tradicional, se insere no extracontexto da vida social quotidiana de uma comunidade popular (nos momentos de trabalho ou de lazer)¹⁸⁸

Nesse enquadramento, os romances têm suas particularidades, em decorrência das averbações das versões e variantes. Quanto a isso, Lauri Honko opina:

Eu entendo variação essencialmente como um corolário de mudanças de significado, porque as pessoas não produzem variantes; elas produzem significados, trocam mensagens e é nisto que estão interessadas e não em detalhes particulares de forma ou cousa semelhante¹⁸⁹

Morão (2013) coaduna com Honko quanto à significação das variantes:

dispõem de mecanismos de significação, em elementos explícitos e implícitos, através dos quais é possível identificar diversas linhas de sentido, que são sustentadas por um conjunto de valores sociais, culturais e religioso, surgindo, nas versões, apreciações avaliativas, eufóricas ou disfóricas, às personagens e aos atos praticados, conformes ou não com o sentido do romance [...]¹⁹⁰

¹⁸⁷MENÉNDEZ PIDAL *apud* MAUÉS, MAUÉS, Fernando. Cancioneiros, folhetos e romanceiros: o gênero romance na primeira metade do século XVI. Dissertação (Doutorado em Literatura Portuguesa) - Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2009, p. 8.

¹⁸⁸PINTO CORREIA, João David. Romanceiro oral da tradição portuguesa: apresentação crítica, antologia e sugestões para análise literária. Lisboa: Edições Duarte Reis, 2003, p. 393.

¹⁸⁹HONKO, Lauri. "Types of comparison and forms of variation". In: D'un conte... à l'autre. La variabilité dans la littérature orale. Paris, CNRS, 1990, p.393.

¹⁹⁰MORÃO, Ana Maria Paiva. O SENTIDO E OS ROMANCES ORAIS TRADICIONAIS: SENSE AND ORAL TRADICIONAL PAN-HISPANIC BALLADS. Acta Semiótica et Lingvistica, João Pessoa, v. 18, n.1, p.23-37, 2013, p.

Nesse contexto, o imaginário popular, ao longo do tempo e do espaço, remodela os elementos tradicionais, dentro das restrições temáticas impostas pelos modelos que foram transmitidos. Ao transmitir esse conhecimento, o portador do folclore não age como um mero canal de comunicação objetivo, mas imprime suas próprias características individuais e sua participação na obra coletiva.

A forma de pensar o regional e o nacional proposta por Diégues Junior alinha-se à tese das três raças que:

“[...] funcionavam como uma espécie de base comum que permite balizar as variações regionais. Esse é o aspecto pelo qual o movimento folclórico converge com várias representações da nacionalidade que o antecederam”¹⁹¹

Se para os portugueses as versões de um mesmo romance prestavam para reconhecê-las como próximas ou não do romance original, para Lopes são as versões que cumprem o papel de originalidade, uma vez que as deturpações eram reproduções do real retrato do nosso povo: “O fato é que, na multiplicidade das versões de um qualquer romance, torna-se perceptível a existência de uma narrativa própria, que, nessa acepção, é invariante, mas também de um considerável número de desvios” [...] ¹⁹²

As perspectivas de Lopes quanto ao estudo das versões dos romances divergem dos portugueses, porque, enquanto nação colonizada, as deturpações demarcariam a identidade brasileira e, assim, contrastariam com a colonizadora “afinal, toda identidade é relacional, integra algo que contrasta com sua diferença: as outras nações”¹⁹³. Considerando esse posicionamento, Lopes adverte que o folclorista brasileiro não pode adotar como parâmetro de estudo somente as versões próximas das originais, como faziam os pesquisadores de além-mar, uma vez deturpadas as versões, manter-se-iam a idiosincrasia do povo maranhense.

Para Albernaz:

¹⁹¹VILHENA, Luís Rodolfo. Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro - 1947-1964. Rio de Janeiro: Funarte/Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 259-260.

¹⁹²MORÃO, Ana Maria Paiva. O SENTIDO E OS ROMANCES ORAIS TRADICIONAIS: SENSE AND ORAL TRADITIONAL PAN-HISPANIC BALLADS. Acta Semiótica et Lingvistica, João Pessoa, v. 18, n.1, p.23-37, 2013, p.

29.

¹⁹³ORTIZ, R. Imagens do Brasil. Sociedade e Estado, [S. l.], v. 28, n. 3, p. 609–633, 2013, p.617. Disponível em: <https://www.periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5840>. Acesso em: 6 jun. 2023.

[...] como propôs Magalhães, estaria vigoroso e em processo de criação original, o que permitia sua continuidade no tempo. Talvez por isso, Lopes considere tão importante a coleta junto ao povo, como se ela fosse a prova de fidedignidade desta transformação original e positiva do romancista maranhense¹⁹⁴

Embora tenhamos sempre nos romances maranhenses um “fundo europeu”: “os romances receberam no Maranhão alterações, trocadilhos, palavras novas, antimetáboles, repetições [...]”¹⁹⁵. Quanto às variantes Amadeu Amaral sublinha:

Colhem-se aqui e ali composições com aparência de obra terminada e definitiva “datada e assinada?”. São, na verdade, formas passageiras, variantes entre muitas variantes, versões, reduções, reflexos, cruzamentos de outras formas, edições aumentadas ou diminuídas de um borrão em que ainda se trabalha¹⁹⁶

Contudo, por se tratar de um povo colonizado:

A nação brasileira não tem em rigor uma forma própria, uma individualidade característica, nem política, nem intelectual. Todas as nossas escolas (científicas e literárias), numa e noutra esfera, não tem feito mais em geral do que glosar, em clave baixa, as ideias tomadas da Europa¹⁹⁷

Desse modo, o Brasil não tinha uma identidade totalmente nacional, porque sua cultura era fruto do processo de colonização. No entanto, como observa Coutinho: “A autonomia literária não deve ser colocada em termos políticos [...] A nacionalidade objetiva-se de igual maneira, quer sob a forma política, quer pela diferenciação da linguagem, quer pela poesia e ficção, tradições populares e demais formas de vida”¹⁹⁸. Nesse quesito, a autoafirmação

¹⁹⁴ ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira. O “Urrou” do boi em Atenas: Instituições, experiências culturais e identidade no Maranhão. Tese de Doutorado-Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004, p.175-176.

¹⁹⁵ LOPES, Antônio. Presença do Romancista – versões maranhenses. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileira, 1967, p.9.

¹⁹⁶ AMARAL *apud* VILHENA, Luís Rodolfo. Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro - 1947-1964. Rio de Janeiro: Funarte/Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 281.

¹⁹⁷ ROMERO, Sílvio. História da literatura brasileira, v. 1, Rio de Janeiro, José Olympio, 1960, p.87.

¹⁹⁸ COUTINHO, Afrânio. Conceito de Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: Ediouro, 1985, p. 64.

da identidade brasileira dispensava veiculações tão somente políticas, era, antes de tudo, a “consolidação da consciência do povo como povo”¹⁹⁹.

Ainda nessa linha das versões, quando são interferidas por contaminações externas, independentemente da posição da deturpação-inicial, intermediária ou no final, as narrativas são afetadas, no entanto nem sempre o sentido é desvirtuado²⁰⁰.

Lopes entende o termo variante empregando o mesmo sentido de versão, letra ou lição²⁰¹. Nesse enquadramento, nos lembra Guerreiro: “Mantém-se o tema fundamental, mas os acidentes mudam e, de tal sorte, que quase se pode afirmar que a cada exibição a peça se recria: uma sucessão de variantes em que muitos colaboram, cada um por sua vez, sem lhe pôr assinatura”²⁰².

Por fim, a variante é a principal faculdade da poesia tradicional, representando seu elemento essencial: a poesia que se manifesta através de suas diferentes variantes, como foi definido por Menéndez Pidal.

Embora tratemos, até aqui, dos trabalhos de Celso de Magalhães, por ter relação familiar com Antônio Lopes e por ser sua inspiração nos estudos folclóricos, é obrigatório destacar a atuação de Sílvio Romero, nos estudos do Romanceiro no Brasil no século XIX. Segundo Braulio do Nascimento²⁰³ (1973) Romero é o motivador da expansiva coleta de romances do século XIX e, que, assim como Magalhães e Teófilo Braga, não concordava com o método de coleta de Garrett, por isso mantinha fidedigno o registro do texto.

A coletânea de Romero dispõe de 17 romances e um total de 23 versões. Já *Presença do Romanceiro* (1967), como dito, conta com 33 romances e um total de 77 versões, dos quais, 14 estão em Romero. O quadro abaixo contempla os romances de Sílvio Romero e aponta quais estão, também, em Antônio Lopes:

¹⁹⁹ *Ibidem*. p.64

²⁰⁰ MORÃO, Ana Maria Paiva. O SENTIDO E OS ROMANCES ORAIS TRADICIONAIS: SENSE AND ORAL TRADICIONAL PAN-HISPANIC BALLADS. Acta Semiótica et Lingvistica, João Pessoa, v. 18, n.1, p.23-37, 2013.

²⁰¹ LOPES, Antônio. Presença do Romanceiro – versões maranhenses. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileira, 1967.

²⁰² GUERREIRO, Manuel Viegas. Literatura popular: em torno de um conceito. Revista de literatura oral e tradição popular. Paris, p. 20-22. Nov. 1986, p. 2.

²⁰³ NASCIMENTO, Braulio do. “Um século de Pesquisas do Romanceiro Tradicional no Brasil”. Revista Brasileira de Cultura. Ano V, n. 17, julho-setembro de 1973.

Quadro 01: Romances de Romero presentes em Antônio Lopes

Nº	Romance em Romero	Versões em Antônio Lopes
1	Dona Infanta (Os sinais do marido)	D. Merência
2	A noiva roubada (A boda interrompida)	Noiva roubada
3	Bernal Francês	Bernal Francês; Bernaldo Francês
4	Dom Duarte e Donzilha (Conde Niño)	Conde Lindo
5	D. Maria e D. Arico (Dom Aleixo)	Conde Aleixo; D. Aleixo
6	Conde Alberto {Conde Y ano)	Conde Alardo; Conde Elaio; Princesa D. Maria
7	D. Carlos de Montecalbar (Claralinda)	Clarinda
8	Dona Branca (Dona Lisarda)	Não há
9	O casamento malogrado	Não há
10	Nau Catarineta	A Nau Catarineta
11	Iria-a-Fidalga (Santa Iria)	Santa Iria
12	Flor do Dia (D. Bozo)	Lindinha
13	A Pastorinha (Linda a Pastora)	Linda Pastôra; A Pastôra Portuguesa
14	Floriosio (A conversada da fonte)	A fonte das pedras
15	O Cego	Aninha e o cego; Aninha (em prosa e versos ao mesmo tempo)
16	Juliana (Juliana e D. Jorge)	D. Jorge e Juliana; Juliana; Dom Bamburro e Lauriana, Juliana e D. Jorge.
17	Flor de Alexandria (Rainha cativa)	Não há ²⁰⁴

Fonte: O autor

Nessa ocasião, Lopes teria encontrado no Maranhão, quase todos os romances coletados por Silvio Romero, apenas não estão em Lopes os de número 8, 9 e 17. Ademais, como visto, o título de alguns romances também sofreu alterações.

²⁰⁴Lopes menciona essa versão, quando analisa Juliana: “Em outros há reminiscência do romance ou xácara que em Portugal se conhece com os títulos *Rainha e Cativa e Branca Flor* e no Brasil tem versões e fragmentos coligidos em alguns repertórios de poesia popular” (LOPES, Antônio. Presença do Romanceiro – versões maranhenses. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileira, 1967, p. 229).

3.7. QUEM É “POVO” EM ANTÔNIO LOPES

A ideia de que a poesia popular está intrinsecamente ligada à identidade de um povo e que sua produção literária reflete os traços culturais essenciais de uma sociedade não era algo novo. No século XVIII, pensadores como Hegel, Herder e os irmãos Grimm já teciam essas discussões²⁰⁵.

No século XIX, na Península Ibérica, Garrett também procurou projetar, no romanceiro, uma literatura que pudesse representar o nacionalismo português. De igual modo, no Brasil, as tradições de poesias orais também serviram para sustentar o discurso que formula a definição das tradições da nossa identidade. Alinhado ao cientificismo português, se tinha, naquele momento, a intensão de engendrar um plano nacional de particularidade do povo. Por meio da produção cultural, encabeçada pelas tradições literárias, Silvio Romero e Celso de Magalhães principiaram esse projeto e, mais tarde, Antônio Lopes o faz para entender a essência do povo maranhense.

Quando se fala em cultura popular é comum assimilarmos a uma cultura produzida pelo povo – em sua maioria de classes mais baixas. Ayala e Ayala²⁰⁶ nos lembram da confusa similaridade entre os termos folclore e cultura popular, sendo que o primeiro, já na sua criação, sofreu problemas de conceituação: “o saber tradicional do povo”, mas estas questões não serão aprofundadas no cerne deste trabalho. Seguindo, é nessa fronteira de povo, que Ciacchi pensa o folclore brasileiro como “o Brasil das classes sociais”²⁰⁷. É nesse terreno que Antônio Lopes, com rigor, decide só colher os romances diretamente do povo subalterno, como já foi notado, sinalizando que a cultura popular é produto do povo mais pobre e reforça, assim, a divisão em classes como característica da sociedade.

No plano do registro das manifestações folclóricas, Ayala e Ayala²⁰⁸ destacam a preocupação dos folcloristas em documentá-las antes que se acabe – pensamento páreo ao do movimento folclórico brasileiro. Ainda, asseveram que essa ideia de registro é resultado da antítese entre o que é folclore e o que é civilizado, por isso aquele é, por vezes, analisado sob tom pejorativo.

²⁰⁵ Menéndez Pidal, R. (1968). *Romancero Hispánico*. Hispano-portugués, americano y sefardí. (2ª ed.). Madrid: Espasa-Calpe, S. A.

²⁰⁶ AYALA, Marcos; AYALA, Maria Ignês. *Cultura popular no Brasil*. São Paulo: Ática, 1987.

²⁰⁷

²⁰⁸ AYALA, Marcos; AYALA, Maria Ignês. **Cultura popular no Brasil**. São Paulo: Ática, 1987.

É recorrente associar memória às lembranças de fatos que ocorreram na infância, nessa ótica, normalmente estamos nos referindo à memória individual. Entretanto, existem fatos, povos, tradições que atravessam o homem e que fazem destes fatos o que chamamos de memória cultural. Para acessá-la com confiança, segundo essa tradição, eram importantes esses exercícios de memória. Nesse rumo discorre Câmara Cascudo: “Todos os autos populares, danças dramáticas (...), aglutinando saldos de outras representações apagadas na memória coletiva, resistindo numa figura, num verso, num desenho coreográfico, são os elementos vivos da literatura oral”²⁰⁹.

Para Assmann²¹⁰ a cultura nada mais é do que a memória de uma sociedade, transmitida através de símbolos. A autora ainda salienta que é imprescindível ter o que ela chama de espécie de horizontes de imagens, conceitos, ideias e valores, para, assim, construir sua própria história.

Segundo essa mesma autora, a memória passa de um aspecto mais interno do homem, para ser fixo e independente. Como os documentos escritos não se decompunham naturalmente, afirma Assmann “após o seu uso, eles constituíam um resíduo que podia ser especialmente coletado e preservado. Assim, a partir do arquivo como memória da economia e da administração, surge o arquivo como testemunho do passado”²¹¹.

Nessa perspectiva, podemos dizer que os romances da tradição oral colhidos por Antônio Lopes também podem ser lidos como arquivos da memória e, sobretudo, da história do povo maranhense. Isso porque os símbolos culturais criam valores, ideais, imagens, capazes de construir a própria história. Se o arquivista é designado a preservar a herança cultural, Lopes da Cunha o faz com deferência, já que em seu trabalho foi preservada, inclusive, a linguagem do povo maranhense.

Agora, pretendemos exibir as impressões de Antônio Lopes, acerca do povo maranhense, por meio das versões colhidas. Dessa maneira, atentar-nos-emos para as deturpações observadas por Lopes.

Dentre as modificações nas versões maranhenses Lopes, reiteradamente, observa o emprego da linguagem do povo, nas versões: “O cunho maranhense da lição que

²⁰⁹CASCUDO, Luis da Camara. **Literatura oral no Brasil**. 2ªed. São Paulo: Global, 2006, p. 22-23.

²¹⁰ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Trad. Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

²¹¹*Ibidem*. p.367.

encontramos no Pindaré é evidente. Haja vista as expressões populares que contém, muito peculiares ao Maranhão”²¹². Em nota de rodapé, Lopes destaca a expressão “Dê bons dias”, e aponta que no Bumba-meu-boi do Maranhão está presente essa expressão popular: “Dê bons dias, pai Francisco, / como está, como passou? / Não vi mais meu boi de fama, / me diga que fim levou.”²¹³.

No romance *A Romeirinha*, na versão colhida em Itapecuru-Mirim, Lopes (1967) destaca a substituição de Romeirinha por Pastorinha por influência dos folguedos natalinos maranhenses, com os “cordões” dos pastores e pastoras. Nesse quesito, percebemos a influência religiosa nos textos maranhenses.

Na versão do romance *A romerinha*, registrada por seu irmão Raimundo Lopes como *A Encantada*, em Monção, , é expressa a prática do benzimento pela donzela, prática recorrente nas religiões de matriz africana. Sobre isso Lopes discorre: “É com orações, benzeduras, e fórmulas de exorcismo que pagés e curandeiros, caboclos e feiticeiros negros trabalham, quando os últimos não se utilizam das práticas rituais dos cultos afro-brasileiros baseados no animismo fetichista africano”²¹⁴. Isso demonstra a presença da cultura africana, nas versões maranhenses.

Lopes descreve o povo maranhense a partir da categoria psicológica, como a ironia: “a facilidade no apreender o lado ridículo de tudo e a habilidade no criticar sem azedume”²¹⁵. Quanto a isso, o que temos são suposições abstratas sobre a psicologia das raças e povos em relação à cultura, buscando nela indícios que supostamente demonstrem características psicológicas.

Em outros momentos o autor também faz essa mesma categorização quanto ao povo: “a compaixão, sendo o homem maranhense um “inimigo de vinganças e castigos violentos”²¹⁶; pois o povo do Maranhão é “nada inclinado e quase de todo ou todo emancipado de fanatismo religioso, a ponto de parecer até cético a quem não lhe conheça a sinceridade das crenças”; um regional de “espírito crítico”, de “pendor para a poesia”, de “graça” e “espiritualidade”²¹⁷. Ainda no terreno dessa categoria, Lopes frisa que as adaptações do

²¹² LOPES, Antônio. Presença do Romanceiro – versões maranhenses. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileira, 1967, p. 52.

²¹³ *Ibidem.* p.52

²¹⁴ *Ibidem.* p.59

²¹⁵ *Ibidem.* p.59

²¹⁶ *Ibidem.* p.213.

²¹⁷ *Ibidem.* p.65

Maranhão possuem uma delicadeza poética mais intensa, refletindo expressão e sentimento, e revelam uma encantadora inocência.

Diante disso, Lopes, conforme Barros: “entende que a poesia popular, ao mesmo tempo, transforma-se e revela a índole do povo. Longe de ser resultado de transformações históricas ou culturais, as criações do povo resultariam dos atributos psicológicos que o povo traz em si”²¹⁸. A categoria psicológica não é descartada no fazer da tradição oral, como observa Morão:

As causas que levam à produção de determinadas variações, além do próprio processo de tradicionalização, têm origem em fatores que aliam condicionantes coletivas e individuais, estes do foro psicológico ou resultantes da criação poética, tendo em conta que os agentes o fazem em diversos graus e maneiras²¹⁹

Se para Roger Bastide o que importa é o contexto sociocultural, para Florestan Fernandes o percurso de estudo do folclore deve ser guiado pelas Ciências Sociais, a qual abrangeria tanto a História e Linguística, quanto a Psicologia, embora ele acabe vendo o folclore como “disciplina humanística”²²⁰.

Conforme Paiva Morão: “Os romances orais tradicionais, que fazem parte das práticas linguístico-literárias designadas por Literatura Oral Tradicional, têm como características de base a fixação pela memória e a transmissão oral”²²¹. Magalhães aponta que: “Como as Investigações Linguísticas sobre o português falado no Brasil estão necessitando de um enfoque sociológico, mais que de uma simples descrição, o trabalho de Antônio Lopes, além de seu valor documentário, apresenta-se como sugestivo roteiro”²²². Me valho da ideia de

²¹⁸ BARROS, Antonio Evaldo Almeida. O pantheon encantado: Culturas e Heranças Étnicas na Formação de Identidade Maranhense (1937-65). Dissertação (Mestrado)- Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (FFCH-UFBA), Salvador, 2007, p.77.

²¹⁹ MORÃO, Ana Maria Paiva. O SENTIDO E OS ROMANCES ORAIS TRADICIONAIS: SENSE AND ORAL TRADICIONAL PAN-HISPANIC BALLADS. *Acta Semiótica et Lingvistica*, João Pessoa, v. 18, n.1, p.23-37, 2013, p.30.

²²⁰ AYALA, Marcos; AYALA, Maria Ignês. *Cultura popular no Brasil*. São Paulo: Ática, 1987.

²²¹ MORÃO, Ana Maria Paiva. O SENTIDO E OS ROMANCES ORAIS TRADICIONAIS: SENSE AND ORAL TRADICIONAL PAN-HISPANIC BALLADS. *Acta Semiótica et Lingvistica*, João Pessoa, v. 18, n.1, p.23-37, 2013, p.24.

²²² MAGALHÃES, E. d’Almeida. Antonio Lopes da Cunha - Presença do romancelheiro. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, [S. l.], n. 3, p. 146-147, 1968. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i3p146-147. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/45676>. Acesso em: 1 out. 2023.

d'Almeida Magalhães para, nas versões colhidas por Lopes, verificar o que há de povo no linguajar popular maranhense.

Ora, como apontado, é na esteira da linguagem que Antônio Lopes investiga a tradição romanesca maranhense. Quando reiteradamente enxerga o “linguajar popular” nas versões dos romances, Lopes está afirmando que a linguagem é um reflexo das relações sociais “A linguagem da lição que apanhamos em Viana tem os mesmos caracteres maranhenses que observamos nos romances antes examinados [...] *Astreves* – quase sempre o povo pronuncia *astrever* e não *atrever*. *Botar a perder*, em vez de deitar a perder”,²²³.

A transmissão oral garante aos enunciadores a liberdade poética em criar termos. Paiva Morão²²⁴, nos adverte que a depender da comunidade, as transformações nas versões podem refletir no seu sentido. Às vezes influenciados por outras línguas, algumas expressões “corrompidas pela boca do povo” soam com estranheza e, eventualmente, algumas palavras ficam sem sentido. Nesse enquadramento, sobre os estudos de Diáz Roig, Mourão enfatiza que aqueles que valorizam a expressão verbal priorizarão a consistência textual. Por outro lado, os que dão ênfase ao aspecto sonoro não se preocuparão em distorcer as palavras se não compreenderem plenamente seu significado, resultando assim em adulterações de certos termos.

Quanto a isso Lopes observa na versão de *Bernardo Francês*, colhida em Anil:

A ocorrência, em mais de uma versão da Ilha do Maranhão, de palavras estranhas como “gangamirá”, que registramos na da Quinta e tanto se parece com “dondovirá”, que Lucy Teixeira ouviu no *Bernal Francês* em Caxias, é sem dúvida para se notar. Como os dois mencionados, o refrão “ê bambo virou” sugere algo de africano, que não é possível explicar. Quem pode, porém, afirmar não venham da poesia popular peninsular tais refrões e, corrompidos na boca do povo, não nos estejam iludindo com a aparência africana?²²⁵

Em outro momento, Lopes destaca a linguagem sertaneja maranhense presente na versão de *Menina Môça*: “*Ainda que mal pergunte é frequente dizer ainda hoje o*

²²³ LOPES, Antônio. Presença do Romancesco – versões maranhenses. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileira, 1967, p.70.

²²⁴ MORÃO, Ana Maria Paiva. O SENTIDO E OS ROMANCES ORAIS TRADICIONAIS: SENSE AND ORAL TRADICIONAL PAN-HISPANIC BALLADS. Acta Semiótica et Lingvistica, João Pessoa, v. 18, n.1, p.23-37, 2013.

²²⁵ LOPES, Antônio. Presença do Romancesco – versões maranhenses. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileira, 1967, p.86.

sertanejo maranhense que vai interrogar alguém ou indagar qualquer coisa. E fica à espera de que a pessoa interrogada lhe dê, com as frases – “Não pergunta mal” –, vênias para prosseguir”²²⁶. Apresentamos o trecho onde ocorre esse processo, na versão desse romance colhida no Axixá: “-Ainda que mal pergunte, para onde se bota assim?”²²⁷.

Ademais, há outro apontamento de Lopes quanto à conversa do povo, nessa mesma versão: “*Fazer procuração*, em vez de *fazer procura*, ouve-se muito em conversa com gente do povo, nas ruas da capital maranhense. Dificilmente se ouvirá uma pessoa do povo, no interior do Maranhão, pronunciar *peregrina* em vez de *pelingrina*”²²⁸.

Ocorre em outra versão a forma como é pronunciada a palavra “bênção” pelo povo Maranhense. Lopes observa que essa palavra não é grafada “com acento circunflexo e tônico na primeira sílaba, porque entre a gente do povo do Maranhão quase sempre essa palavra é oxítone, como a ouvimos quando apanhávamos o romance [*de São Pedro*]”²²⁹. Sobre essas “deturpações” no linguajar, Morão sublinha: “É assim que as variações acusam uma adaptação cultural, mais do que sofrerem uma verdadeira transformação [...]”²³⁰.

Dos romances maranhenses, também é possível percebermos que o povo não tinha uma certa obstinação pelo sacerdócio. Na versão do romance *A devota da Ermida*, colhida como *A Devotinha*, em Monte-Alegre, até o vigário estava na “boca do povo”: “O povo pegou a dizer que não era devoção, mas namoro com vigário na hora da confissão”²³¹. Sobre isso Lopes pondera que o povo maranhense não tinha fanatismo pelo clero, isso explica por que o folclore se encarregou de preservar, ocasionalmente, episódios de uma irreverência irônica em relação aos frades e aos demais religiosos.

A tradição do romanceiro do Maranhão se encarregou de registrar o passado colonial da Atenas Brasileira. No romance maranhense *A Fonte das Pedras*²³², que no

²²⁶ *Ibidem*. p.97.

²²⁷ *Ibidem*. p.94.

²²⁸ *Ibidem*. p.97.

²²⁹ *Ibidem*. p.112.

²³⁰ MORÃO, Ana Maria Paiva. O SENTIDO E OS ROMANCES ORAIS TRADICIONAIS: SENSE AND ORAL TRADICIONAL PAN-HISPANIC BALLADS. *Acta Semiótica et Lingvística*, João Pessoa, v. 18, n.1, p.23-37, 2013, p.30.

²³¹ LOPES, Antônio. *Presença do Romanceiro – versões maranhenses*. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileira, 1967, p.194.

²³² “A tradição maranhense prendeu a xícara a uma das belas fontes coloniais da capital do Maranhão. A Fonte das Pedras, sita no local onde acampou Jerônimo de Albuquerque, ao investir por terra, enquanto Alexandre de Moura a investia pelo mar contra a cidade fundada por La Ravardiére, foi construída, ao que afirmam historiógrafos, pelos holandeses, durante o seu efêmero domínio na capitania depois libertada por Muniz Barrei-los e Teixeira de Melo, antes de se cogitar da libertação de Pernambuco e demais capitanias ocupadas pelos mandatários da Companhia das Índias”. (*Ibidem*. p. 204).

Romanceiro Geral é intitulado de *O conversado da Fonte*, e da qual Romero publicou versão com o nome de *Florioso nos Cantos Populares do Brasil*- como sendo oriunda de Sergipe, é retratado um acontecimento importante da história de fundação de São Luís, prova é que a fonte aparece em outras manifestações populares maranhenses, conforme indicou Lopes ter ouvido do seu conterrâneo, o professor e musicista João de Parma Montezuma e Silva, uma modinha antiga da qual apenas este trecho se preservou na memória: “Lá na Fonte das Pedras / Maria foi se banhar. / Quando veio, trouxe o noivo/ para com ela se casar [...]”²³³.

O folclorista maranhense, em diversos momentos da sua obra confirma os traços populares maranhenses em outros gêneros da literatura oral. Há pouco, observamos que a Fonte das Pedras, monumento da história colonial do Maranhão, também se achava presente na antiga modinha. Mas não somente; a Fonte, assim como palácios, conventos e igrejas integram diversas lendas acerca desses subterrâneos. Dessa maneira, é possível afirmar que os romances guardam em suas narrativas traços da cultura popular maranhense.

Em outra ocasião, Lopes comenta uma versão da *Xácara do Cego andante*, que ele afirma ser recorrente na tradição popular maranhense. Numa versão, colhida por ele mesmo em Penalva, o nosso autor chama a atenção para a forma com que foi ouvida: “sob a forma de um brinquedo infantil. Duas crianças cantaram, uma fazendo o papel do cego e outra da donzela. Uma terceira cantava a quadra em que fala a dona da casa [...]. Então, assevera Antônio Lopes, que

Essa teatralização, se assim podemos exprimir-nos, não é um fato único em território do Brasil. Já em S. Paulo, como lemos em estudo publicado na *Revista do Arquivo Municipal*, o romance Juliana serviu para dramatização, infantil semelhante. Foi essa a única dramatização de romance que encontramos no folclore maranhense, onde a xácara do Cego é, ao nosso ver, a composição poética de enredo mais difundida, como atestam as muitas letras em prosa e versos que possuímos e o fato de rara ser a localidade onde não na conheça o povo²³⁴.

²³³ *Ibidem.* p.205.

²³⁴ LOPES, Antônio. Presença do Romanceiro – versões maranhenses. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileira, 1967, p. 209.

Ante o exposto, é legítimo que os romances podem também se apresentar em outras práticas culturais, como observado²³⁵.

Há outras situações em que isso é evidenciado por Lopes: “No folclore maranhense encontra-se uma cantiga, talvez melhor, uma parlenda que colhemos em Viana. Começa com dois versos da lição *Menina Môça*²³⁶ [...] outra passagem sugere versos muito comuns de velhas cantigas de bumba-meu-boi²³⁷ [...]” Há, também, da versão de *Conde Aleixo*, colhida em Rosário, o seguinte trecho: “Saiu vestida de homem pela porta do quintal [...]”²³⁸, nos cantos folclóricos do Bumba-meu-boi: “– Minha mãe não quer que eu fique / lá na porta do quintal [...]”²³⁹.

Conforme Erasmo d’Almeida Magalhães, sobre os estudos de Lopes: “Não descuidou o autor de um aspecto importante, ou seja, a ambientação ecológica do romance que se adapta, como estorço de sobrevivência, ao seu meio físico e social”²⁴⁰. Quanto a essa afirmativa, Lopes traz à tona a ambientação sertaneja na versão trazida da Europa:

A imaginação popular sertaneja, sem muito se distanciar do enredo geral do romance, ambientou o velho fragmento poético europeu aos costumes do sertão e fez da morte do fidalgo um caso de cangaço, encomendado a seis cabras famanazes pelo fazendeiro de muitos “possuídos” o forasteiro que com o seu comboio chega como grande novidade a lugares remotos²⁴¹

Em outra ocasião é também evidenciada a ambientação. Agora, é a fauna nordestina que se faz presente na versão do romanceiro maranhense. Lopes, na versão do romance *O passo de Ronceval*, intitulada *O Famanaz* e colhida em Santo Antônio das Almas por ele próprio, em 1916, observa que enquanto na versão garrettiana há a presença da águia

²³⁵Num contacto com o discurso das versões romancísticas, facilmente nos apercebemos de que predominam o diálogo e a narração. Aquele chega mesmo a ser exclusivo, pelo que, então, o romance se assemelha a uma cena ou série de cenas de natureza dramática (PINTO CORREIA, João David. **Romanceiro oral da tradição portuguesa**: apresentação crítica, antologia e sugestões para análise literária. Lisboa: Edições Duarte Reis, 2003, p. 14).

²³⁶“- Meu pai, quero me casar. -Minha filha, diz com quem [...]” (Ibid., p. 95).

²³⁷“Senhora dona de casa, / dê licença para entrar / com este meu boi de fama, / que vem a todos salvar.” (Ibid., p. 96).

²³⁸Ibid., p. 102

²³⁹Ibid., p. 103

²⁴⁰MAGALHÃES, E. d’Almeida. Antonio Lopes da Cunha - Presença do romanceiro. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, [S. l.], n. 3, p. 146-147, 1968. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i3p146-147. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/45676>. Acesso em: 1 out. 2023.

²⁴¹LOPES, Antônio. Presença do Romanceiro – versões maranhenses. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileira, 1967, p. 107.

real, na tradição maranhense está o gavião, que muito presente se faz nas trovas populares: “[...] Por uma entra o sol, por outra entra o luar, / pela mais pequena dela um gavião real”²⁴².

Outro animal muito presente nas narrativas populares do Nordeste é o cavalo. Celso Magalhães tinha razão em afirmar a importância do animal para as populações onde é forte a criação de gado. Essa temática é recorrente no imaginário popular, porque a criação de gado foi uma constante atividade econômica na região, no chamado ciclo do boi. Lopes nos lembra que é comum nas cantigas e nos “romances de vaqueiro”, essa temática, inclusive traz uma versão em que a figura do cavalo é evidenciada. Ainda sobre a atividade econômica da pecuária, Câmara Cascudo pondera que a profissão de vaqueiro possibilitava:

ao homem um sentimento de liberdade de ação, e a ausência de todo um sistema fiscalizador diretivo: feitores, mestres, apontadores do ciclo da cana-de-açúcar, o que era para o vaqueiro um convite à iniciativa e às forças vivas da imaginação e da inventiva pessoal²⁴³.

Nessa linha, a figura do vaqueiro e do cavalo estão representadas no imaginário popular sertanejo, dessa maneira, desenvolve-se uma tradição poética autenticamente brasileira, que, embora tenha recebido influências da tradição europeia trazida para cá, apresenta traços singulares de um estilo de vida regional- neste caso, o sertanejo, desempenhando um papel fundamental na construção de nossa identidade.

Em outra ocasião, Lopes faz saber da adaptação da versão do romance de *Santa Iria*, à vegetação da baixada Maranhense: “adaptação ao ambiente da zona pastoril dos campos da Baixada Maranhense com a casa típica do fazendeiro. Comprovam-na, como conjunto, estrado onde trabalha na almofada²⁴⁴ a môça rendeira, cancela, rêde”²⁴⁵.

²⁴² *Ibid.*, p. 169.

²⁴³ CASCUDO, Luís da Câmara. Tradições populares da pecuária nordestina. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1956, p. 11.

²⁴⁴ “De Puymaigre traduziu a almofada da versão garrettiana (*almohada* na lição galega apresentada por Manuel Marguia) por *un coussin, un carreau d'ouvriere sur lequel Iria a placé son travail à l'aiguille*. Na lição maranhense a significação é diversa. A almofada é a das rendeiras de Portugal e do Norte do Brasil. As versões brasileiras que conhecemos tratam de costurar, e não de fazer renda”. (LOPES, Antônio. Presença do Romancero – versões maranhenses. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileira, 1967, p. 190)

²⁴⁵ *Ibidem.*, p.191.

Há, ainda, a menção do Convento das Mercês²⁴⁶, na versão de a *Moreninha*, colhida em Guimarães, por Daniel Vitor Coutinho. É interessante notar que mais uma vez a cultura popular pregoa no romanceiro um patrimônio da história de São Luís, desta vez, o patrimônio tem caráter religioso, muito embora a versão do romance narre o caso do frei João com a *Moreninha*, que é casada.

Como já sinalizado, o povo maranhense é avaliado por Lopes sob o prisma da idoneidade. Na mesma versão do caso do padre João e a *Moreninha*, Lopes comenta sobre a compaixão típica da alma popular maranhense. O folclorista assim destaca, sobre o povo e o que é demonstrado na versão em tela: “A compaixão peculiar à alma do povo maranhense, inimigo de vinganças e castigos violentos, acrescentou versos em que a adúltera manifesta horror à maldição eterna pelo fato de haver cometido pecado carnal com um clérigo”²⁴⁷.

Morão (2013) orienta que os romances dispõem de mecanismos de significação, que permitem identificar múltiplas interpretações, apoiadas por um conjunto de valores sociais, culturais e religiosos. Quanto a esse último, Lopes identifica na versão do romance ibérico *D. Bozo*, colhido em Itapicuru-Mirim com o título de *Lindinha*:

A invocação a santo muito popular no Maranhão, principalmente na sua parte de nordeste, onde se formou a lenda popularíssima de S. Raimundo dos Mulundus²⁴⁸, vaqueiro dos campos de Iguará, onde sua imagem teria sido encontrada por um vaqueiro [...] O Maranhão conta outra romaria religiosa entre as suas de S. José de Ribamar, pitoresca localidade sita numa ponta da Ilha do Maranhão sôbre a baía de S. José e a uns 30 quilômetros da capital do Estado. Apesar de também muito concorrida é, quanto à riqueza folclórica, inferior à dos Mulundus²⁴⁹

Finalmente, diante do exposto, é possível afirmar que constantemente Antônio Lopes traz à luz a presença do popular maranhense nas versões: quer pela linguagem,

²⁴⁶ [...] Até a década do século XVIII a área urbana se projeta, a partir do núcleo inicial localizado próximo ao Forte e ao Cais, em direção ao Largo do Carmo. A seguir o povoamento se dá no sentido Carmo-Desterro, atraídos pelo Convento das Mercês e pela Fonte das Pedras. Mais tarde, a ocupação se orienta para o bairro do Egito, Rua do Ribeirão e cercanias da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (...) Já no final do século, o povoamento se expande em diversas direções: ganha o rumo do Convento de Santo Antônio e Remédios e também o da Igreja de São Pantaleão e outras áreas já razoavelmente afastadas da que abrigava os primeiros prédios[...]. (MOTA, Antonia da Silva e MANTOVANI, José Dervil. São Luís do Maranhão no Século XVIII: a Construção do Espaço Público sob a Lei das Semarias. São Luís: Func, 1988, p.21).

²⁴⁷ LOPES, Antônio. Presença do Romanceiro – versões maranhenses. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileira, 1967, p.213.

²⁴⁸ “Segundo apuramos, a imagem tem uma história que o povo esquecer, substituindo pela lenda, e pertenceu a uma antiga fazenda dos frades da Ordem das Mercês nos campos do guará” (*Ibidem.*, p.220.).

²⁴⁹ *Ibidem.*, p.220.

quer por meio de outros gêneros narrativos, quer pelos fatos históricos ou pela religiosidade. Corroborando a afirmação de Pinto-Correia²⁵⁰, de que os romances abordam uma ampla gama de assuntos e temas, resultando assim em diversas tramas, histórias ou fragmentos de histórias distintas.

Sendo assim, é possível deduzir que o romancista maranhense se prestou em apregoar nos romances manifestações da sua cultura popular. Ademais, talvez por isso que Antônio Lopes, irredutível, optou por não mudar o linguajar dos textos na hora da transcrição, uma vez que ali estava a identidade regional do povo maranhense. Portanto, ao estabelecer uma ligação entre o "povo" e a identidade regional, isso colabora para o crescente vínculo e interligação entre a identidade do Maranhão e a cultura popular²⁵¹.

Antônio Lopes enxerga as “deturpações” com positividade, pois nelas estavam ambientadas as características culturais (mas não só) eminentemente maranhenses, por isso, sua preocupação em comparar as versões maranhenses com as europeias era uma forma de evidenciar o que se tinha de tradição no romancista popular maranhense.

²⁵⁰PINTO-CORREIA, João David. **Romanceiro oral da tradição portuguesa**: apresentação crítica, antologia e sugestões para análise literária. Lisboa: Edições Duarte Reis, 2003.

²⁵¹BARROS, Antonio Evaldo Almeida. O pantheon encantado: Culturas e Heranças Étnicas na Formação de Identidade Maranhense (1937-65). Dissertação (Mestrado)- Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (FFCH-UFBA), Salvador, 2007.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais do que uma "conclusão", que as múltiplas dimensões e os inúmeros elementos culturais, históricos, literários e ideológicos contidos na obra de Antônio Lopes, que ainda mereceriam mais e mais estudos e aprofundamentos, não permitem ainda, gostaria de finalizar esse trabalho com algumas "consequências" daquilo que gostaria de considerar "demonstrado": a extrema proximidade entre Antônio Lopes e o povo maranhense, em particular as mulheres e os homens que, ao longo desses longos anos, e ao longo desse amplo território do Maranhão, se dispuseram a cantar ou a declamar para esse elegante senhor suas memórias, suas cantigas, sua arte – em forma de rimas, histórias e romances.

De fato, de forma bastante moderna e pioneira, Antônio Lopes menciona nomes e outras circunstâncias biográficas dos seus "informantes" (como se dizia antigamente: hoje dizemos, amis propriamente, "colaboradores" da pesquisa). Deixamos, aqui, mais do que uma lista ou "nominata", uma rica galeria de "poetas" maranhenses, nas próprias palavras de Antônio Lopes²⁵²:

seu soberano. Ouvimo-la da setuagenária Arcângela Travassos, natural de Viana, onde, segundo nos disse, aprendeu essa história, que ouvia contarem desde menina. Não alteramos uma frase do que nos contou e cantou e se vai ler.

(pág. 40)

A 9 de agosto de 1948, no subúrbio Estrêla do Norte, de S. Luís, Luisa Lima, lavradora, natural e residente no lugar Quinta, da Ilha do Maranhão, contou e cantou para nós versão que ora divulgamos do romance *Gerinaldo*:

(pág. 44)

Cantado por Mariana Leite, preta que viveu no antigo engenho do comendador José Joaquim da Silva Leite, o qual deu nome à povoação.

(pág. 52)

Colhida no Itapecuru-mirim, em 1945, por Antônio Lopes. Ouvida de Marcelina Oliveira, mulher do povo.

(pág. 56)

²⁵²Optamos por reproduzir os trechos assim como foram impressos na edição do livro publicada em 1967.

Ouvida de Merandolina Sousa, lavadeira. (pág. 62)

Colhida em S. Luís, em 1948, por Lucy Teixeira.
Ouvida da operária de fábrica Domingas Floriana de Lima.

(pág. 71)

De muito interêsse para o folclorista é o fato de têmos ouvido uma história resumida do romance *D. Silvana* da boca de uma criança, Laurita Faria, de 13 anos de idade, natural de Guimarães empregada em serviços domésticos em S. Luís, à rua Cândido Ribeiro⁵. Ei-la:

(pág. 74)

Colhida em Alcântara em 1923, por Antônio Lopes.
Ouvida do velho Calastrofe, ex-escravo, então sexagenário.

(pág. 79)

DÊSTE ROMANCE, que Celso de Magalhães declarou não conhecer na tradição maranhense, ouvimos uma versão cantada por Maria Raimunda do Nascimento, natural do Axixá e nesta localidade residente.¹

(pág. 93)

Colhida no Rosário, em 1923, por Antônio Lopes.
Cantada por Alexandrina Gomes, gomadeira.

(pág. 102)

Cantada por Maria José Rocha, lavadeira.

(pág. 105)

Ouvida de Antônia Ferreira, lavadeira.

(pág. 107)

Cantada por Maria do Carmo Silva, rendeira.

(pág. 111)

Ouvida de Guilhermina Almeida, lavradora.

(pág. 126)

Colhida no Codó, em 1921, por Antônio Lopes.
Cantada por Benedita Miranda, lavradora.

(pág. 140)

Colhida em S. Luís, em 1948, por Lucy Teixeira.
Ouvida de Domingas Floriana de Lima, que aprendeu o romance no lugar Quinta, da Ilha do Maranhão.

(pág. 144)

Colhida em Pindaré-mirim,⁵ em 1908, por Antônio Lopes.
Cantada por Mamédia Sousa, lavradora.

(pág. 150)

Colhida em Monte-Alegre atual Timbiras, em 1921, por Antônio Lopes.
Cantada por Davina Bandeira, lavradora.

(pág. 194)

Colhida em S. Luís, em 1948, por Lucy Teixeira.
Ouvida de Joana Falcão, lavadeira.

(pág. 200)

Conseguimos mais uma versão do romance Juliana, cantada por Domingas Floriano Lima, que a ouviu de Cidalina de tal. Esta dizia tê-la aprendido no interior da Ilha do Maranhão.

(pág. 234)

Colhida na vila do Paço do Lumiar, Ilha do Maranhão, em 1948 por Antônio Lopes.
Ouvida de Maria Teresa Balga, cafusa, lavradora.

(pág. 257)

Assim, se este trabalho é dedicado à obra de Antônio Lopes da Cunha, escritor, jurista, jornalista, historiador, folclorista, professor etc. etc. reconhecemos que nem ele, o trabalho, nem ela, a obra, teriam condições de existir sem as lavadeiras, lavradoras, rendeiras, gomadeiras, ex-escravos, operárias, domésticas, mulheres e homens do povo. Do povo do Maranhão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira. **O “Urrou” do boi em Atenas: Instituições, experiências culturais e identidade no Maranhão.** Tese de Doutorado-Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

ALMEIDA OLIVEIRA, Antônio de. **Outra imagem de Antônio Lopes.** In: História da Imprensa no Maranhão (1821-1925). – Rio de Janeiro, 1959. p. 5-14.

ANTÔNIO Lopes. *Revista de Geografia e História do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão*, São Luís, ano IV, n. 4, p. 45-46, dez. 1953.

AYALA, Marcos; AYALA, Maria Ignês. **Cultura popular no Brasil.** São Paulo: Ática, 1987.

BANDEIRA, Arkley Marques. **Os pioneiros e seu legado na construção da Arqueologia do Maranhão.** Cadernos do LEPAARQ, Pelotas, V. 10, N. 19 p. 7-58: Jan./jun. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v10i19.2125>. Acesso em: 14 mai. 2023.

BARROS, Antonio Evaldo Almeida. **O pantheon encantado: Culturas e Heranças Étnicas na Formação de Identidade Maranhense (1937-65).** Dissertação (Mestrado)- Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (FFCH-UFBA), Salvador, 2007.

BARUJA, Salvador Pane. **Curt Nimuendajú: o Alemão que virou índio no Brasil.** Bochum (Alemanha): Edição eletrônica pelo autor, 2014, p.321. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Apane-baruja-2014-curt/pane_baruja_2014_curt.pdf. Acesso em: 13 mai. 2023.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Tradições populares da pecuária nordestina.** Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1956.

_____. **Literatura oral no Brasil.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.

_____. **Literatura oral no Brasil.** 2ªed. São Paulo: Global, 2006.

CERQUEIRA, Daniel Lemos, “Alexandre Rayol” **APEM - Acervo Digital**, <http://apem.cultura.ma.gov.br/acervo/items/show/121>. Acesso em 5 de setembro de 2023.

CIACCHI, Andrea. **Histórias no Canto.** Dissertação em Mestrado em Letras. João Pessoa, UFPB, 1988.

COSTA, Carolina Veloso. As origens do gênero e o romance de tradição oral O cego. In: Seminário Brasileiro de Crítica Literária, 2015, Porto Alegre. **Anais do Seminário de Crítica Literária.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. v. 28. p. 1-16. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/anais/seminario-critica-literaria/assets/11.pdf>. Acesso em 25 de setembro de 2023.

CORBISIER, Roland. **Formação e problema da cultura brasileira**. Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.

COUTINHO, Afrânio. **Conceito de Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1985.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1989, p.456.

GOMES, Clicia Adriana Abreu. **A fabricação do Folclore no Maranhão: Investimentos e Interesses no Contexto da Subcomissão Maranhense de Folclore**. Dissertação de Mestrado-Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2014.

GÓMEZ, Juan Julio. **El bacá: otra leyenda popular dominicana con raíz africana**. El Nacional, 15 de junho de 2022. Disponível em: <https://elnacional.com.do/el-baca-otra-leyenda-popular-dominicana-con-raiz-africana/> Acesso em 20 de setembro de 2023.

GUERREIRO, Manuel Viegas. Literatura popular: em torno de um conceito. **Revista de literatura oral e tradição popular**. Paris, p. 20-22. Nov. 1986.

HONKO, Lauri. **“Types of comparison and forms of variation”**. In: D’un conte... à l’autre. La variabilité dans la littérature orale. Paris, CNRS, 1990, p. 391-402.

LOPES, Antônio. “A ferra do Bacá”. **Pacotilha (MA)**, São Luís, 8 de fevereiro de 1915, p. 1.

_____. “O ano literário”. **Pacotilha (MA)**, São Luís, 1º de janeiro de 1917, p. 1.

_____. O meu protesto. **O Imparcial (MA)**, São Luís, 20 de dezembro de 1920, p.2.

_____. O ensino da Geografia na escola primária. Congresso Pedagógico Maranhense I. 1922, São Luís. **Anais...** São Luís: Faculdade de Direito do Maranhão, 1922, p. 84-101.

_____. “Um candidato à Academia”. **Pacotilha**, 5 de julho de 1921, p. 1.

_____. “Parsondas de Carvalho”. **Revista Trimestal do Instituto de História e Geografia do Maranhão**, São Luís, ano I, n. 1, p. 65-67, ago. 1926.

_____. A cidade de São Luís: Vestígios do passado. São Luís: **Tipografia Ramos d’Almeida**, 1926.

_____. Um achado archeologico. Geographia e História. **Revista Trimestral do Instituto de História e Geographia do Maranhão**. Ano I, n. 1. São Luís, 1926, 98 p.

_____. “A hora do operário”. **O Imparcial (MA)**, São Luís, 10 de dezembro de 1929, p. 3.

_____. “Os presentes de Natal – Conto para crianças”. **O Imparcial (MA)**, São Luís, 25 de dezembro de 1929, p. 1.

_____. Santo Antônio na história e na tradição maranhense. **Diário do Norte**, São Luís, 13 de julho de 1937, p. 3.

_____. “A missa do padre Ivo”. **Diário do Norte (MA)**, São Luís, 25 de dezembro de 1939, p. 9.

_____. “O folclore maranhense”. **Diário do Norte**, 20 de junho de 1942, p. 1.

_____. “Topônimos tupi no Maranhão”. **Revista de Geografia e História, São Luís**, Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, Ano II, n. 2, p. 13-37, letras A e B, jun. 1947 e Ano III, n. 3, p. 79-103, letra C, fev. 1950, respectivamente.

_____. “Nossa cidade”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão**, São Luís, ano IV, n. 4, p. 145-147, dez. 1953.

_____. Gregório de Matos. **Revista da Academia Maranhense de Letras**, São Luís, v. 9, p. 91-98, maio 1954.

_____. **Presença do Romancero** – versões maranhenses. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileira, 1967.

_____. **Instituto histórico**. In: Estudos diversos. São Luís: SIOGE, 1973.

LOPES, José Antonio Viana. **Capital Moderna e Cidade Colonial**: o pensamento preservacionista na história do urbanismo ludovicense. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano. Recife, UFPE, 2004, p. 75. Disponível em https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/3557/1/arquivo5438_1.pdf. Acesso em 5 de setembro de 2023.

LOPES, Raimundo Hélio. Manuel Lopes da Cunha. In: ABREU, Alzira Alves (Coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CUNHA,%20Manuel%20Lopes%20da.pdf>. Acesso em 5 de setembro de 2023.

LOPES, Raimundo. **Seleta de dispersos**. São Luís: Edições AML, 2017.

MAGALHÃES, Celso de. **A poesia popular brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1973.

_____. (1873, abril 30). **A poesia popular brasileira I**. O Trabalho, 12-13.

MAGALHÃES, E. d’Almeida. Antonio Lopes da Cunha - Presença do romancero. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S. l.], n. 3, p. 146-147, 1968. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i3p146-147. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/45676>. Acesso em: 1 out. 2023.

MAUÉS, Fernando. **Cancioneiros, folhetos e romanceros**: o gênero romance na primeira metade do século XVI. Dissertação (Doutorado em Literatura Portuguesa) - Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p.180. 2009.

MATOS, Marcos Fabio Belo . (2021). **JORNAL PACOTILHA**: uma voz pela modernidade fin-de-siècle em São Luís. Outros Tempos: Pesquisa Em Foco - História, 18(32), 398–407. Disponível em: <https://doi.org/10.18817/ot.v18i32.862>. Acesso em 5 de setembro de 2023.

MONTELLO, Josué. **Imagens de Antônio Lopes**. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 24 de abr. 1956. p. 5.

MOTA, Antonia da silva e MANTOVANI, José Dervil. **São Luis do Maranhão no Século XVIII**: a Construção do Espaço Público sob a Lei das Semarias. São Luís: Func, 1988.

NASCIMENTO, Braulio de. **Estudos sobre o romancero tradicional**. Campina Grande: Editora da UEPB, 2020.

_____. “Um século de Pesquisas do Romanceiro Tradicional no Brasil”. Revista Brasileira de Cultura. Ano V, n. 17, julho-setembro de 1973.

NETO, Eloy Coelho. **Antônio Lopes**. In: _____. (org). Registros, vidas e acontecimentos. São Luís, s/d, v. II, p. 71-78.

OLIVEIRA, Antônio de. Imagem de Antônio Lopes. **Revista das Academias de Letras do Brasil**, Rio de Janeiro, n.68, p. 101-110, set. 1955.

_____. **Outra Imagem de Antônio Lopes**. In: LOPES, Antônio(org.). História da Imprensa no Maranhão. Rio de Janeiro: DASP, 1959.

OLIVEIRA, de Franklin. A ausência do mestre e o crime sem remissão. *O Imparcial*. São Luís do Maranhão, 1º dez. 1950, p.3.

ORTIZ, R. **Imagens do Brasil**. Sociedade e Estado, [S. l.], v. 28, n. 3, p. 609–633, 2013. Disponível em: <https://www.periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5840>. Acesso em: 6 jun. 2023.

PINTO-CORREIA, João David. **Romanceiro Tradicional Português**. Lisboa: Comunicação, 1984.

_____. **Romanceiro oral da tradição portuguesa**: apresentação crítica, antologia e sugestões para análise literária. Lisboa: Edições Duarte Reis, 2003.

RIBEIRO, Joaquim. **A obra de Antônio Lopes**. Letras e Artes. Rio de Janeiro, 11 de fev. de 1951, p. 3.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**, v. 1, Rio de Janeiro, José Olympio, 1960.

_____. **Cantos populares do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.

RUBINO, Silvana. **Clubes de pesquisadores** – A Sociedade de Etnografia e a Sociedade de Sociologia. in: MICELI, Sérgio (org.) História das Ciências Sociais no Brasil (vol. 2). São Paulo: Editora Sumaré, 1995.

SANTOS, Idelette Muzart Fonseca dos. “**Presença do Romanceiro em Salvador**”. Estudos Linguísticos e Literários, n.7, out de 1988, p. 17-24. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/article/download/13797/9637/43158>. Acesso em 28 de setembro de 2023.

_____. **A busca da poesia tradicional na voz e na memória**: a pesquisa do romanceiro na Paraíba. ELO - Estudos de Literatura Oral, n. 1 : 165-185. Faro, Universidade do Algarve, Portugal, Primavera 1995. Disponível em: <https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/1353>. Acesso em 28 de setembro de 2023.

SANTOS, José Raimundo. Antônio Lopes. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 29 nov. 2010, p. 4.

SILVA, Ana Ladia Conceição. **Falas de decadência, moralidade e ordem:** a " História do Maranhão" de Mário Martins Meireles. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008, p. 31.

SILVA, Circe Mary Silva da. **Matemática Positivista e sua difusão no Brasil.** Vitória: Edufes, 2023.

Sonetos Maranhenses. São Luís: Imprensa Oficial, 1923, p. 104. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=107575>. Acesso em 15 de setembro de 2023.

VAZ, Leopoldo Gil Dulcio. O "Sportman" Antônio Lopes da Cunha. Recorde: **Revista de História do Esporte**, Volume 2, número 2, dezembro de 2009, p 6.

_____. **Memória da Faculdade de Direito do Maranhão: 1918-1941.**

Disponível em:

https://issuu.com/leovaz/docs/mem_ria_da_faculdade_de_direito_do_maranh_o_-_1918.

Acesso em 6 de setembro de 2023.

VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e Missão:** o movimento folclórico brasileiro - 1947-1964. Rio de Janeiro: Funarte/Fundação Getúlio Vargas, 1997.

ANEXOS

*A FERRA DO BACÁ*²⁵³
Antônio Lopes

Havia mais de cinco sóis que não cessava a labuta. Pegava-se o gado de Nossa Senhora, a padroeira da freguesia, que, há séculos, possuía aquela fazenda, resto da opulência dos missionários jesuítas conservada e acrescida continuamente, numa pia tradição, pelo fervor dos vaqueiros e criadores daquelas bandas, cada um dos quais ferrava periodicamente uma novilha e um barrigudo dos seus magotes, e zelava o bem dela como o seu próprio, apeando-se em pleno carrasco para curar a bicheira ao bezerro da marca sagrada, desalojando a rês afoita dos tremedais, acudindo pontualmente na época das vaquejadas para trabalhar no manejo do gado.

Mais de um havia, era certo, acusado de ter feito boiada à custa da unidade estramalhada dos rebanhos da Senhora da Conceição. Mais de um vigário pouco escrupuloso em matéria de jejuns, ou juiz de capela antiga, perpetrara desvios na administração dos rebanhos.

Todavia, a maioria dos vaqueiros que pastoravam naquelas redondezas dilatadas desde os campos rasos do Carnaubal até as incultas, cerradas brenhas do Cajari e as ribas encantadas do lago Formoso, por sobre reputarem um irremissível sacrilégio o furto de gado à Santa, olhavam por aquele patrimônio, cujas origens se perdiam nas névoas das lendas locais, como uma bela honestidade só encontrável em peitos de homens enrijados nos saudáveis, edificantes exemplos da grande mãe Natureza. “Quem tira um boi perde uma boiada” – era o preceito elaborado pela supersticiosa religiosidade daquela gente, para fulminar o dilapidador da fortuna da oraga. E apesar de Nossa Senhora ter, como qualquer fazendeiro, um vaqueiro e a quem dava matolatagem e sorte, todos se consideravam seus serviçais, que para outra coisa – diziam – não se vinha a este mundo senão para servir à Virgem de tanta valia que com tantos alívios da sua misericórdia assistia a sarava em tantos retiros espalhados pela amplidão dos campos longínquos ou pela beirada inóspita dos lagos.

Por isso já lá iam mais de cinco dias que mourejavam na ferra bienal do Bacá, varando plainos à disparada veloz ou ao chourrear dormente dos castanhos-caretos, cercando malhadas, batendo os capoeiros espinhentos onde se amontava o gado sapateiro, reunindo as pontas e manadas, escanchados, sol a sol, no coice das levas turbilhonando na poeira das jornadas. Mil cabeças lá tinham ficado prisioneiras nos cercados, para serem marcadas nos últimos dias daquela semana, época tradicional de proezas e campeonatos, de pugilos e esforços, apenas adoçadas pelo guiar tristonho dos aboios e pelos serões improvisados ao redor das fogueiras, folganças ruidosas,

²⁵³ Publicado no jornal *Pacotilha* (MA), São Luís, 8 de fevereiro de 1915

zangarreios e sapateados ou façanhas de campeação e vaquejo narradas em pitoresca linguagem, de envolta a misteriosos recontos de almas penadas e assombramentos, tão coroáveis ao rude espírito dos vaqueiros.

Naquele sábado luminoso de verão adusto, dia consagrado à Senhora, desde manhãzinha a comparsaria andava em azáfama para ultimar a tarefa, enquanto os convivas chegavam e se iam instalando um pouco ao acaso pelos frescos avarandados da casa da fazenda, aberta aos quatro ventos, do escampado, erguida sobre jirau de esteios de aroeira, com uma tacaniça apumada a descair para os lados dos currais ensombrados de jatobás gigantescos, eretos tarumanzeios destoucando a coifa de flores lilases à ventania forte de dezembro. O aspecto do sítio era, nesse dia, festivo, colorido e bizarro, sendo de costume acudir gente da vila e de toda a parte, para os espetáculos animados e violentos da vaquejada.

Na antemanhã sangrara-se um boi gordo. E na cozinha alpendrada à casa pelos fundos, mulheres atarefadas preparavam as comezainas simples e substanciais da rude culinária vaqueira – os fritos, a rabada, as grandes mantas de carne assada ao braseiro, já tendo vindo, de vésperas, dois ancorotes de vinho que, além da “jeribita”, iam espartando a companhia.

Cavalheiros chegavam a toda hora, montando com garbo ginetes briosos e ajaezados com apuro, e lentos carros de bois despejavam sem cessar ranchos casquilhos de raparigas junto à escada.

Nos peitoris do avarandado, apesar da soalheira apendoava uma palmeira, assistência da melhor gente, a arraia miúda tendo arvorado em palanque as cortinas do curro e as forquilhas das árvores vizinhas.

Em baixo, era intensa a faina. O gado, quase todo bravio, dificilmente se submetia ao rijo trato dos vaqueiros.

- Ai, Joaquim dá-lhe prá riba do lombo, cabra velho!...

- Cerca! Cerca!

- Aguenta a corda, rapaz, olha que o boi te leva!...

- Amoira, rapaziada!

- Solta a vaca, Chico, olha que foste parido...

E ao estrugir de homéricas gargalhadas de mofa ou de aplausos estrepitosos, entre o praguejar da enérgica gente campesina, o serviço ia-se fazendo.

Os campeiros pompeavam no ingênuo luxo das camisas fortemente sarapintadas a cores berrantes e descalças de azulão muito vivo, destemerosos e ágeis, desprezando com soberbia os riscos da “traição” do gado, estimulados pelas proezas de laços e ferrão dos capatazes mais respeitados, saudadas com palmas pela multidão ávida dos prazeres veementes da pugna heroica.

Se alguém novato falhava o lance premeditado, ou era corrido pelo garrote, choviam apupos de cada lado, que tomavam corpo num chasquear ruidoso.

Laços silvavam, girogirando acima das cabeças, lançados com presteza por pulsos de ferro. Os famanazes exibiam-se na derrubada do gado pela cauda ou a zombar das manchas das vacas maninas enfurecidas no jogo do chapéu de couro.

Novilhos arremetiam ou escavavam aos urros, em atitudes subitâneas de uma estatuária ciclópica, a terra abalada por um tropel contínuo e formidável de assaltos legendários. O sol arrancava fulvas cintilações ao aço das esporas e das guiadas desnudas. As manadas prisioneiras baralhavam-se num marulhar de dorsos e de chifres a entrechocarem-se. E no ar quente e rico pairavam com o odor peculiar aos rebanhos, o lamento das reses que berravam ao contato das marcas esbraseadas a esquentarem em fogaréus ao lado dos moirões.

*SANTO ANTÔNIO*²⁵⁴
Na história e na tradição maranhense
Antônio Lopes

A instância de Jorge de Albuquerque, então governador Pernambuco, e que sobrados motivos tinha para sua devoção ao Taumaturgo, desde o seu famoso naufrágio em viagem para o Brasil, fundaram os frades o primeiro convento na terra pernambucana, onde houve depois mais três, e que ficou sendo o lugar dos capítulos e das congregações custodiais.

De Pernambuco se irradiam os conventos franciscanos da província de Santo Antônio do Brasil por Bahia, Rio de Janeiro, onde está ainda hoje o mais soberbo templo Antoniano do Brasil, admirável obra-prima de arquitetura e talha colonial, e finalmente, Maranhão e Pará.

Os seus começos no Maranhão coincidem com a conquista da terra maranhense aos franceses.

Com a expedição de Jerônimo de Albuquerque, vêm frei Manoel da Piedade e frei Cosme de São Damião, que passaram algum tempo no conventinho dos Capuchinhos franceses, no lugar onde está hoje a igreja do Rosário, porém se retiraram para Pernambuco.

Vieram substituí-los frei Antônio da Merciana e outros religiosos, mas preferiram estabelecer-se no Pará, onde fundaram o Convento do Una.

No governo de Francisco Coelho de Carvalho, após a expulsão dos holandeses, vieram com frei Cristóvão de Lisboa, irmão do ilustre historiador português Manoel Severim de Faria, novos religiosos para os trabalhos da catequese no Maranhão. Pouco antes, uma de 20 de julho de 1618, do rei de Portugal, declarava competir aos religiosos de Santo Antônio o aumento da fé, a conservação do gentio e a celebração dos ofícios divinos na conquista do Maranhão.

É Gaspar de Sousa, o governador-geral, quem se empenha para a fundação da nova Custódia Antoniana.

Chegados a São Luís aos 6 de agosto de 1624, frei Cristóvão de Lisboa deu início à construção de uma igreja e casa de taipa, no lugar onde hoje se eleva o templo de Santo Antônio. E o Santo, como que satisfeito com essa homenagem que lhe faziam, logo fez, não um, mas vários milagres nesta nossa capital.

Não eram as primeiras vezes que o Santo se defrontava com os batavos na história do Brasil, mas no insucesso das armas de Holanda deste lado do oceano, nos sofrimentos que passaram os soldados das Províncias Unidas na derrota final que lhe infligiram os brasileiros

²⁵⁴ Publicado no jornal *Diário do Norte*, São Luís, 13 de julho de 1937

temos comprovação de que os protestantes se intrigaram em demasia, nos seus excessos sectaristas, com a vasta corte do céu.

Haja vista, em relação ao caso do Maranhão, aqueles números holandeses em fuga devorados, com apetite pantagruélico, pelos índios da costa do Ceará.

Em compensação, na terra cearense – registram os anais maranhenses – verificaram-se mais um dos milagres de Santo Antônio que passaram à nossa história. Na expedição mandada do Maranhão por Matias de Albuquerque para castigo ao gentio de Copaíba, os capitães Gregório de Abreu e Pero Vaz Pinto com os seus soldados e índios atravessaram o litoral do Ceará em tempo de seca e andaram dias consecutivos sem encontrar água. Desesperados de todo remédio humano, não perderam a fé nos merecimentos e intercessão do bem-aventurado Santo Antônio, cuja imagem conduzia na expedição e, depois de o invocarem, cavaram a terra e, a poucas enxadadas, deram com água abundante, que lhes salvou a vida, quando ameaçados de perecer por inanição.

Numerosos outros casos poderiam ser respigados para ilustração da maneira sempre admirável por que Santo Antônio aparece na história do Maranhão. Seria, porém, um nunca acabar de milagres e prodígios.

Tamanha foi a ajuda prestada pelo Taumaturgo à formação do Brasil, tão constante sua assistência ao povo nas mais declaradas crises, e até em combates, que por patente de D. João VI ele foi nomeado coronel do Exército Brasileiro.

Nas festas de antigamente cantava-se, dançava-se, brincava-se com alegria, bons modos e infinita espiritualização. Eram folguedos simples, inspirados pelo sentimento popular e onde se ouviam a viola, o violão e a flauta, instrumentos mais da predileção do povo para a expansão da sua emotividade.

Ah! A poesia das antigas noites da véspera de Santo Antônio! Quem poderá dizê-la numa linguagem toda de evocação? Todas as coisas mortas se sentem mais do que se exprimem e o valor dos interpretes da emoção, dos artistas, se afere pela maneira por que sabem dizer-lhes o perfume indefinível, a cor imprecisa, a forma singular e esse vago e inexprimível sentimento que nos transmitem à alma, misto de enlevo e de veneração, tão discreto e sutil...

Naqueles amplos solares do Maranhão, naquelas velhas chácaras do Caminho Grande ou do Cutim, hoje, tão tristes na sua solidão.

O culto de Santo Antônio oficializou-se no Brasil em 1587, quando vieram fundar conventos aqui os religiosos da província capucha de Santo Antônio em Portugal. Chefiava-os frei Melchior de Santa Catarina, munido de breve do papa Xisto V e patente do geral frei Francisco Gonzaga, dão, entre as árvores anosas das suas alamedas, quanta vibração.

Os preparativos da festa, começados com antecedência de alguns dias, eram inspecionados pelas matronas, auxiliadas por mucamas e pretinhos que, às escondidas, lambiscavam doces e furtavam balas de estalo.

Depois do jantar com os convidados, onde os brindes xistosos se trocavam, vinham todos para a chácara, esperar o café e assistir ao acender das fogueiras.

Especa no ar o primeiro foguete, espalhando na noite seus pequenos relâmpagos multicores, lágrimas longas e coloridas.

É o início da festa tradicional.

E tudo isso vai passando, na rápida transformação dos costumes nacionais.

Como é triste recordar a beleza e a poesia das festas de Santo Antônio, cheias de música, de cor, de luz, de alma, de riso e dessa adorável simplicidade da família brasileira de outrora!

O Brasil brasileiro despede-se. Quantas gerações ainda se lembrarão dele, no cosmopolitismo da vida anônima de amanhã?

Nas superstições populares Santo Antônio é principalmente, o advogado das coisas perdidas, em concorrência com o Santo Campeiro do sertanejo, que não é senão uma transformação do Taumaturgo.

A promessa de “um dez réis” é a mais eficaz para obter do Santo o encontro providencial daquilo que se perdeu.

Advogado das moças solteiras, ele o é bem conhecido e diligente, com uma fina competência casuística para resolver os negócios mais delicados em matéria de banhos da Igreja. Vem isto de dois ou três dos seus milagres que andam narrados nas biografias mais populares. Num deles, não somente casou a moça, mas dotou-a.

Em Nápoles operou-se este milagre, assinando o Santo uma letra para o noivo descontar. Eis porque não havia mister de causar espanto, aqui no Maranhão, o terem aparecido notas promissórias assinadas por São José de Ribamar. Não era um fato sem exemplo na história dos milagres...

Amarrado e metido no poço, às vezes de cabeça para baixo, Santo Antônio, dizem, costuma acudir mais depressa às moças que lhe pedem o suave remédio do amor santificado pelo matrimônio.

No Ceará, quando certas populações querem livrar-se da seca, amarram também o Santo e certo sertanejo fazia pior: atava a imagem a um foguete e soltava-o nos ares. E lá ia o pobre santo de pau a incrível altura, vergastado da chuva de fogo do rojão, até que este esmorecia e vinha com a imagem fazendo o “parafuso da morte”.

*A MISSA DO PADRE IVO*²⁵⁵
Antônio Lopes

Na placidez da noite o porto dormia, lavado de luar.

Desde o dia 10 de dezembro, quando a “Regente” zarpou da ilha de Santana, ávida de mar alto, levando para a França o Senhor de Rasily e o bom padre Cláudio d’Abbeville, só duas das naus dos colonizadores rangiam ancoradas no Forte de São Luís, com os mastros hirtos, de grandes vergas despidas de velame, oscilando à cadência das ondas na preamar. À noite uma pequenina luz a cintilar em cada gávea, como um fogo de São Tiago.

O esplendor da hora realçava a magnificência da terra moça naquele trecho de paisagem da baía que era toda, desde as ribanceiras da Ilha Grande do Maranhão até a costa de Tapuitapera, um largo espelho refletindo o disco argênteo da lua cheia equatorial.

Entre os dois estuários a fortificação francesa, alcandorada na barranca, erguia as suas cortinas e esporões de taludes de terra sustentados por cerca de robustos esteios a pique, gigantes da mata abatidos e transportados pelos indígenas. Lá no alto três ou quatro casas de pindoba representavam o quartel, os armazéns e a casa do governo da nascente colônia, nessa ocasião somente entregue a Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière, Loco-Tenente do Rei Luís XIII nas Índias Ocidentais como fora de Henrique IV quando empreendera com Charles des Vaux duas viagens sucessivas à terra do Maranhão, para onde desde 1524 os armadores de Dieppe já aparelhavam navios confiados aos mais destemerosos de quantos capitães infestavam o oceano, zombando da polícia exercida pelas frotas de Espanha e Portugal.

Na praça que se rasgara com o desbaste do matagal na lombada da colina alçada em acrópole diante do ancoradouro, viam-se outras choupanas, onde se abrigavam os aventureiros daquela empresa da Nova França Equinocial, que tão auspiciosa se mostrava aos seus arrojados chefes e apenas carecia, para se transformar numa próspera colônia, do mais direto amparo da coroa do jovem Rei Cristianíssimo tutelado pela ambiciosa e astuta Maria de Médici

²⁵⁵Publicado no jornal *Diário do Norte* (MA), São Luís, 25 de dezembro de 1939.

Todas estavam desertas. Na esplanada não havia outros sinais de vida além das luzes da fortificação e, longe em longe, marcando o lento esfriar das horas, o brado de uma sentinela cujo vulto aparecia silhuettato contra a claridade da noite e apoiado ao arcabuz.

Não dormia aos quebrantos do plenilúnio naqueles ermos a feitoria resultante da aliança dos Franceses com os Tupinambás. Apenas a sua vida se deslocara da praça onde assentava o forte para outra, a uns mil passos daquela, mais para dentro da terra e onde se erguiam duas choças, iluminadas com alguma abundância de candeias: a residência dos Capuchinhos e a capela de São Francisco, concluída pela tarde sob a direção dos frades e graças à diligência dos índios.

O pequeno pátio aberto em frente a essas cabanas estava movimentado, embora não apresentasse o aspecto solene do sítio principal da nascente cidade quando, meses antes, se realizara a implantação da Cruz e dos Estandartes Reais, com luzidos cortejos e copioso troar de artilharia. É que para a noite de 24 de dezembro de 1612 os reverendos missionários marcaram reunião no terreiro diante do seu templo rústico a todos os moradores, a fim de assistirem aos primeiros ofícios do culto na graciosa capelinha.

De Juniparan, a taba principal dos Tupinambás, assim como de Jaguarema, Turu, Maioba e Timbuba tinha chegado antemanhã, ao fenecer do sol, grupos daqueles hospitaleiros filhos da terra americana, com os seus morubixabas e os Encomendários franceses residentes nos vinte e sete aldeamentos espalhados pela Ilha, os primeiros precedidos do extenso desfile das suas mulheres, suando bestas de carga ao peso de cofos de matalotagem e presentes para seus “compadres” de São Luís e os frades e autoridades.

Assim naquela noite, à luz das mechas de algodão ardendo em azeite nas cuités de mamona pendentes de pequenas varas cravadas no solo, o lugar do santuário e residência dos Capuchos tinha um ar de festa no seio do matagal que o braço do índio não desbravara de todo à volta de tão agradável eminência, de onde descia a sussurrar esperto fio de água cristalina em busca dos mangais da vizinha praia do Caju.

A multidão indígena era pitoresca. Na maioria os selvagens traziam os seus enfeites prediletos e ricos de penas multicores, admiravelmente dispostas em cocares, braceletes, cintas, tangas e ligas, salientando-se alguns com mantos que eram verdadeiros primores de arte plumária e outros com vistosos colares de miçangas, de conchas polidas ou de caroços brunidos de frutos.

Japiáçu, o maioral da Ilha, e Pirajuba, dos mais estimados pela sua lealdade aos colonos, ostentavam casacas de pano fino coalhadas de flamas de veludo folha morta, broslados de torçais de seda e com cruces do mesmo veludo no peito e nas costas. Cunhans, singularmente adornados os cabelos negros lisos e luzidos, fortemente impregnados do cheiro do pecari, derramados pelas espáduas, deambulavam voltuosas ao braço de marujos trigueiros de Cherburgo e Saint-Malo.

Entre essa gente exótica, de pele extravagantemente pintada de jenipapo, cajuru e tatajuba, reluzente de óleo de babaçu, vagavam alguns tipos de curiosa indumentária. Era aqui um guerreiro grave na sua idade avançada, no pausado andar e nos gestos de alta e convencida dignidade envergando por todo vestuário apenas uma jaqueta ou gibão. Outros ali, portadores sobre os troncos lanhados de profundas cicatrizes tatuadas, de simples camisa com as fraldas ao vento. Adiante rapazes com uma tanga à cintura e à cabeça um chapéu europeu enfiado com dificuldade.

Num segundo terreiro, preparado à ilharga da casa dos missionários, aborígenes dançavam e cantavam ao som dos maracás. Formavam grande círculo, que diminuía de vez em quando em movimento geral e concêntrico e, depois, voltava à extensão da sua primitiva circunferência. Cada índio ora saltava à cadência marcada pelos instrumentos, ora com a mão direita para as costas e equilibrado sobre uma perna, movia a segunda. Outras vezes, ao apertarem o círculo, cada um dos que dançavam se adiantava, batia com um pé no solo, que ressoava, e fazia três ou quatro piruetas antes de regressar ao seu lugar. E as melopeias bárbaras, entoadas por fortes peitos, rolavam dentro da noite, casando-se ao xique-xique das cabacinhas emplumadas e cheias de coquilhos ou pequenos seixos.

Franceses observavam o improvisado arraial. Sentados no grosso de um pequiheiro abatido no adro, os Senhores de Brichanteau, Hardivilliers, de La Barre e Du Pratz palestrava acerca da próxima viagem de exploração ao Mearim, cujo comando caberia provavelmente a De Pésieux ou ao capitão Mallart, e da possível jornada ao grande rio das Amazonas, o pólo magnético das ambições dos aventureiros, desde que a lenda de suas fabulosas riquezas e dos esquadrões invencíveis de guerreiras que guardavam aquelas paragens se espalhasse pelo mundo. A miragem dos Eldorados não abandonava os espíritos dos corsários e exploradores da região americana da Linha Equatorial e aos do Maranhão já se lhes tinha deparado caro nas mãos dos silvícolas do Gurupi.

Dá a importância em que os mais cobiçosos e intemoratos ardiam. Queriam afrontar os perigos e surpresas da região misteriosa onde a vitória-régia ostenta nas suas salvas de bordos denticulados, a flor delicada, alva e capitosa dos lagos encantados, ao fundo dos quais, talvez como narrasse os índios de Tapuitapera acerca das lagoas do Pinaré, dormiam cidades mortas, como sob as águas das Baías da Bretanha.

Moços quase todos, deixavam-se arrebatados no sonho das prodigalidades inesgotáveis da virgem América e uns a sério, outros por facécia, faziam planos para quando regressassem riquíssimos à Europa. Ao número dos últimos pertencia Du Plessis, que declarava:

- Mandarei construir um castelo no Poitou, para fazer presente dele ao meu ambicioso primo o Bispo de Luçon, quando for investido no cardinalato...

Riam-se os outros, e Cláudio de Rasily, aproximando-se atalhou ironicamente:

- Senhores, basta de Amazonas. Não há meio de se falar de outras coisas? Por isso é que De Pésieux já nos alcunha de “Amazones”.

Desses e outros assuntos, à volta dos quais bailavam as esperanças mais fagueiras na empresa do Maranhão, desviavam-se por vezes para colóquios menos materiais, atraídos pelos amáveis da noite balsâmica, ascendendo ao fastígio, com flocos de nuvens acambraiadas porfiando com a lua e a se esfarraparem lentamente no céu de um fino azul esmaecido. Da perspectiva de tantas aventuras e possibilidades de fortuna fácil transportava-se lhes o espírito aos lares distantes, no doce país de França, casas da Normandia e da Bretanha, onde àquela hora se celebrava o suave mistério da Natividade. Perdida num refofo da memória, vinha à flor dos lábios uma consoladora evocação da plaga que se escondera do outro lado do oceano naquele dia de março, quando a esquadilha levantava as velas claras ao romper d'alva e depois de alguns tiros de canhão se fizera ao largo, sob as bênçãos dos que ficaram no cais de Cancele e viam fugirem e se apagarem no horizonte as asas dos três navios, num vôo lento de gaivotas, suspensas entre mar e céu.

Para aumentar o travor nostálgico das visões que se escorçavam na mente dos exilados, ouvia-se a voz quente e moça de um seu compatriota que se lembrou de repente de um velho “Noel” bretão e o entoava de longe, lá para as bandas do caminho que descia até ao riacho. A voz subia numa carícia modulando o canto tradicional, transfigurada pela emoção que a espiritualizava como por magia. E era como se viesse de além-mar, do seio da lendária península Gaélica, onde

naquele momento o oceano ribombava de encontro às rochas druídicas da costa e o vento varria as landes, enquanto nas cabanas o fogo da lareira crepitava e a mesa honrada rebrilhava disposta para a consoada...

Subitamente a voz cessara ao mesmo tempo em que esmorecia a dança dos selvagens. Um rumor de passos cadenciados na vereda aberta entre o forte e a capela atraiu a atenção de europeus e indígenas. Era o lugar-tenente do Rei que chegava com outros fidalgos acompanhados de uma guarda de mosqueteiros, sob o comando do jovem e ardoroso de Pésieux, o oficial de maior confiança para o chefe, embora não pertencesse à seita deste, - a dos Huguenotes.

Perfilaram-se os cavaleiros, e os índios abriram larga passagem no meio do seu ajuntamento. La Ravardière e o seu pequeno séquito pararam diante da ermida. As portas abriram-se e os padres Ivo e Arsênio mandaram colocar bancos ali ao lado para os fidalgos.

A esse tempo uma sineta trazida de bordo da “Charlotte” anunciava a aproximação da cerimônia religiosa. O bimbalar festivo encheu a noite cálida daquelas solidões onde a voz do bronze se ouvia pela primeira vez convocando os fiéis para a prece.

Pela porta de meansaba escancarada via-se o improvisado templo de São Francisco, um tijupá de chão de terra batida a soquete, bancos de varas fincadas correndo em todo o perímetro e, ao fundo, um retábulo tosco, enramalhado de murta nova e cheirosa e armado em cima de grande caixa trazida do patacho “Santana”, coberta com um pano de damasco carmesim.

Não tinha a imponência das catedrais, mas afeiçãoava-se, “construído de madeira e coberto de folhas de palmeiras, ao estábulo de Belém”.

Frei Ivo estava todo enlevado na contemplação da sua capela, afagando a ideia de ir celebrar “a noite estrelada e sem trevas do nascimento do verdadeiro Sol, Jesus Cristo”, como costumava fazer o seráfico Pobrezinho de Assis, que, abandonando a suntuosidade das basílicas, ia passá-las num presépio, extasiado no mistério da Encarnação.

Já os índios cristianizados e os franceses católicos enchiam a igreja. E era de ver o respeito com que os primeiros se acomodavam lá, muito reverentes, enquanto os ainda pagãos se aglomeravam diante da porta, uma grande curiosidade estampada nos semblantes.

Aproximava-se a hora mística da legenda cristã feita do anseio de paz que miraculosamente a imprimiu em séculos nos corações de milhões e milhões de seres. O quadro que ali se via era mais um testemunho do condão daquela página simples do Evangelho, onde Deus nasce entre pastores e animais de bucólica, nas palhas de uma estrebaria, para redimir um mundo pela mansuetude, a simplicidade e o amor e, depois, ascender à glória eterna de um trono marchetado de astros, lá nos páramos onde a nunca extinta esperança dos homens coloca o reino do Bem.

A noite ia linda. Do lado do mar começava a soprar uma aragem leve e macia, prenúncio do madrugar.

A lua derramava às catadupas uma luz feita de imponderáveis canutilhos de prata e que se entornava sobre as ondas e as colinas jorravam nos escampados, brunia as massas negrejantes da vegetação, rolava para o fundo dos apicuns, coalhando sombras à beira dos caminhos, ubíqua, maravilhosa, extasiante.

A sineta agitou-se de novo e a sua voz argentina vibrou em doze lentas badaladas.

- Noel! Noel! – Gritaram alegremente os franceses.

Dois tiros de peça, disparados do Forte de São Luís, estrugiram na amplidão.

Dentro da choupana erguida para o culto divino, os Capuchinhos, revestidos de seus paramentos, encaminharam-se para o altar, onde sorria delicada imagem do Menino-Deus.

- “In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti. “Amém”.

No esplendor da noite sob a unção do luar, aos suspiros da brisa que agitava as moitas de onde se evolavam, como de caçoulas invisíveis, aromas de flores silvestres e brincava nas palhas do humilde oratório, o padre Ivo d’Evreux, Pregador da Ordem dos Franciscanos Menores, Superior da Missão dos Capuchinhos, Apóstolo das Índias Ocidentais e cronista da Nova França Equinocial, acolitado pelo seu companheiro o muito reverendo padre Arsênio de Paris, começou a celebrar a primeira missa de Natal no Maranhão.

*NOSSA CIDADE*²⁵⁶
Antônio Lopes

Sem a menor dúvida a instituição de um órgão incumbido de cooperar com os poderes públicos para conservar o patrimônio artístico e tradicional de São Luís veio demonstrar que o Maranhão não perdeu de todo a ideia do que a cidade de La Ravardière representa na história da civilização no Brasil.

Redator-chefe da “Pacotilha”, “Imparcial” e “Diário do Norte”, fiz nestes jornais campanha constante em prol da conservação de tudo quanto caracteriza a nossa Capital como cidade das mais tradicionais do país. Não falta quem me lembre, de vez em quando, os meus artigos ora contra isenção de décima urbana aos prédios sanluisenses que fossem alinhados com platibandas e contra a derrubada de sobrados e casas de mirante ou azulejo, ora tratando de tradições da terra que se apagaram, quando deviam ter sido conservadas, ou merecem amparo e estímulo para que não desapareçam.

A quem sempre assim estive na trincheira, combatendo em prol da cidade, não bastavam às pouquíssimas reuniões da Comissão do Patrimônio Artístico Tradicional de São Luís, para continuar aquela campanha. E a prova é que, mal o Fernando Perdigão abriu, com uma cintilante crônica, esta coluna da “Nossa Cidade”, já a seu convite me estou servindo dela para versar na imprensa assuntos muito da predileção de curiosos da história e folclore do Maranhão.

Já se tem feito alguma coisa, ultimamente, a fim de conservar o que vinha sendo destruído por ignorância ou desleixo nesta Capital, com manifesto prejuízo dos seus aspectos mais interessantes de cidade colonial.

Problemas importantes para a conservação do patrimônio artístico de São Luís já se acham em estudos naquela comissão, como sejam o do comércio de antiguidades, exercido sem ao menos pagarem impostos os indivíduos que há uns 5 anos se vêm entregando metodicamente e com ótimos lucros à tarefa de limpar São Luís de tudo quanto ainda cá existe de valor histórico ou artístico, - móveis, telas, porcelanas, cristais, obras de ouro e prata, etc.

A Comissão do Patrimônio Artístico e Tradicional projeta publicar um boletim ou revista trimestral contendo não só os seus trabalhos e a legislação municipal ou estadual sobre assuntos dentro da esfera das suas atividades, como estudos e pesquisas acerca de fatos ou figuras da história e tradição da cidade. Para tal publicação já tenho concluído um trabalho intitulado “As Inscrições Lapidares de São Luís”. E o primeiro número do boletim ou revista

²⁵⁶ Publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão*, São Luís, ano IV, n. 4, p. 145-147, dez. 1953.

começará a ser composto numa oficina tipográfica local, assim que me for entregue a matéria que Fernando Perdigão e Orlando Leite ficaram de me enviar e sem dúvida me remeterão até 5ª feira próxima vindoura.

Teremos de elaborar um plano de revisão da nomenclatura das ruas de São Luís, capital que tem nomes de não poucos indivíduos que não o conheceram nem foram úteis ao Maranhão, mas não possui rua ou praça que lembre os nomes dos seus fundadores ou daqueles que a incorporaram à América Portuguesa.

Até agora a atividade da comissão se tem limitado quase tão somente ao patrimônio artístico, - estético da urbs, principalmente, - e histórico. Terá, porém, de penetrar a fundo no setor – tradição.

Deve trabalhar pela restauração das festas tradicionais da cidade. Não é impossível ao Maranhão de agora dar vida nova à festa dos Remédios e fazer voltar do passado a festa de Santa Filomena. Podemos e devemos, os sanluisenses de hoje, realizar tais festas até com brilho mais intenso do que tiveram outrora. E porque não havemos de fazer um esforço nesse sentido?

Cumpramos estimular o reaparecimento de algumas das antigas diversões populares.

Porque razão o cordão carnavalesco enxotou das ruas de São Luís a Caninha Verde, a Chegança, o Fandango e muito mais interessantes pelos lados coreográfico, musical e decorativo, assim como pelo quantum dramatização?

Não sustento que devamos trabalhar pelo ressurgimento desses “brinquedos”, muito embora saiba que Afonso Arinos promoveu a representação da Chegança em São Paulo. Que dizer, porém, dos Pastores de Antônio Raiol, que empolgaram um público mais culto do que o de hoje por várias noites, no teatro São Luís, ora Artur Azevedo. Mais recentemente tivemos a “Pastoral”, de Coelho Neto, com bela música de Adelman Correia.

O programa de ação em prol da “Nossa Cidade” é vasto.

O maranhense tem de executá-lo.

“Nossa Cidade” É simples e sugestivo: São Luís como a devemos compreender: São Luís para o nosso carinho; São Luís que temos obrigação de, por um lado, conservar no que tem de evocativo dos tempos de antanho, e por outro lado, aumentar e embelezar para que acompanhe o progresso; São Luís que não se despersonalize, consciente do seu grande valor no passado e possuída da ambição – por que não dizer! De valor muito, no futuro, para nosso orgulho.

O Folclore Maranhense

FULGÊNCIO PINTO ofereceu, ante-ontem, aos rádio-ouvintes de S. Luís um relato da festa do Espírito Santo, mais uma vez realizada em Alcântara com alguns vestígios da sua pompa de outrora.

Foi uma página de bom colorido, animada por um sentimento sério do nosso folclore, a descrição da tradicional festa pelo beletista maranhense.

Ele conseguiu, não há dúvida, dar a ilusão de que estavam revendo esses festejos a quantos já uma vez puderam contemplá-los na vetusta Tapuitapera, cujas pedras enegrecidas pelo tempo e piedosamente cobertas pelo manto verde de trepadeiras silvestres, falam de um augusto passado.

Escasso e ainda o número dos maranhenses que se dedicam ao estudo das tradições tão belas de nossa terra. Quanto seria desejável se em vez de alguns pesquisadores isolados do nosso folclore tivéssemos uma falange!

Muitas tradições maranhenses estão agonizando e escasso é o tempo que ainda há para as estudarmos convenientemente.

Concitemos os moços estudiosos de S. Luís e do interior do Estado a se dedicarem às investigações folclóricas num campo que ainda é tão vasto e cheio de curiosidades cada qual mais surpreendentes.

Constância e fidelidade são os principais requisitos exigidos a quem se entregue ao trabalho nesse setor da atividade intelectual. Constância no indagar e fidelidade no reproduzir o que o povo conta e canta.

Esperemos que o nosso apêlo tenha alguma repercussão no espírito da mocidade maranhense, tão nobre e tão talentosa.

E enviamos ao Fulgêncio Pinto o nosso caloroso aplauso á sua palestra sôbre a festa do Espírito Santo em Alcântara. — A. L.